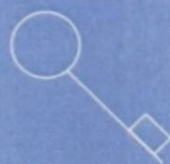
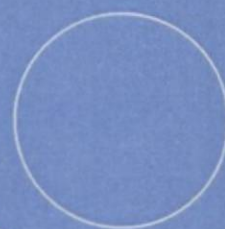
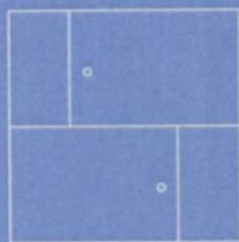
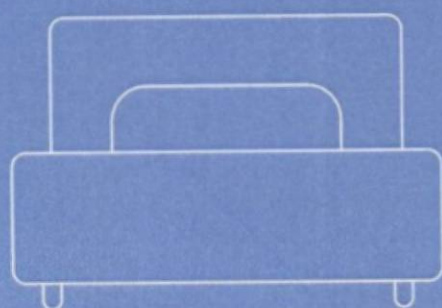
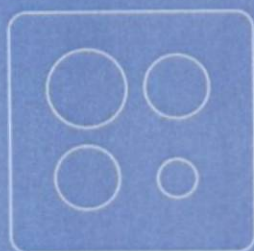
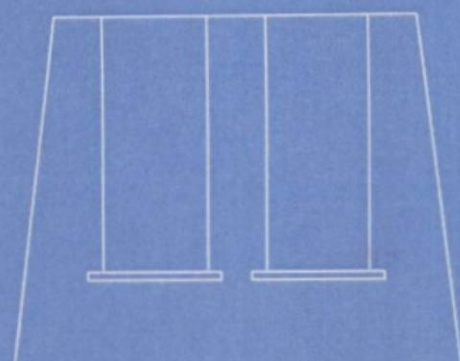
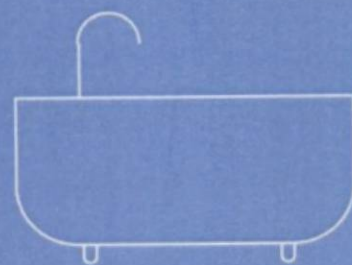
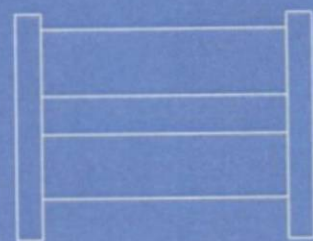


RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 2022



matosinhos
habit



Handwritten initials: MHW, CG

ÍNDICE

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
Introdução	4
EIXO I 10	
Promover e Qualificar a Habitação.....	10
1.1. Estratégia Local de Habitação de Matosinhos	12
1.2. Habitação Familiar	14
1.2.1. Habitação social	14
1.2.2. Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento	16
1.3. Habitação Coletiva	18
1.4. Atendimento / Acompanhamento Multidisciplinar e Participado	19
1.5. Equipa de Intervenção – Projeto Piloto	23
1.6. Reabilitação do Parque Habitacional Municipal	24
1.7. Reabilitação de Fogos Devolutos e Manutenção Habitacional.....	24
1.8. Projetos de Reabilitação de Conjuntos Habitacionais	27
1.9. Construção de Habitação Social Municipal	28
1.10. Outros Estudos e Projetos	28
1.11. Comemoração dos 30 anos do Plano Especial de Realojamento – “MANISFESTHABITALÇÃO”	29
EIXO II 30	
Trabalhar para Comunidades Inclusivas e Saudáveis	30
2.1. Economia Circular, Ambiente, Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos.....	31
2.2. Saúde e Estilos de Vida Saudáveis.....	33
2.3. Associativismo, Cidadania e Cultura – Projeto Gestor de Entrada	36
2.4. Segurança Urbana e Espaço Público	40
2.5. Dinâmicas Familiares e Prevenção da Violência Entre Pares.....	41
2.6. Capacitação Social e Empregabilidade	42
2.7. Envelhecimento Ativo.....	43

PLAN
CQ

EIXO III 44

Incentivar e Desenvolver o Trabalho Colaborativo Inter e Intra Institucionais	44
3.1. Redes e Projetos Sociais e Locais – Rede Social e Outros	45
3.1.1. Rede Social e outros	45
3.2. Reabilitação Urbana	46
3.2.1. Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) - Implementação e Acompanhamento aos Processos de Delimitação e Criação	46
3.2.2. Programas e Estratégias de Reabilitação Urbana	47
3.2.3. Incentivos à Reabilitação Urbana	48
3.2.4. Concessão de Benefícios Fiscais de Natureza Municipal	49
3.2.5. Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético e Vistorias para Determinação de Níveis de Conservação	49
3.3. Projetos Europeus	52

EIXO IV 55

Garantir uma Gestão Adequada à Prestação de um Serviço Público	55
4.1. Recursos Humanos	56
4.1.1. Avaliação de Desempenho	56
4.1.2. Mapa de Pessoal e Orçamento	56
4.1.3. Formação Interna e Externa	58
4.1.4. Aprovação e implementação do Regulamento Interno e Regulamento do Pessoal	59
4.1.6. Assiduidade, Pontualidade e Horários de Trabalho	59
4.1.7. Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	60
4.1.8. Manual de Acolhimento ao/à Colaborador/a	60
4.2. Área Jurídica	61
4.3. Gestão da Qualidade	61
4.4. Sistemas de Informação	64
Apreciação dos Resultados do Exercício e Proposta de sua aplicação	66
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022	80
Anexo -Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022	85
DEMONTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	112

Mensagem do Conselho de Administração

MH
CP.

O Conselho de Administração da MatosinhosHabit (MH), vem, no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, apresentar ao município de Matosinhos o seu Relatório de Atividades e Contas relativos ao ano de 2022, acompanhados do Relatório e Parecer do Fiscal Único e respetiva Certificação Legal das Contas.

MA
CQ. W

Introdução

Quem Somos?



Organismo responsável pela gestão do parque habitacional da Câmara Municipal de Matosinhos (CMM).



Alicerça a sua ação no fundamental direito à habitação, com foco na gestão do edificado habitacional municipal.

A MH é uma empresa municipal com o capital social de € 264.362,89 (duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e sessenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos) integralmente realizado, sendo o seu único acionista o Município de Matosinhos.

A Empresa rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual e pelos seus estatutos, sendo-lhe ainda aplicáveis a lei comercial e o regime do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nas normas imperativas neste previstas ou, no mais, subsidiariamente.

A MH tem por objeto:

- A prestação de uma atividade de promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços nas áreas da ação social e da cultura;
- A gestão de outros equipamentos, espaços e infraestruturas do domínio público ou privado do Município que lhe sejam diretamente atribuídas por este;
- A prestação de apoio técnico à autarquia nos domínios da gestão e conservação do parque habitacional privado e da reabilitação e requalificação urbana, nos termos da legislação em vigor;
- A adoção das diligências adequadas à conservação e manutenção do parque habitacional privado e cooperativo, designadamente através da concessão de incentivos

FLA e da realização de obras coercivas de recuperação de edifícios ou sua demolição, mediante prévia tramitação de vistorias de segurança e salubridade,

No cumprimento do seu objeto social e das atribuições que lhe foram confiadas pelo Município de Matosinhos, a MH gere o parque habitacional municipal, competindo-lhe assegurar a sua manutenção, conservação e afetação, no respeito pela lei e pelo regulamento municipal aplicável, tendo em vista garantir a maximização da oferta municipal, num contexto de evidente necessidade social básica, como é a da habitação, particularmente, num contexto em que, por razões de mercado ou de insuficiência económica das famílias, estas não a conseguem alcançar por outros meios.

2022

O Relatório de Gestão e Demonstração Económica do ano de 2022 é apresentado numa conjuntura em que o problema do acesso à habitação se coloca com especial acuidade. Com efeito, por todo o mundo e, em especial no continente europeu, atravessa-se um período de grande incerteza e instabilidade, em grande parte agravado pela crise aberta com a invasão da Rússia à Ucrânia, num envolvimento que se veio a converter no mais grave e prolongado conflito ocorrido na Europa depois da II Guerra Mundial.

Já antes, porém, da eclosão deste conflito, as tendências inflacionistas nos preços, associados às dificuldades de acesso aos bens, por força do stress gerado nas cadeias logísticas em tempos do COVID, constituíam um fator de preocupação para as economias nacionais, não se desconhecendo que é nestes contextos que as tendências especulativas mais se manifestam, acrescentando combustível a fogos que é preciso conter.

O conflito aberto com a referida invasão russa impactou drasticamente nas redes de distribuição, em particular no suprimento das necessidades energéticas, projetando-se por essa via na generalidade dos recursos e produtos transacionados e, desde logo, nos bens de primeira necessidade.

Como forma de contrariar os impulsos inflacionistas, que, de outro modo, poderiam atingir expressões incontroláveis, as economias mais desenvolvidas apressaram-se a subir as taxas de juro praticadas, de modo a evitar o desvio das aplicações financeiras para moedas com remuneração mais atrativa. Como é sabido, há um momento em que o valor do dólar nos mercados financeiros internacionais, descolou do euro, razão pela qual a sua importância como moeda de refúgio ameaçou a capacidade de atração da

14
9.

nossa moeda, não restando outra solução senão acrescentar atratividade ao euro, através da elevação das taxas de juro praticadas na União Europeia, visando-se desta forma conter a ameaça da desvalorização da moeda e, como seu efeito direto, o aumento abrupto da inflação, para níveis muito mais elevados dos que os que estamos a sentir.

Estes ajustamentos macroeconómicos compreensíveis tiveram um impacto desastroso nas economias das famílias, particularmente naquelas, como em Portugal, tinham o seu problema de habitação "resolvido" através do endividamento bancário, num aproveitamento compreensível de taxas de juro extraordinariamente baixas, com bonificações em spreads perfeitamente comportáveis pelos orçamentos familiares.

Este contexto alterou-se completamente, com as prestações das casas, para amortização dos empréstimos e serviço das respetivas dívidas a subirem exponencialmente.

Paralelamente, numa altura em que Portugal se tornou um país ainda mais atrativo para o turismo, mercê da sua estabilidade social e qualidade das suas ofertas, o que muito ajudou à economia nacional e, bem assim, como segunda residência, muitas vezes, primeira, sobretudo para cidadãos europeus na idade da reforma, a pressão sobre a oferta de habitação através do mercado intensificou-se a um ponto em que as famílias portuguesas, com rendimentos médios incompatíveis com os novos preços praticados, deixaram de poder aceder a uma habitação, face aos preços praticados.

De um modo geral, acordamos todos para a dura realidade que sempre esteve latente em matéria de satisfação de necessidades essenciais – a pura lógica do mercado, com o cruzamento entre a oferta e a procura a determinar o preço possível para as transações não consegue dar resposta eficaz e universal àquelas necessidades, deixando muitas famílias cujos rendimentos se encontram em nível inferior ao do referido cruzamento, desguarnecidas e desamparadas, sem a capacidade aquisitiva que lhes garanta a sua satisfação.

Ora, estando em causa necessidades de satisfação inelástica, elas terão de ser asseguradas pela intervenção moderadora do Estado, como garante do acesso dos cidadãos aos bens essenciais (saúde, educação, habitação ...), enquanto condição de existência condigna e de cidadania

Neste quadro, procedendo a uma leitura realista da conjuntura de então em matéria das dificuldades do acesso à habitação, o Governo aprovou a resolução n.º 50-A/2018, que definiu uma nova Geração de Políticas de Habitação.

De então para cá, foram aprovados vários instrumentos jurídicos que dão expressão normativa a essas políticas, de que são exemplo os regimes do 1.º Direito, do Arredamento Acessível, da Porta de Entrada e, num sentido mais enquadrador das

políticas de habitação, a lei de bases da habitação e sua regulamentação, para além das alterações legislativas ao nível dos IGT, do RJUE e dos Benefícios Fiscais, sobretudo, no âmbito do IMI, do IMT e do IRC/S.

Esta nova formulação de respostas às necessidades de habitação veio acompanhada do correspondente suporte financeiro, primeiro, através das dotações definidas pelo próprio Orçamento Geral do Estado e, subsequentemente, através da afetação de verbas do PRR, neste caso, com a vantagem acrescida da comparticipação integral nos investimentos associados.

Da parte dos municípios e no que respeita em particular ao programa 1.º Direito, competiria definir as suas estratégias locais de habitação, que refletissem, mediante diagnóstico adequado, as necessidades habitacionais existentes, no quadro das famílias e indivíduos que, pela sua condição económica e social, não reuniam condições para acesso a uma habitação através do mercado.

O município de Matosinhos foi, como se sabe, entre os primeiros a nível nacional a elaborar e aprovar a sua Estratégia Local de Habitação e, consubstanciado nela, a assinar um protocolo com o IHRU para garantir o financiamento necessário à implementação das medidas aí estabelecidas.

Importa dizer que, no que respeita à execução deste fundamental instrumento estratégica na política de habitação do Município, ela tem sido globalmente cumprida e não apresenta atrasos, sem prejuízo do que se aduzirá a seguir.

Pese embora a perceção da necessidade de se definirem novos instrumentos reguladores da ação do Estado e das autarquias no sentido de uma mais eficaz resposta pública, assente na citada resolução de 2018 e no diagnóstico de necessidades que serviu de base à elaboração das estratégias locais de habitação, o que se veio a verificar, primeiro, por impacto da pandemia do COVID 19, depois, por força do impacto desencadeado pela invasão da Ucrânia pela Rússia que evoluiu para o conflito bélico que, aos nossos dias, ainda se apresenta sem solução, em particular, pelas repercussões financeiras e logísticas atrás aludidas, verificou-se que o quadro das necessidades habitacionais a que se tinha chegado em 2018/2019 se agravou substancialmente nos últimos dois, três anos, seja ao nível dos custos estimados para as medidas definidas nas estratégias locais, seja no número de agregados em situação de necessidade urgente de respostas públicas em matéria de habitação.

Do lado do Governo, o esforço de resposta a este agravamento traduziu-se no pacote de medidas designado por Mais Habitação, que se encontra ainda em discussão pública e que tem suscitado imerecidas censuras – entre outras compreensíveis – por quem se limita a ficar na posição confortável de reclamar que são necessárias medidas para responder a essas necessidades urgentes, mas que se dispõem a considerar que, sejam quais forem as que vierem a ser apresentadas, são sempre desadequadas, excessivas ou insuficientes.

Do lado do município de Matosinhos, já desde 2022, se tem vindo a preparar a atualização das necessidades de referência que serviram de base à elaboração da nossa Estratégia de Habitação, quer no sentido de acomodar a evolução dos preços, face aos orçamentos iniciais, quer no sentido de reforçar as soluções técnicas associadas à eficiência energética dos conjuntos habitacionais a intervencionar (seja por reabilitação do existente, seja por construção nova), quer ainda no sentido de melhorar a qualidade das respostas planeadas às necessidades então representadas, acomodando também as novas necessidades entretanto verificadas.

Esta alteração impõe, por isso, por um lado, um ajustamento da ELH e do compromisso financeiro indispensável à sua execução e, por outro, a necessidade de rever as medidas propostas e acompanhar a evolução do público alvo dessas medidas.

Para esse efeito, a MH tem vindo, durante todo o ano de 2022, em articulação com o Município e com o IHRU, a preparar a atualização da ELH, nas duas vertentes atrás enunciadas, sendo certo que esse trabalho de atualização terá de ficar concluído durante o ano de 2023.

Paralelamente, o desenvolvimento do programa do Governo Mais Habitação constituirá uma oportunidade para, de forma inovadora, se definirem novas soluções ou melhor aproveitamento das já definidas, ainda que alteradas no sentido de uma maior simplificação que se verificou extremamente necessária, de modo a que possamos contribuir com este importantíssimo amortecedor social na resolução de um problema que, pela sua dimensão, não é apenas um problema das famílias, mas um desafio à coesão social dos territórios, municipal e nacional.

O presente Relatório situa-se, por isso, nesta encruzilhada (um pouco como todos os relatórios são) entre as respostas a dar ao plano de atividades definido em final de 2021 e o relançamento de novas orientações e soluções prospetivas, que hão-de nortear e

HA

dar sentido ao planeamento do futuro, lançando pistas e linhas de rumo, no firme compromisso de encontrarmos respostas sociais mais adequadas ao grave problema da crise da habitação que estamos a viver.

MW
Cg.

HA

A persecução destes desafios e objetivos está assente numa política de Responsabilidade Social Empresarial, atenta à Coesão Social, à defesa dos Direitos Humanos, à Igualdade de Oportunidades, à Igualdade de Género, à Diversidade e à Multiculturalidade, tanto junto da população como de entidades e organizações parceiras, não esquecendo os/as colaboradores/as da MH, sem os/as quais a missão da Empresa Municipal de Habitação não será possível concretizar.

EIXO I

Promover e Qualificar a Habitação



HA

O processo de promoção da habitação é **gradualístico**, porque condicionado aos recursos disponíveis, **complexo**, na medida em que envolve diversos agentes com interesses próprios e nem sempre consonantes, **dinâmico**, porque se dirige a uma realidade e a necessidades concretas constantemente em mudança e **estratégico**, porque se orienta para um objetivo definido – a concretização de um comando programático de natureza constitucional. As condições de alojamento e o acesso à habitação têm sofrido, ao longo das décadas, grandes transformações, assumindo-se como reflexo das condições sociais das populações.

HA
Gy.
W

Paralelamente ao facto de subsistir um número significativo de alojamentos com más condições de habitabilidade e de salubridade, têm vindo a surgir inúmeras solicitações associadas a situações de carência habitacional agravadas pelo contexto atual que tem gerado precariedade laboral, desemprego, baixos rendimentos, endividamento, incumprimentos dos compromissos financeiros, num contexto de incerteza adverso à definição e implementação de soluções "prontas a servir" e que têm, por isso mesmo, de ser perspectivadas numa lógica de processo.

Face ao atual contexto, as famílias têm-se visto, cada vez mais, obrigadas a abdicar dos alojamentos adquiridos através de crédito bancário, ou a abandonar as habitações arrendadas no mercado privado. Em muitas situações, casais jovens vêm-se forçados a regressar a casa dos pais como forma de encontrar uma alternativa habitacional sem custos, uma vez que, autonomamente, não possuem condições socioeconómicas para continuarem a assegurar este encargo.

A **Estratégia Local de Habitação de Matosinhos (ELH Matosinhos)** elaborada no quadro da Nova Geração de Políticas de Habitação, estabelece o sentido estratégico, os objetivos e os instrumentos de atuação do município neste domínio, tendo por missão garantir o acesso a uma habitação adequada, alargando tendencialmente o âmbito de beneficiários/as e a dimensão do parque habitacional com apoio público.

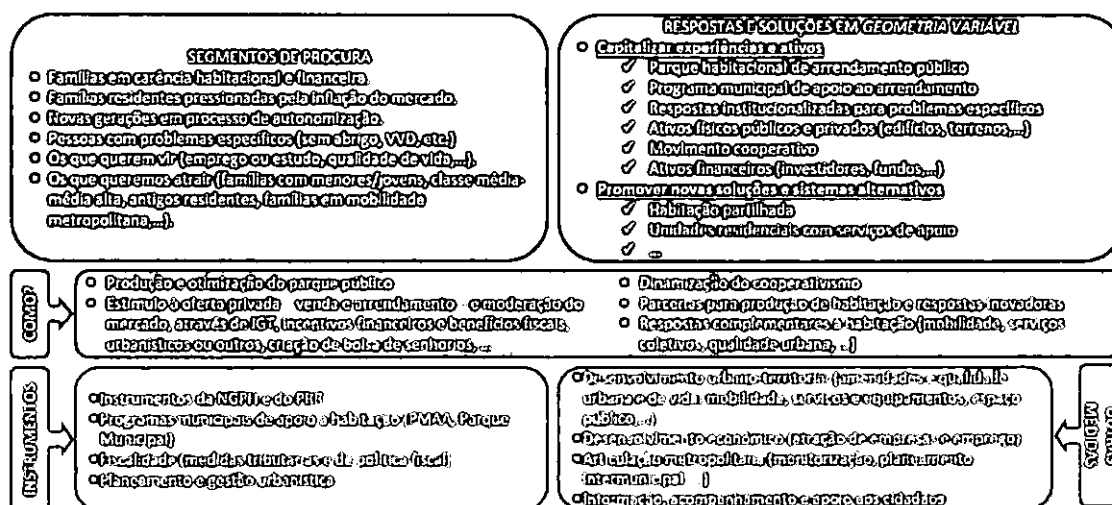
Os objetivos desta nova geração de políticas de habitação passam pela criação de respostas adequadas às necessidades de famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, garantindo o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado privado, priorizando a reabilitação como a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano, promovendo a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacional.

Aliado ao cumprimento dos objetivos definidos na ELH, será reforçado o trabalho colaborativo com as instituições que integram a Rede Social de Matosinhos, nomeadamente as Juntas de Freguesia e ADEIMA, no sentido de serem elos facilitadores da ligação/relação entre a empresa e os/as munícipes.

1.1. Estratégia Local de Habitação de Matosinhos

A EHL Matosinhos foi aprovada (na sua componente referente ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1.º Direito) no final de 2019, tendo a sua versão mais abrangente sido aprovada já no início de 2020.

A ELH Matosinhos assenta no seguinte racional:



Tem como objetivos:

- Atrair e fixar residentes, em particular população ativa e profissionais qualificados;
- Consolidar o modelo territorial municipal;
- Promover a coesão social;
- Reforçar a intervenção do Município na promoção do acesso à habitação;
- Promover a qualificação e a coesão territoriais;
- Qualificar o parque habitacional.

MA.

Foram adotados os seguintes eixos e linhas estruturantes de intervenção:

MAW
CG.

Eixo 1 – Criar respostas destinadas aos segmentos da população mais desfavorecidos em situações de grave carência habitacional

MA

- LI 1.1. – Aumento da oferta de habitação para segmentos mais desfavorecidos da população
- LI 1.2 - Qualificação do parque habitacional e do habitat
- LI 1.3 - Resposta a situações específicas

Eixo 2 – Promover o acesso à habitação adequada por via do mercado, estimulando a diversidade de soluções

- LI 2.1 – Reabilitação, reconstrução e mobilização de edifícios devolutos para promover habitação a custos acessíveis
- LI 2.2 – Construção de nova habitação a custos acessíveis
- LI 2.3 – Apoio às famílias nos encargos com a habitação

Inclui, também, uma linha de intervenção transversal:

- LIT 1 – Promoção da adoção de soluções inovadoras

Durante o ano de 2022 foram submetidas, no âmbito do Aviso N.º 01/CO2-i01/2021 - Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência um conjunto alargado de candidaturas integradas no Programa 1.º Direito.

Soluções habitacionais	Tipologias de ações	Candidaturas submetidas		Candidaturas aprovadas	
		Fogos	Investimento (€)	Fogos	Investimento (€)
Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Reabilitação de conjuntos habitacionais municipais	491	22 385 751,40	177	5 896 629,67
	Reabilitação de fogos municipais devolutos para realojamento da lista de espera	75	595 731,15	37	236 792,02
	Soluções habitacionais específicas	104	3 681 000,00	0	0,00

Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais	Construção de habitação para realojamento da lista de espera	119	17 888 121,83	0	0,00
Aquisição e reabilitação de frações ou prédios degradados	Aquisição e reabilitação de prédios para realojamento da lista de espera	105	18 991 450,70	105	18 991 450,70
	Aquisição e Reabilitação de Bairros Sociais Privados	0	0,00	0	0,00
Aquisição de frações ou de prédios para destinar a habitação	Aquisição de prédios para realojamento da lista de espera	0	0,00	0	0,00
Totais		790	59 861 055,08	319	25 124 872,39

Tabela 1 - Quadro de candidaturas submetidas até final de 2022 e respetivas aprovações

Como se pode verificar as candidaturas submetidas **representam 46% dos fogos a candidatar, correspondendo a um investimento superior ao previsto no Acordo de Colaboração, isto é, as candidaturas submetidas representam um “overbooking” de 4,6% relativamente aos montantes contratualizados.**

As candidaturas aprovadas representam 19% dos fogos previstos disponibilizar no âmbito do Programa 1.º Direito, mas comprometendo já 44% do investimento previsto no Acordo de Colaboração.

1.2. Habitação Familiar

1.2.1. Habitação social

À semelhança do que vem acontecendo em anos transatos, e no cumprimento da lei 81/2014 de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela lei 32/2016 de 24 de agosto, e pelo Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos (RGPHMM), o Gabinete de Gestão Habitacional (GGH) assentou a sua atividade na gestão do parque habitacional social, dos Pedidos de Habitação e do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA).

No sentido de promover uma cultura de melhoria contínua, simplificando os procedimentos associados ao departamento, criando processos de trabalho e

MA preenchendo condições de monitorização do seu desempenho na concretização dos objetivos definidos na sua ação, em outubro de 2022, iniciou-se um estudo de avaliação e implementação de novos procedimentos com a colaboração do Instituto Kaizen.

MH
CQ

HW

No que diz respeito à instrução de pedidos de habitação, em 2022 foram apresentados 435 novos requerimentos. O procedimento de avaliação destes pedidos não sofreu alteração, tendo sido avaliados 316 requerimentos, não tendo sido possível avaliar os restantes dado que deram entrada incompletos.

Cumulativamente, foram realizadas 233 reavaliações, resultantes de alterações, seja de residência, composição do agregado familiar, dos rendimentos ou por alteração das condições de conservação das habitações. Em resultado destas avaliações e reavaliações, a equipa procedeu ao arquivo de 144 requerimentos.

	2021	2022
Novos	516	435
Avaliados	419	316
Reavaliados	194	233
Arquivados	199	144

Tabela 2 - Dados Pedidos de Habitação

A avaliação e reavaliação dos pedidos de habitação pressupões a realização de visitas domiciliárias, tendo-se realizado 350 visitas.

Estas visitas permitem a verificação das condições estruturais da habitação, e também da situação socioeconómica das famílias requerentes. Este domínio de intervenção prevê a realização de atendimentos aos munícipes que tenham instruído pedido de habitação, tendo sido realizados um total de 387 atendimentos.

	2021	2022
Atendimentos	174	387
Visitas domiciliárias	467	350

Tabela 3 - Diligências no âmbito dos Pedidos de Habitação

No final deste processo de avaliação e de graduação dos requerimentos, procede-se à publicação da listagem geral dos pedidos de habitação com a pontuação de cada agregado familiar.

Em 2022, foram publicadas 5 listas que, à semelhança daquilo que foi verificado em anos anteriores, se encontram disponíveis para consulta na Loja da Habitação e no site da MH. No cumprimento desta listagem e mediante os fogos sociais disponíveis, foram concretizados 65 realojamentos.

Em 2022, continuou a priorizar-se o acompanhamento psicossocial às famílias realojadas através de contactos e visitas regulares, o que permite uma agilização no processo de mudança habitacional e a possibilidade de consciencializar as famílias para os seus direitos e deveres enquanto arrendatários da MH.

	2021	2022
Realojamentos	40	65

Tabela 4 - Dados Realojamentos

1.2.2. Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento

Similarmente ao que tem vindo a acontecer em anos anteriores, o **Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA)** mantém-se como uma medida alternativa aos pedidos de habitação social face a situações de carência económica das famílias matosinhenses. Tendo em conta o contínuo aumento dos valores das rendas e o contexto de crise económica vivida mundialmente com o aumento da taxa de inflação, o PMAA continua a ser uma resposta imprescindível e célere na manutenção do arrendamento privado por parte dos seus beneficiários.

Impulsionado pelas dificuldades crescentes resultantes do aumento do custo de vida, o **Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento foi revisto com o objetivo de reforçar o impacto deste apoio na vida das famílias beneficiárias.**

Esta revisão, aprovada pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal, teve como principal foco:

- o reforço dos mecanismos de apoio do PMAA que se traduzem na criação de um novo escalão de 150€ por mês, tendo por base uma nova fórmula de cálculo,
- 10% de majoração para a pessoa ou titular que tenha idade igual ou inferior a 35 anos, e ainda
- um reforço de 1.3 milhões de euros de verba anual a despende pelo município.

Estas alterações foram divulgadas no seio de todas as Comissões Sociais de Freguesia com o objetivo de alargar a informação acerca deste programa junto da rede social.

Durante o ano de 2022, **foram formalizadas 226 novas candidaturas**, das quais **169 foram aprovadas e 57 arquivadas**, em virtude do não cumprimento das condições de acesso ou por não atingirem escalão de apoio.

Com base no regulamento em vigor, todas as candidaturas aprovadas têm a duração de 12 meses, estando sujeitas a uma renovação ao fim do 10.º mês. **No ano de 2022, foram instruídas 733 recandidaturas, das quais 595 mantiveram o apoio.** As restantes 138 não foram renovadas por incumprimento das condições de acesso ao programa e/ou por terem sofrido alterações nos seus rendimentos, no valor da renda, etc.

Em conclusão, no ano de 2022, o PMAA abrangeu uma média de 776 famílias, sendo o valor médio da comparticipação do apoio de 107,99€, correspondendo a um total de encargos anuais de 991.846,54.

	2021	2022
Novas candidaturas	212	226
Aprovadas	179	169
Arquivadas	33	57
Recandidaturas	679	733
Renovadas	567	595
Arquivadas	112	138

Tabela 5 – Dados PMAA

	2021	2022
Famílias apoiadas	723	776
Valor médio da comparticipação	107,63€	107,99€

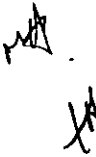
Tabela 6 – Valores de referência do PMAA

Para efeitos de apreciação de pedidos apresentados ao PMAA, foram realizados 1388 atendimentos presenciais e 144 visitas domiciliárias respeitantes a novos processos de candidatura e alterações de morada dos beneficiários.

	2021	2022
Atendimentos	1105	1388
Visitas domiciliárias	199	144

Tabela 7 – Diligências no âmbito do PMAA

Todas as informações relacionadas com este apoio são disponibilizadas nas plataformas digitais da MH, para que os/as munícipes consultem as condições de acesso ao PMAA, bem como os procedimentos para a formalização de candidatura ao programa.



1.3. Habitação Coletiva

Alinhada com anos transatos, a MH manteve uma intervenção ativa no que respeita à manutenção e criação de respostas inovadoras e alternativas para situações identificadas como prioritárias pelo município de Matosinhos, nomeadamente a situação de pessoas sem-abrigo ou famílias de extrema vulnerabilidade social.

1.3.1. Habitação Partilhada

No que concerne às habitações partilhadas existentes, a equipa técnica manteve o contacto próximo com os respetivos moradores, através de visitas domiciliárias, contactos telefónicos ou atendimentos presenciais, mantendo assim uma intervenção preventiva e concertada, que tem determinado o sucesso destas respostas.

De acordo com a **Estratégia Nacional para a Integração** das pessoas em situação de sem-abrigo, encontram-se em funcionamento desde 2021, no conjunto habitacional da Biquinha Antiga, 4 alojamentos de carácter temporário cedidos pela MH, sob a gestão da ADEIMA.

Dando seguimento a este protocolo e com o objetivo principal de autonomização, autorresponsabilização e capacitação pessoal e social dos indivíduos que beneficiavam desta solução habitacional, em 2022 criou-se uma resposta diferenciada, tendo sido atribuída habitação social, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto, que dita que podem ser beneficiários/as de um regime excecional de atribuição de habitação, em regime de renda apoiada, quem se encontre em situação de necessidade habitacional urgente e/ou temporária. Pese embora a gestão habitacional seja assegurada pela MH, mantém-se uma lógica de metodologia integrada em que a gestora de caso destes indivíduos continuará a assumir a função de mediadora e facilitadora nos processos de articulação e comunicação entre estas pessoas e as diferentes entidades/respostas da comunidade envolvidas no programa de inserção das mesmas.

Assim, foram criadas habitações partilhadas com a seguinte distribuição:

Freguesia	Habituação	Municípios
Matosinhos	Conjunto Habitacional da Biquinha (T2)	2 elementos do sexo masculino
Leça do Balio	Conjunto Habitacional de Custió (T2)	2 elementos do sexo masculino
Custóias	Conjunto Habitacional de S.Gens (T2)	2 elementos do sexo masculino
Guifões	Conjunto Habitacional de Gatões (T2)	2 elementos do sexo masculino

Tabela 8 – Distribuição das Habitações Partilhadas

1.3.2. Alojamento de emergência

Tal como vem sucedendo em anos precedentes, a MH manteve as 2 habitações para alojamentos de emergência (Conjunto Habitacional do Bairro dos Pescadores e Conjunto Habitacional do Tarrafal), possibilitando, tal como o nome indica, uma resposta de emergência para famílias que temporariamente vivenciem uma situação de ausência temporária de alojamento, em virtude das mais variadas ocorrências (calamidades, desastres naturais ou situações de extrema vulnerabilidade). Ambas as habitações se encontram equipadas e preparadas para acolher as famílias sinalizadas por qualquer uma das instituições parceiras e no período a que este documento respeita foram alojadas 4 famílias.

1.4. Atendimento / Acompanhamento Multidisciplinar e Participado

No âmbito da missão da MH, compete-lhe assim gerir a utilização, manutenção, conservação e afetação do Parque Habitacional Municipal, que se discrimina no quadro seguinte:

Freguesia	Conjunto Habitacional	Fogos	Famílias
Matosinhos	Bairro dos Pescadores	49	45
	Biquinha I	60	60
	Biquinha II	42	42
	Biquinha III	48	47
	Biquinha Antigo	220	212
	Biquinha N	126	120
	Carcavelos I e II	241	238
	Cruz De Pau - Antigo	136	108
	Cruz De Pau - 25 de abril	64	63
	Cruz De Pau - Austrálias	48	47
	Refinaria Angola	52	51
	Seara	132	127
	Tarrafal	10	10
	Bateria	75	75

Leça da Palmeira	Monte Espinho	108	106
Senhora da Hora	Lagoa	52	50
	Padrão Da Légua	56	56
	Barranha	1	1
	Estádio Do Mar	56	55
	Estádio Do Mar II	12	12
	Estádio Do Mar III	11	11
	Real De Cima	35	35
São Mamede Infesta	Estação	40	38
	Seixo I	230	222
	Seixo II	94	89
	Moalde	17	17
	Telheiro	44	43
	Laranjeiras	106	103
	Caixa Têxtil	86	73
Custóias	Custóias - Ex:lgaphe	60	60
	Fundação Salazar	48	46
	S. Gens	178	177
	S. Gens Pré-Fabricados	13	13
	S. Gens II - 1ª fase	7	6
	S. Gens II - 2ª fase	12	12
	S. Tiago Custóias	44	43
	Teixeira Lopes	48	47
Guifões	Sendim	376	373
	Gatões	263	254
	Ponte Do Carro	66	65
Leça do Balio	Custiú	154	147
	Recarei	154	150
Perafita	Guarda I	135	134
	Guarda II	22	22
	Guarda Antigo	38	36
	Farrapas	188	184
	Ribeiras I	58	58
	Ribeiras II	83	81
Santa Cruz do Bispo	Chouso	60	59
	Cidres	42	41
	Rio Leça	2	1
Lavra	Praia de Angeiras	24	23

Tabela 9 – Parque Habitacional Municipal

A equipa técnica desenvolveu a sua atividade nesta área, mantendo a sua intervenção próxima e constante, no sentido de melhorar as condições socio habitacionais das famílias residentes nos conjuntos habitacionais de Matosinhos.

MA

MA
CQ
W

No ano de 2022 iniciou-se um novo processo de atualização dos agregados familiares, tal como previsto no ponto 1 do artigo 33º do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos: *"Trianualmente a MatosinhosHabit – MH, E.M. reavalia as condições que determinaram o valor da renda,...sendo o/a arrendatário/a notificado para no prazo de 30 (trinta) dias apresentar todos os documentos constantes da comunicação para o efeito,..."*.

A intervenção da equipa técnica assentou maioritariamente no processo de revisão de renda que se traduziu num aumento exponencial do número de atendimentos. Assim, em 2022 realizaram-se 8032 atendimentos. Não obstante este trabalho, a equipa do GGH continuou a assegurar o acompanhamento e esclarecimento às famílias residentes nos conjuntos habitacionais, nomeadamente no que concerne à receção e à avaliação de pedidos de transferência, de desdobramento e de permutas habitacionais dos agregados familiares. Neste contexto, avaliaram-se 43 pedidos de transferência, 4 pedidos de desdobramento e 2 pedidos de permuta habitacional. Em relação à concretização destes pedidos, foram aprovadas 26 transferências, 3 desdobramentos e 2 permutas.

	2021	2022
Pedidos de transferência avaliados	47	43
Aprovadas	26	26
Pedidos de desdobramento avaliados	6	4
Aprovadas	2	3
Pedidos de permuta avaliados	6	2
Aprovados	5	2

Tabela 10 – Gestão habitacional – receção e avaliação de pedidos de transferência, desdobramento e permuta habitacional

Numa abordagem de constante gestão do parque habitacional, foram realizadas 533 visitas domiciliárias, atualizados 2946 agregados familiares e destes, revistas 247 rendas. Concretizaram-se ainda 87 transmissibilidades, 36 autorizações de residência, 71 integrações nos agregados familiares e 205 exclusões/renúncias.

	2021	2022
Atendimentos	3044	8032
Visitas domiciliárias	665	533

Tabela 11 – Diligências no âmbito da gestão habitacional

	2021	2022
Atualização de agregados familiares	461	2946
Revisão de rendas	464	247
Transmissibilidades	68	87
Autorizações de residência	44	36
Integrações	47	71
Exclusões/renúncias	62	205

Tabela 12 – Gestão habitacional – atualização de agregados familiares

Procedeu-se ainda ao levantamento de habitações ocupadas indevidamente ou desocupadas, tendo sido elaboradas 11 informações com o objetivo de a MH reaver a posse dos fogos.

Paralelamente à intervenção desenvolvida, a equipa técnica manteve um contacto próximo com as famílias, avaliando situações de precariedade económica e social, nomeadamente com recurso a visitas domiciliárias e outras diligências junto das entidades parceiras, com o objetivo de melhorar a situação das famílias. No seguimento deste trabalho, foi possível identificar situações de carência socio habitacional associadas a um défice de competências de higiene pessoal e habitacional por parte dos/as arrendatários/as e providenciar uma resposta adequada para a promoção de níveis de higiene e de salubridade considerados apropriados. Assim, em conjunto com o Departamento de Obras e Projetos e outras instituições parceiras, procedeu-se à retirada de bens danificados, desinfestação e limpeza do espaço habitacional e sempre que se comprovou a necessidade, foram providenciados bens essenciais ao quotidiano das famílias.

Ainda em articulação com o Departamento de Obras e Projetos, ao longo do ano 2022, foram analisados e avaliados todos os pedidos de adaptação de casa de banho, assim como outras situações que carecem de apreciação das necessidades e condições socioeconómicas dos agregados familiares. Sempre que se verificou a necessidade de atribuição de ajudas técnicas para munícipes com dificuldades de mobilidade, foi estabelecido contacto com o Passo Positivo, que através do Projeto Vizinhos avaliou e providenciou o material necessário para as 6 situações sinalizadas pela equipa técnica do GGH.

Relativamente às obras de reabilitação dos conjuntos habitacionais (Custóias – Ex-IGAPHE, Bairro dos Pescadores, Biquinha Antiga, Carcavelos, Biquinha 3.ª fase, Seixo I E Guarda FFH), a equipa manteve um acompanhamento de proximidade junto das famílias residentes nos conjuntos habitacionais intervencionados, através da realização de visitas e de contactos telefónicos regulares, reuniões com moradores/as, numa perspetiva de constante mediação entre a equipa de obras e as famílias. Este acompanhamento foi essencial na gestão das expectativas dos/as arrendatários/as que,

1.6. Reabilitação do Parque Habitacional Municipal

Prosseguindo o propósito de melhorar as condições de habitabilidade e conforto nos conjuntos habitacionais municipais, durante o ano de 2022, concretizando projetos realizados em anos anteriores, que a CMM materializou com o lançamento dos necessários procedimentos, foi prestada, pela MH, a indispensável assistência técnica aos projetos e realizado o acompanhamento da fiscalização municipal.

Empreitadas em Curso – Acompanhadas pela MH

RESPONSABILIDADE	CONJUNTO HABITACIONAL	N.º DE FOGOS
CMM (acompanhamento da MH)	Biquinha FFH (Antiga) (concluída)	218
	Custoias ex-IGAPHE (concluída)	104
	Biquinha - 3ª fase (concluída)	48
	Seixo I (em acompanhamento)	230
	Carcavelos - 1ª e 2ª fases (em acompanhamento)	240
	Bairro dos Pescadores – 1.ª fase (concluída)	8
MH	Guarda FFH – 1.ª fase	6
	Guarda FFH – 2.ª fase	32

1.7. Reabilitação de Fogos Devolutos e Manutenção Habitacional

A existência de fogos devolutos para novos realojamentos obriga à reabilitação do interior de habitações com maior ou menor grau de complexidade/dimensão de intervenção.

Em 2022, foram recuperadas, com recurso a verbas próprias da MH, 7 habitações devolutas, pelo valor de 23.428,00€, tendo sido o valor médio por intervenção de 3.346,86€.

Foram ainda reabilitadas 73 habitações devolutas, ao abrigo do contrato-programa com a CMM, no valor de 1.080.00,00€ + iva, com um valor médio de intervenção de 14.795,00€.

MA. à semelhança do sucedido anteriormente, se mostraram mais resistentes ao processo de mudança temporária de alojamento ou à concretização da reabilitação nos moldes predefinidos. O trabalho da equipa técnica do GGH revelou-se um elemento facilitador no processo de concretização das obras de reabilitação diminuindo os constrangimentos sentidos pelos arrendatários. FLW
eq.
H

1.5. Equipa de Intervenção – Projeto Piloto

A criação desta equipa de intervenção multidisciplinar, a iniciar a sua ação nos conjuntos habitacionais alvo de obras de reabilitação, teve como principal objetivo a identificação e a inventariação dos problemas socio habitacionais das famílias residentes nos territórios acima identificados, tendo como premissa uma atuação de cariz preventivo, evitando o surgimento de situações socialmente complexas, através de uma identificação de potenciais fatores de risco.

Apesar da pertinência do projeto em questão e da ambição da equipa em levar a cabo uma intervenção orientada para o munícipe, em prol de uma maior proximidade e eficácia na promoção de melhores condições socio habitacionais das famílias residentes nos conjuntos habitacionais, o ano de 2022 pautou-se pela ocorrência de alguns fatores que concorreram para a impossibilidade de avançar com prossecução o projeto.

Dada a especificidade do ano corrente, com o processo de atualização de agregados a exigir uma especial canalização de recursos para o sucesso desse trabalho, não foi possível à equipa técnica do GGH dedicar o tempo necessário para a organização e concretização deste projeto piloto.

Paralelamente a isto, foi iniciado um outro projeto que, embora distinto, partilha alguns dos objetivos que tinham sido propostos pela equipa de intervenção e que, ainda que não o substitua, desenvolveu a sua atividade tendo por base os conceitos de proximidade na intervenção e resolução eficaz e célere dos problemas identificados pelos moradores. O "Gestor de Entrada" é um projeto que consiste na eleição de um representante por cada entrada dos conjuntos habitacionais sob gestão da MH e cuja função principal é reportar à MH os problemas identificados pelos moradores dessa mesma entrada, nomeadamente ao nível de aspetos relacionados com a manutenção habitacional/limpeza/acumulação de bens nos espaços comuns.

Handwritten marks: a checkmark, the number '09', and a signature.

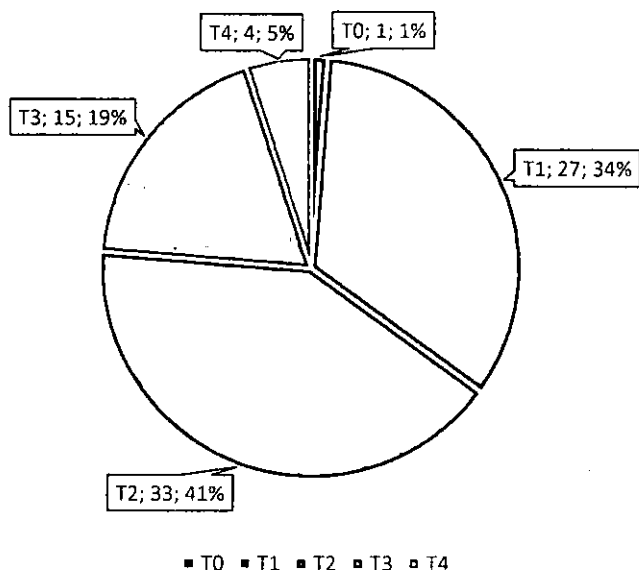


Gráfico 1 - Distribuição das 80 habitações por tipologia

A manutenção corrente e de conservação do parque habitacional, absorve uma parte muito significativa de recursos financeiros. A visibilidade e implicação deste trabalho na vida dos nossos arrendatários exige uma eficaz e célere resposta dos serviços, tendo como principal métrica uma criteriosa aplicação dos recursos financeiros alocados.

No ano em referência foram apresentadas na MH, 3756 participações de anomalias que, após verificação com respetiva visita técnica, resultaram em:

- **1312** intervenções de reparação, conservação e adaptação com recurso a prestadores externos da devida especialidade;
- **2163** intervenções de reparação de avarias ou anomalias solucionadas com recursos próprios, equipas de piquete desta empresa municipal;

O custo total das intervenções neste ano foi de **675 480,37€**. O valor médio por intervenção foi de **514.85€**.

Deu-se seguimento às diligências necessárias para a concretização do "Plano Estratégico de Intervenções de Manutenção e Reabilitação do Parque Habitacional Municipal" que auxiliará as ações de manutenção preventiva e sua previsão orçamental. Para dar resposta aos inúmeros processos de manutenção habitacional foram desenvolvidos e implementados Contratos de Execução Continuada (CEC), instrumento que permitiu uma resposta mais célere e uma maior previsibilidade dos custos das intervenções, uma vez que uma das premissas do mesmo é a fixação de valores

Conjunto Habitacional	Nº de Reabilitações
25 Abril	1
Biquinha 2.ª Fase	3
Biquinha Antiga	3
Biquinha Norte	9
Caixa Têxtil	2
Carcavelos	2
Chouso	1
Custió	3
Estação	1
Estádio do Mar II	1
Farrapas	3
Fundação Salazar	3
Gatões	8
Guarda I	1
Lagoa	1
Laranjeiras	2
Ponte do Carro	1
Praia de Angeiras	1
Real de Cima	1
Recarei	3
Refinaria Angola	1
Ribeiras	1
Ribeiras II	1
S. Gens II	1
S. Gens	1
Santiago	1
Seara	5
Seixo I	9
Seixo II	2
Sendim	6
Tarrafal	1
Teixeira Lopes	1

Tabela 12 - Distribuição das 80 habitações reabilitadas por Conjunto Habitacional

tabelados para os trabalhos de manutenção mais frequentes. No seguimento do sucesso dos CEC, os mesmos serão reproduzidos novamente, inclusive estendendo-os a especialidades em falta, o que continuará a permitir rotinar procedimentos e aferição de preços por tarefa / especialidade.

Em simultâneo, estão a ser desenvolvidas diligências para a criação de um Acordo Quadro (AQ), que englobe os principais procedimentos de manutenção habitacional e cuja necessidade foi identificada dado os valores utilizados no âmbito da manutenção habitacional.

1.8. Projetos de Reabilitação de Conjuntos Habitacionais

No ano 2022 foram concluídos os procedimentos relativos aos 12 projetos de reabilitação de conjuntos de habitação municipal, e contratada a revisão dos 5 projetos de reabilitação, a candidatar ao 1.º Direito/PRR.

Empreitadas a iniciar em 2023:

Conjunto Habitacional	N.º de Fogos
Recarei	154
Custió	154
Ponte do Carro	66
Chouso	60
Seixo II	94

Projetos de reabilitação concluídos (a aguardar lançamento de empreitada):

Conjunto Habitacional	N.º de Fogos
São Gens	178
Austrálias	48
Estação	40
Padrão da Légua	56
S. Tiago de Custóias	44
Telheiro	44
Gatões	263

W
CQ

1.9. Construção de Habitação Social Municipal

No âmbito do PRR, e na qualidade de entidade responsável pela gestão do parque habitacional da CMM e corresponsável pela implementação da ELH Matosinhos, está em curso o acompanhamento dos seguintes projetos de construção de habitações para Arrendamento Apoiado:

Conjunto Habitacional	N.º de Fogos
Estádio do Mar	105
Atriz Alda Rodrigues	74
Doutor António Teixeira de Melo	64
São Gens - Piscinas	119
Flôr do Infesta	105
Loteamento dos Maias	45

Tabela 14 - n.º de fogos e novas construções

Ainda no âmbito da ELH Matosinhos, foi aberto procedimento para a elaboração de projeto de reabilitação de uma moradia na Rua do Godinho n.º 769, para apresentação de candidatura a Bolsa de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT).

1.9. Outros Estudos e Projetos

A MH deu continuidade à assessoria técnica a proprietários com baixos recursos financeiros, que pretendam candidatar-se a financiamento ao abrigo do Programa 1.º Direito para a reabilitação da sua habitação, auxiliando-os na elaboração das mesmas e no seu seguimento.

HA

1.10. Comemoração dos 30 anos do Plano Especial de Realojamento – “MANIFESTHABITALÇÃO”

MM
CQ.

Ainda durante o ano de 2022, a MH e a CMM, em estreita articulação e cumprindo o desígnio comum de comemorar, em 2023, os 30 anos do Plano Especial de Realojamento (PER) e os 50 anos do 25 de Abril, iniciaram reflexão conjunta e trabalho preparatório, para levar a cabo o Evento “MANIFESTHABITAÇÃO”, com inauguração prevista para setembro de 2023.

HW

Desta comemoração, que visa promover reflexão sobre o Habitar (a habitação social e a habitação privada, desenhando e especulando novos modelos de cidade, sua planificação, construção e integração social, sem descurar a arquitetura e a economia) constarão, para além de uma Exposição, Colóquios/Fórum e uma Publicação. Estes trabalhos prosseguirão durante o ano de 2023.

EIXO II

Trabalhar para Comunidades Inclusivas e Saudáveis



MH A MH, complementando a atribuição de habitação municipal, desenvolve ações de base comunitária, que visam potenciar a harmonização social e a capacitação pessoal e coletiva, tendo como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população, a coesão social e territorial, através do estabelecimento de parcerias, consolidação das já existentes e a realização de iniciativas partilhadas.

MH
CP.
H

No ano de 2022, desenvolveram-se ações de base comunitária, construídas/concebidas para as pessoas e com as pessoas nos territórios, dando-se especial enfoque ao trabalho colaborativo e de proximidade, criando sinergias com as instituições locais e outras realizando iniciativas partilhadas.

2.1. Economia Circular, Ambiente, Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos

No ano de 2022 a MH desenvolveu ações/projetos, que visaram de forma integrada, potenciar a consciencialização rumo a comportamentos sustentáveis, responsáveis e informados, relativamente à gestão de resíduos, das perdas e dos impactos ambientais, respondendo a um dos objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste âmbito, foi dada continuidade à intervenção realizada no Conjunto Habitacional das Ribeiras I - **Certificação Coração Verde**, em parceria com a LIPOR e com a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, no sentido de fortalecer os conceitos de sustentabilidade, economia circular e otimização de recursos, numa lógica de dinâmica comunitária, iniciada em 2021.

Dando-se seguimento à implementação do plano de ação do projeto, foi ~~tendo sido~~ promovida uma ação de **Sensibilização Contra o Desperdício Alimentar**, na qual participaram 10 pessoas residentes no Conjunto Habitacional das Ribeiras I e uma ação de **restauro do piso da praça**, ação esta sobre responsabilidade da União de Freguesias de Perafita, Lavra e Stª Cruz do Bispo.

Realizaram-se ainda visitas regulares de acompanhamento ao conjunto habitacional, de forma a não quebrar o reforço positivo de incentivo às boas práticas quotidianas, abrangendo um total de 58 agregados.

Na prossecução da política de responsabilidade social, em colaboração com a LIPOR deu-se continuidade à **Campanha de Recolha de Tampinhas** que consiste na recolha das tampas de plástico depositadas nas 5 estruturas artísticas produzidas pela MH.

W
Cg
JA

Enquanto campanha itinerante, contamos com a colaboração e participação ativa dos seguintes parceiros: União de Freguesias da Senhora da hora e S. Mamede de Infesta, União de Freguesias Custóias, Leça do Balio e Guifões, União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, Escola B1/JI de Cabanelas, Escola nº 2 de Perafita, Agrupamento Escolar de Leça da Palmeira, Centro de Incentivar a Partilha – CiaP.

Em resultado desta campanha e com a cooperação dos nossos parceiros, foi entregue à Lipor aproximadamente 1 tonelada de tampas de plástico.

Ainda em parceria com a LIPOR, levou-se a cabo o trabalho desenvolvido na esfera do Protocolo de Colaboração, **Projeto CREW - Centro de Recuperação de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos**, que tem como missão promover a consciencialização da população face ao desperdício, a partilha de conhecimento e experiência, envolvendo a comunidade na circularidade e sustentabilidade, potenciando a intervenção junto das populações e a promoção, através da dinamização dos workshops de Manutenção de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, de práticas do uso consciente dos recursos designadamente na redução dos resíduos e do incentivo para a reciclagem.

O projeto tem como finalidade a recolha de resíduos elétricos e eletrónicos não funcionais, a reparar pelo CREW, de forma a serem posteriormente redirecionados para famílias em situação de vulnerabilidade sinalizadas pela MH e entidades locais de Matosinhos.

No decorrer do ano 2022, foram entregues **153 Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) ao CREW com potencial de recuperação**. No âmbito das doações, o CREW, doou à MH 71 equipamentos que vieram integrar o Banco de Bens. Além do exposto, foi desenvolvido **1 workshop de Manutenção e Reparação de REEE**, envolvendo 18 participantes, residentes no Conjunto Habitacional de Cruz de Pau.

A MH deu prosseguimento ao desenvolvimento do Projeto Banco de Bens, que visa dar resposta social complementar, através da doação de equipamentos aos/às munícipes em situação de vulnerabilidade económico-social, promovendo o trabalho em rede, estimulando a economia circular e fomentando a solidariedade. **Durante o período em**

apreço, o Banco de Bens doou **84 bens a famílias e 19 bens a instituições sediadas no concelho de Matosinhos.**

A MH estabeleceu-se contactos periódicos com os parceiros locais no sentido de divulgar os equipamentos disponíveis para doação, dar resposta às solicitações da Rede Social, e deu continuidade à parceria junto das Uniões de Freguesias de Custóias, Guifões, Lavra, Leça do Balio, Perafita, São Mamede de Infesta, Santa Cruz do Bispo e Senhora da Hora, no âmbito do serviço de transportes dos equipamentos.

Ainda no âmbito do combate ao **Desperdício Alimentar**, foram promovidas três sessões, sobre esta temática, em articulação com a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, e com as respetivas Conferências Vicentinas desses territórios, previstas no plano de ação das Comissões Sociais de Freguesia.

Estas ações tiveram como propósito a rentabilização, e diversificação alimentar, na confeção de refeições, tendo como base o cabaz alimentar entregue no mês de dezembro, às famílias beneficiárias deste apoio, por parte das Conferências. Nestas sessões participaram 31 mulheres.

2.2. Saúde e Estilos de Vida Saudáveis

Considerando os tempos atuais, a saúde e estilos de vida saudáveis assumem-se como um domínio de intervenção com maior enfoque na prevenção e sensibilização.

Centrados neste objetivo, e com vista a contribuir para “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades” (OMS), em 2022, a MH impulsionou um conjunto de iniciativas no domínio da saúde.

Em sinergia com a Associação Passo Positivo, no âmbito do projeto **Prevenir é o Melhor Remédio**, iniciou-se a intervenção direcionada à prevenção de acidentes domésticos e à promoção de ambientes habitacionais capacitadores e seguros, junto dos/as moradores/as com incapacidade funcional dos Conjuntos Habitacionais Chouso, Ponte do Carro, Cidres, Sendim, Gatões, Caixa Têxtil, Laranjeiras, Moalde, Telheiro, Seixo I, Seixo II e Estação.

Neste enquadramento, com vista a minimizar a dependência de cuidados através de intervenções informativas, educativas desenvolvemos **372 contactos de proximidade, em que resultaram 25 intervenções/colocações de ajudas técnicas** nas habitações,

que em simbiose potenciam a independência, autonomia e qualidade de vida dos/as moradores/as.

Em paralelo, foram levados a cabo rastreios de Tensão Arterial, Vitalidade, Capacidade: cognitiva, locomotora, visual, auditiva e psicológica. Esta iniciativa envolveu **163 moradores/as nos Conjuntos Habitacionais**.

Neste enquadramento, a MH colaborou na divulgação de informação sobre Acidentes por Queda Áreas Comuns, Acidentes por Queda Casa de Banho, Acidentes por Queda no Quarto, Confeção e Armazenamento de Alimentos, Erro Medicamentoso, Exercício físico e mobilidade ativa, Manipulação de Cargas, Higiene, Uso de Sanitário e Vestuário, Intoxicações e Tarefas Domésticas, através da afixação de cartazes nas 176 entradas dos Conjuntos Habitacionais a que este projeto se dirige.

No âmbito do **Programa Nacional dos Bairros Saudáveis, Projeto “Viver com a Diabetes”**, centrados na esfera da saúde, a MH, em colaboração com a Associação de Diabéticos de Portugal, direcionou um conjunto de iniciativas ligadas à prevenção da diabetes com objetivo último de melhorar as condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida dos/as moradores/as dos Conjuntos Habitacionais Caixa Têxtil, Estação e Laranjeiras.

Partindo da divulgação e distribuição de informação centrado no tema, esta iniciativa culminou na realização de Rastreios da Diabetes, estes propiciaram o **envolvimento e participação de 108 pessoas no diagnóstico precoce da diabetes**, permitindo sensibilizar para maiores cuidados diários, com alimentação equilibrada, atividade física e saúde evitando assim o seu aparecimento e/ou evolução.

No seguimento da parceria com entidades de intervenção local no domínio da saúde, e ainda na extensão do Programa Nacional dos Bairros Saudáveis, colaboramos com a Associação de Apoio a Pessoas com Cancro, levando a cabo **campanhas de sensibilização e informação para as medidas de prevenção do cancro nos quais participaram 60 pessoas** residentes nos Conjuntos Habitacionais de Laranjeiras, Telheiro, Seixo I e II.

Firmados na colaboração com a Associação para o Planeamento da Família, no âmbito do projeto **“SAFE - Saúde, Arte, Formação, Educação”**, que propõe uma intervenção focada na Saúde Sexual e Reprodutiva, numa lógica de proximidade com os/as moradores/as no Conjunto Habitacional do Seixo, com vista a promover os estilos de vida e comportamentos saudáveis assim como a igualdade de oportunidades.

MA

Neste enquadramento, na continuidade das entrevistas exploratórias a técnicos/as, colaboramos com a elaboração e aplicação de questionários a um elemento de cada um dos 315 agregados residentes no Conjunto Habitacional do Seixo. A informação recolhida contribuiu decididamente para a realização de um estudo desta comunidade.

MAN
C9.
H

Ainda nesta esfera de ação e focados na importância da alimentação na adoção de um estilo de vida saudável, cooperou-se com a Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos - ADEIMA, no projeto **"Matosinhos à Volta da Mesa"**.

Este projeto, teve por objetivo a criação de um canal de Youtube com dinamização de episódios centrados na abordagem de temas para a promoção da saúde e nas boas praticas. A MH, colaborou na mobilização para a participação de locutores/as de entidades de intervenção local, permitindo dar a conhecer a sua missão e intervenção, e ainda na identificação e mediação para o envolvimento dos/as moradores/as nos Conjuntos Habitacionais que vieram enriquecer os conteúdos com a partilha de histórias de vida.

Com vista a complementar e reforçar este eixo de intervenção, também no que concerne às boas práticas desportivas, deu-se continuidade ao trabalho colaborativo com a Associação de Atletas de Força – O Mais Forte assente no acompanhamento técnico ao **Projeto "Eu, Tu, Nos... Somos Seixo"**. Este projeto, teve como enfoque o envolvimento e transformação dos/as moradores/as do Conjunto Habitacional do Seixo em agentes ativos de mudança individual e coletiva, paralelamente intensificando eles de relação, partilha e vivência parental e de comunidade através da dinamização de atividades desportivas dirigidas a crianças, jovens e adultos/as.

O **projeto "100Limites"**, da iniciativa da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Leça do Balio visa promover a cooperação entre Bombeiros, Comunidade Escolar e Comunidade Local combatendo vários problemas sociais identificados no território, tendo como objetivos promover estilos de vida saudáveis, a promoção da cidadania e coesão social, e a prevenção e proteção da saúde.

A MH, enquanto parceira do projeto, acompanhou 3 iniciativas: foram desenvolvidas 2 sessões de prevenção Covid- 19, com entrega de kits de proteção individual, abrangendo 296 residentes nos Conjuntos Habitacionais de Recarei e Custió.; 1 visita ao território, tendo como objetivo levar a cabo a sessão de Prevenção e Autoproteção em Caso de Incêndios em Casa foram abrangidos 149 residentes do CH de Recarei.

Iniciou-se os contatos com a CMM – Divisão de Bibliotecas e Arquivo, através do Centro de Leitura Especial – Serviço de Impressão em Braille, dando início ao **processo de transcrição em braille** de vários documentos que são disponibilizados pelos serviços da MH à população.

Nesta colaboração, deu-se prossecução ao trabalho em colaboração com a Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA), através da requisição do serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa (LGP). Nesse sentido, foram feitos 10 atendimentos na MH com recurso de interprete de LGP.

Após a situação pandémica, encetou-se contatos com o CROAM, no âmbito da saúde publica, no sentido de definir estratégias para uma intervenção concertada nos territórios sobre Gestão da MH.

2.3. Associativismo, Cidadania e Cultura – Projeto Gestor de Entrada

Dando continuidade ao trabalho iniciado junto da população residente no conjunto habitacional da Cruz de Pau, a MH deu prioridade à criação e implementação do **Projeto Gestor de Entrada (GE)**.

Este projeto tem como principais objetivos fomentar a participação/ colaboração dos/as moradores/as, a sua responsabilização e implicação na gestão e preservação dos espaços comuns, assim como, promover a apropriação positiva do edificado e espaços públicos, com vista a impulsionar a inclusão social, a capacitação, o empoderamento e autonomia, a harmonização de relações de vizinhança, o sentimento de identidade, a pertença e valorização cultural.

O GE apresenta-se como um modelo de gestão de proximidade, que fomenta e coadjuva a comunicação bilateral entre a MH e os/as moradores/as dos Conjuntos Habitacionais.

Assim desde julho até ao final do mês de dezembro de 2022, a equipa GE desenvolveu e criou condições para a implementação deste projeto. Numa fase inicial foram criados os materiais de suporte, nomeadamente as normas de gestão, a instrução de trabalho, os formulários, o cronograma da intervenção, etc.

Consumada esta fase, iniciou-se a aplicação efetiva do programa nas suas diversas fases: auscultação dos moradores, preparação e realização das reuniões, registo da

MA informação e por último a monitorização das situações elencadas pelos GE e restantes moradores.

MAN
C9.

No processo de implementação do projeto e criação, por designação entre moradores do Gestor de Entrada, foram feitas sessões de esclarecimento nos seguintes conjuntos habitacionais: Cruz Pau Antigo, Biquinha 3.º fase, Fundação Salazar, Custóias FFH, Ribeiras I, Seara, S. Tiago Custóias, Cruz Pau 25 de Abril, Estádio do Mar I, II e III e, por último, Farrapas.

JA

Foi realizada a auscultação de 104 entradas, correspondendo a um total de 775 agregados, tendo sido abordados, presencial ou telefonicamente, 619 moradores, o que corresponde a 80% da totalidade dos abrangidos.

Esta auscultação constou de uma breve apresentação do programa e aferiu a disponibilidade dos moradores para a presença nas reuniões e a motivação destes para desempenhar o papel de GE. Em simultâneo foi feita uma verificação dos espaços comuns e a identificação de possíveis anomalias.

Foram realizadas 118 reuniões, com a seguinte distribuição:

- Primeiras reuniões: 88
- Segundas reuniões: 30

Em relação às primeiras reuniões de um total de 673 agregados estiveram presentes 415 moradores (62%), mas apenas em 57 reuniões (64%) existiu o quórum necessário para se realizarem.

Por isso realizaram-se ainda 30 segundas reuniões (34%), nas quais, de um total de 211 agregados abrangidos, estiveram presentes 98 (46%).

No ano em referência, foram eleitos 71 GE (81%) e não foi possível eleger GE em 17 entradas (19%), seja por vontade dos moradores ou por não terem existido condições para a eleição devido a conflitos entre os moradores.

Após a realização das reuniões, foi assegurado o apoio técnico e a orientação, através da equipa técnica da MH; sistematização da informação, realização das atas de reunião, elencar das anomalias identificadas e respetivo envio para os departamentos para a correção das mesmas.

A monitorização das anomalias identificadas foi feita em articulação com os GE. Foram efetuados cerca de 35 contactos telefónicos com os GE e 77 visitas domiciliárias para monitorização e avaliação da intervenção realizada.

Finalmente, no seguimento das anomalias identificadas, essencialmente relacionadas com a limpeza dos espaços comuns, a equipa realizou 3 reuniões com as empresas responsáveis pelo serviço a fim de elevar a qualidade do serviço, através de uma resposta mais adequada naquela tarefa.

Recentemente, com a colocação de vitrines no espaço comum dos conjuntos habitacionais da Cruz de Pau Antigo, Biquinha 3.ª fase e Cruz Pau 25 de Abril, a equipa deslocou-se a todas as entradas em questão (27) a fim de entregar as chaves das vitrines, assim, recolher as assinaturas das atas das reuniões realizadas e respetiva afixação das mesmas.

Ainda neste eixo de atuação, tendo como objetivo incentivar a identificação e apropriação positiva do território, valorizar e promover relações intergeracionais, trabalhar temáticas de inclusão através da street art, foi desenvolvido o projeto “**Mural(iZ)Arte**”, no âmbito da Comissão Social de Freguesia de Leça da Palmeira, através da execução de um mural no Conjunto Habitacional Monte Espinho, mais concretamente na Associação dos Amigos da Terceira Idade (ATI) de Leça da Palmeira. A concretização deste mural contou com a presença de 23 crianças e idosos do Jardim de Infância de Monte Espinho e da ATI.

O **Projeto “Ribeiras + Inclusiva”**, desenvolvido no âmbito do Programa Bairros Saudáveis no Conjunto Habitacional das Ribeiras I e II, visa a abordagem de proximidade através da arte como meio para intervir noutros domínios sociais assim como a realização de ações de formação e doação de tablets de forma a combater o isolamento social.

Neste sentido, foi realizado um **Workshop de arte urbana** com 11 jovens residentes no Conjunto Habitacional das Ribeiras II, permitindo um diálogo fluido entre os jovens para compreender quais as dinâmicas do Conjunto Habitacional. Através deste Workshop foram idealizados dois murais que posteriormente foram executados com a participação destes mesmos jovens. Nas pinturas dos murais, os jovens puderam expressar os seus valores através da vertente artística, promovendo assim uma apropriação positiva do espaço. Esta dinâmica teve a presença de 30 participantes. A última atividade realizada no âmbito deste projeto foi a identificação e a visita domiciliária aos 16 idosos em

situação de isolamento social, residentes nos Conjuntos Habitacionais Ribeiras I e II. Este projeto foi desenvolvido em parceria com a Associação para o Desenvolvimento e Mobilização Social (DEMOS) e a União de Freguesia de Perafita, Lavra e Santa Cruz de Bispo.

MH
09
1/1

O Projeto “Mãos à Ópera”, promovido por Ópera ISTO - Associação Cultural, denomina-se como projeto de intervenção pela arte, que visa promover a coesão e a integração social através de workshops artísticos. A MH foi parte integrante neste projeto, uma vez que acompanhou e participou em 24 workshops na área da interpretação, cenografia, caracterização, figurinos, expressão musical, prevenção Covid-19, abrangeu 15 residentes no Conjunto Habitacional da Guarda, foram ainda realizadas 2 apresentações artísticas interativas comunitárias que integraram 28 participantes diretos e mais de 150 participantes indiretos. Ao longo do projeto efetuou-se 6 visitas ao território com vista à apresentação do projeto e à promoção da mobilização da população a participar no projeto. Foram produzidas 3 notícias sobre o desenvolvimento do projeto e divulgadas nas plataformas digital da MH. Realizaram-se 3 reuniões tendo por base dar apoio ao preenchimento e submissão dos relatórios de atividades e contas.

O Projeto “(Com) Vida S- Gens Histórias do meu Bairro”, promovido pelo Grupo Desportivo Recreativo e Cultural Alto de Avilhó, tem como propósito promover a participação atividade dos/as residentes no Conjunto Habitacional de S. Gens na construção de 5 filmes sobre as vivências, quotidiano e aspirações destes moradores/as.

Enquanto parceiro do projeto, a MH acompanhou e foi parte integrante no desenvolvimento da produção dos 5 filmes gravados na zona envolvente do Conjunto Habitacional de S. Gens abrangendo a participação de 50 residentes.

A MH participou também em 6 reuniões de monitorização no âmbito do desenvolvimento do projeto quer no planeamento das ações, quer no apoio técnico às solicitações do Programa Nacional dos Bairros Saudáveis. Produziu-se 5 notícias que foram publicadas nas plataformas digitais da MH e do Projeto Com(vida) S. Gens. O projeto fez 12 apresentações públicas internacionais (Portugal, México, França, Reino Unido, Bangladesh, Coreia do Sul) dos 5 vídeos.

Enquadrado no Plano de Ação da Comissão Social de Freguesia de Guifões, Custóias, Srª da Hora, o projeto Hora do Conto, promovido pela MH, teve como objetivo trabalhar as interações geracionais da população promovendo expectativa de vida saudável e de

qualidade de vida a todas as pessoas no processo de envelhecimento, potenciar a participação social, cultural entre crianças e idosos/as, assim como promover um bom relacionamento entre as gerações com vista à desmistificação das representações sociais negativas, relacionadas com o envelhecimento.

Para o efeito, a MH monitorizou 11 encontros/ensaios entre crianças e idosos/as com vista a apresentação de um espetáculo artístico. Foram apresentadas 2 peças de teatro envolvendo 51 pessoas. Ainda nesta linha de intervenção, foram dinamizadas atividades transversais a todas as gerações, o que permitiu a interação e partilha entre pessoas idosas, jovens e crianças, iniciativa que contou com 34 participantes.

A iniciativa **Tapete de Flores** foi desenvolvida na zona envolvente do Conjunto Habitacional da Guarda, teve como objetivo mobilizar a população residente para participarem na construção do tapete de flores, no âmbito das festas de S. Mamede de Perafita. Para o efeito foram dinamizadas, 2 atividades com vista à preparação do tapete, trabalhou-se a temática da paz, tema do tapete, e deu-se início à preparação do tapete através da pintura do sal, criação dos desenhos a integrar no tapete, contando com a participação de 15 crianças residentes no CH da Guarda. Esta iniciativa ocorreu a 2 de julho e contou com a participação de cerca de 50 crianças e adultos residentes nas habitações sociais sob gestão da MH. Foram também entidades parceira a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Sta. Cruz do Bispo e a ADEIMA- Guarda em Ação.

Neste domínio de intervenção, a MH deu continuidade à parceria no **projeto “O Bairro está (IN)clusivo”**, promovido pela Escola Superior de Arte e Design (ESAD), prestando apoio e acompanhamento às ações nomeadamente de construção das 5 estruturas e do mural no Conjunto Habitacional de Cruz de Pau, envolvendo toda a comunidade do território em questão. Foram ainda estabelecidos contatos de articulação com diferentes serviços da CMM, União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, no sentido de agilizar e diligenciar meios logísticos assim como limpeza de espaços.

Em 2022, à semelhança de anos anteriores a MH aliou-se à Associação Passo Positivo na **Campanha de Angariação de Fraldas**, tendo-se disponibilizado como ponto de entrega de produtos de absorção e incontinência. Esta parceria, teve em vista o unir de esforços no sentido de suprimir a necessidade deste material de saúde e bem-estar de famílias em situação de vulnerabilidade.

2.4. Segurança Urbana e Espaço Público

Neste eixo de intervenção a MH, concerta operações de reestruturação/restauração/melhoramento de espaços públicos dos conjuntos habitacionais, com o objetivo de melhorar a segurança com medidas efetivas de mobilização da população, usando esta estratégia para a promoção da apropriação positiva do espaço, potenciando a sua preservação e conservação.

HM
CQ
AN

Neste sentido a MH desenvolveu ações de verificação da ocupação indevida dos espaços comuns em 3 Conjuntos Habitacionais, Seixo I e II e Custóias Ex-IGAPHE, num total de 47 entradas, com a identificação de 116 situações anómalas, tendo sido resolvidas cerca de 43% das situações identificadas. **Foram também aplicados 34 autos dos quais foram resolvidos 25 e os restantes encontram-se em acompanhamento.**

Com vista à promoção da reintegração social de indivíduos a cumprir medidas de trabalho a favor da comunidade em consonância com o protocolo firmado com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a MH deu continuidade ao acompanhamento dos processos de integração de dois prestadores, a esta data de baixa médica.

2.5. Dinâmicas Familiares e Prevenção da Violência Entre Pares

No prosseguimento da colaboração com a Associação Plano i, no âmbito do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, deu-se continuidade à dinamização de 7 sessões de sensibilização de acordo com os kits didáticos, no sentido de continuar a promover os direitos humanos, a igualdade de género, e o combate ao preconceito generalizado e violência entre pares. Estas sessões foram desenvolvidas junto da comunidade escolar da Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, uma vez que 40% dos alunos que integram as atividades escolares, residem nos Conjuntos Habitacionais sobre gestão da MH, tendo participado assiduamente, um grupo de 12 jovens.

Ainda em parceria com a Associação Plano i, na prossecução da nossa participação na Comissão Social de Freguesia de Sta. Cruz do Bispo, promovemos a dinamização de uma ação em colaboração com uma coletividade desportiva local, o Grupo Desportivo e Cultural Junqueira Futebol Clube, destinada aos atletas e às atletas (grupo de adolescentes e jovens), e também aos encarregados de educação, que visou a sensibilização e prevenção no âmbito da temática do Bullying e do Cyberbullying. A

dinâmica foi pensada em formato familiar, e contamos com a presença e participação de 41 pessoas.

- Deu-se ainda todo o apoio solicitado ao desenvolvimento do **Projeto “Bairros SEM Bulling”** – da Associação Plano i, desenvolvido nos territórios de Matosinhos e Senhora da Hora, que visava a promoção da saúde mental, prevenindo o Bullying e a violência interpessoal.

2.6. Capacitação Social e Empregabilidade

Na esfera da capacitação social, em sinergia com a Associação Aventura com Carisma, no âmbito do Projeto Leixões das Memórias, deu-se prossecução à mobilização da comunidade residente no Conjunto Habitacional Bairro dos Pescadores para uma participação ativa num conjunto de iniciativas que têm como motor a identidade da cidade através da partilha das vivências, histórias e memórias dos/as moradores/as que se personificaram e materializaram em exposição e painel artístico, este último, enriquecendo a qualificação do espaço público.

Ainda na esfera do Programa Nacional dos Bairros Saudáveis, fizemos o acompanhamento ao **Projeto “Incentivar a Partilha em Cruz de Pau”**, estivemos presentes e apoiamos as atividades lúdicas incluídas na transformação dos espaços exteriores e participamos ativamente no apoio à recolha de documentação e informação existente na MH para a construção da Exposição e Portfólio das Memórias das Memórias do Bairro, que contou com a participação ativa de residentes no território, bem como se fez a ponte entre as várias entidades que integram o CIAP – Centro Incentivar a Partilha, e as populações residentes no território da Cruz de Pau.

No que concerne, ao acompanhamento efetuado no âmbito dos projetos aprovados ainda no âmbito do Bairros Saudáveis, **“O2 – Oportunidades para Tod@s”** promovido pela Associação para a Educação de Segunda Oportunidade e ao Projeto **“SeaShore Angeiras”** da Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras, o mesmo foi efetuado sempre que solicitaram a presença em reuniões e ou articulação com entidades parceiras para a prossecução das diferentes ações dos projetos.

Incluído no plano de ação da Comissão Social de Freguesia de Custóias e S. Mamede Infesta no Eixo Estratégico 4 – coesão social e cidadania, a MH em colaboração com

APF – Associação para o Planeamento da Família, desenvolveu 2 ações de formação “História e Cultura Ciganas: Conhecer para Incluir”, estiveram presentes 39 participantes, estas tiveram como foco promover estratégias de comunicação, atendimento e abordagem junto das pessoas ciganas.

MAN
CG.
H

2.7. Envelhecimento Ativo

Nas últimas décadas, o concelho de Matosinhos, tem vindo a registar uma tendência consistente de aumento de população idosa. Tendo em conta a necessidade de contribuir para um processo de envelhecimento ativo e saudável, foi assegurado um maior acompanhamento de proximidade, através de iniciativas que se traduziram numa “otimização de oportunidades para a saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem” (OMS)

Enquadrado nesta matéria, importa destacar a parceria com a CMM, no **Programa de Teleassistência**, que se objetiva no acompanhamento contínuo e personalizado de um serviço integrado no domicílio a pessoas idosas. Firmada esta colaboração, a MH desenvolveu um trabalho de identificação, sinalização e encaminhamento de pessoas idosas residentes nos Conjuntos Habitacionais de Matosinhos, mantendo no ano 2022, o acompanhamento a 18 pessoas idosas integradas no Programa, uma das quais com voluntária destacada pela Divisão de Desporto Juventude e Voluntariado – Projeto VEM da CMM.

Com vista, a destacar as vivências, experiências e saberes das mulheres ligadas às indústrias conserveiras e residentes nos Conjuntos Habitacionais, a MH em parceria com a Associação Agir Pelo Planeta deu prossecução ao apoio e acompanhamento de ações no âmbito do projeto **Conservar Afetos Femininos**.

Neste seguimento, foi igualmente levado a cabo ações “Um dia a plantar” nos Conjuntos Habitacionais do Bairro dos Pescadores, Biquinha e Carcavelos, com o objetivo de sensibilizar e envolver para práticas mais ambientais e sustentáveis tendo sido mobilizados cerca de 130 moradores/as.

Este projeto, culminou no registo e homenagem das mulheres conserveiras e moradoras nos Conjuntos Habitacionais, refletidos na exposição “Conservar Afetos Femininos” que teve lugar no Mar Shopping, e ainda na cerimónia de encerramento em articulação com o Projeto “Matosinhos à volta da Mesa” na Lionesa Business Hub.

EIXO III

Incentivar e Desenvolver o Trabalho
Colaborativo Inter e Intra Institucionais



Atendendo ao modelo de intervenção da MH, que se pauta pela incorporação das suas competências técnicas em correlação com uma gestão integrada do território, em que todos/as desempenham um papel social relevante e de resposta à complexidade dos sistemas a intervir, deu-se continuidade a este tipo de intervenção, através da concertação dos agentes locais no desenvolvimento das políticas habitacionais locais, contribuindo para uma atuação sistémica e multidisciplinar, tendo por base a cooperação e efetivação de relações eficazes intra e inter institucionais.

MAW
G
W

3.1. Redes e Projetos Sociais e Locais – Rede Social e Outros

3.1.1. Rede Social e outros

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

A MH mantém, à semelhança do que vem acontecendo em anos anteriores, a sua intervenção junto da CPCJ nomeadamente com a cedência de uma técnica que, ao longo do ano de 2022 acompanhou processos de promoção e proteção de crianças e jovens residentes nos conjuntos habitacionais ou de famílias com processo de pedido de habitação.

Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar (RIV)

No âmbito do protocolo celebrado com a RIV, a MH mantém a sua presença nas reuniões agendadas, sendo parte ativa desta rede. Este trabalho em rede com as demais instituições parceiras, facilita o processo de sinalização de situações de violência doméstica, identificadas no decorrer da atividade dos técnicos sociais. Neste contexto, pode ainda ser mencionado que, em consonância com o RGPHMM e com a legislação em vigor nomeadamente na discriminação positiva das vítimas de violência doméstica, procedeu-se ao realojamento de 2 munícipes e à avaliação prioritária nas candidaturas ao PMAA.

Núcleo de Planeamento e Intervenção para Pessoas Sem Abrigo (NPISA)

Tal como descrito no ponto 1.3.1 do presente relatório, o trabalho da MH neste âmbito caracterizou-se, ao longo do ano de 2022, pela criação de quatro respostas habitacionais de caráter permanente, para pessoas em situação de sem-abrigo que já se encontravam inseridas em alojamento temporário, sob gestão da ADEIMA.

Rede Social

A MH prosseguiu com a sua participação colaborativa, em sede das 10 Comissões Socias de Freguesia, tendo estado presente em 60 reuniões e dinamizando ações inscritas nos respetivos planos de ação da Rede Social de Matosinhos.

Rede Local de Apoio aos Jovens à Saída das Casas de Acolhimento de Matosinhos (RLAJM).

A criação RLAJM teve como objetivo facilitar a passagem das/os jovens do acolhimento para a vida independente, e enquadra-se na estrutura da Rede Social de Matosinhos da qual a MH faz parte, neste sentido efetuou-se atendimento a 5 jovens no sentido de informar dos programas e medidas de promoção do acesso à habitação.

3.2. Reabilitação Urbana

3.2.1. Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) - Implementação e Acompanhamento aos Processos de Delimitação e Criação

Ao abrigo da delegação de competências da CMM na MH, em conformidade com o Decreto-Lei 307 de 2019, atualizado pela Lei 32 de 2012, que regulamenta o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, ainda durante o ano de 2022, iniciou-se trabalho exploratório, com vista à identificação de 2 novas Áreas de Reabilitação Urbana/ARU, a criar nas antigas freguesias de Leça da Palmeira (Zona da Exponor/AEP/Camposinhos) e de Matosinhos (Matosinhos Centro/Centro Histórico).

Este trabalho encontra-se ainda numa fase preliminar, estando em reflexão e discussão interna nos serviços da MH e da CMM a possibilidade destas novas delimitações se concretizarem através da alteração às delimitações existentes, mediante o alargamento das zonas anteriormente definidas, ou através da criação de novas ARU. Estes processos estão a ter continuidade em 2023.

Por sua vez, consolidando a política municipal, de delimitar Áreas de Reabilitação Urbana/ARU em todas as antigas freguesias do concelho, e uma vez concluído, desde maio 2022 esse desígnio (mais concretamente a 13 de maio, com a publicação em Diário da República, da ARU de Custóias), num total de onze ARU, prosseguiu-se, ao longo do ano, com a divulgação destas delimitações e concedeu-se todas as informações solicitadas pelos munícipes nesta matéria, sendo que, nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (artigo 13.º, n.º 4), os elementos que integram

MA a Deliberação da Delimitação das ARU, publicadas em Diário da República, estão disponíveis para consulta nas páginas eletrónicas da CMM (<https://www.cm-matosinhos.pt/p/reabilitacao-urbana>) e da MH (www.matosinhohabit.pt). MA
CP
MA

Ainda no âmbito da delimitação das ARU, e em resposta a um pedido específico da CMM, de levantamento de todos os lotes identificados nas ARU (aquando dos levantamentos cadastrais e fotográficos para os respetivos projetos de delimitação) e selecionados segundo os critérios de imóveis degradados (em “Péssimo” Estado de Conservação ou em “Ruína”) e/ou devolutos, foi, no ano de 2022, iniciado e concluído este trabalho, chegando-se a um resultado final que ascendeu a um total de 1146 lotes identificados.

Este trabalho, com vista a um eventual agravamento do IMI por parte da CMM, aportou **na consolidação das Zonas de Pressão Urbanística**, em que temos vindo a participar, visando contribuir com informação relevante, para além da existente no acervo da informação sobre as ARU criadas, resultante da identificação de lotes degradados e/ou desocupados, por via dos realojamentos em habitação social municipal, bem como através das vistorias de segurança, salubridade ou arranjo estético.

3.2.2. Programas e Estratégias de Reabilitação Urbana

No que respeita aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana/PERU, da responsabilidade de gestão da CMM, no período em referência e conforme procedimento habitual, prestou-se todos os esclarecimentos e forneceu-se toda a informação solicitada pela CMM, designadamente no que se refere à construção do PERU para S. Mamede de Infesta, no cumprimento da estreita articulação e cooperação em exercício. Igual procedimento concederemos no que respeita às Estratégias de Reabilitação Urbana que a CMM terá de criar para as ARU, entretanto delimitadas.

Simultaneamente, deu-se continuidade ao registo na Plataforma Informática conjunta entre a CMM e a MH, de todos os imóveis/frações autónomas localizados em ARU e/ou concluídos há mais de 30 anos, com Vistorias para Determinação do Nível de Conservação – Iniciais e Finais, registo esse que comporta informação desde 2016 até à atualidade.

Em complementaridade, continuou-se a alimentar o sistema interno de registo na plataforma de gestão de informação, com mais elementos sobre o nível de conservação atribuído ao imóvel/fração autónoma, decorrente das Vistorias de Determinação do

Nível de Conservação e de acordo com o MAEC/Método de Avaliação do Estado de Conservação dos Edifícios, isto é: "Péssimo"; "Mau"; "Médio"; "Bom" ou "Excelente".

Prosseguiu-se com a organização e sistematização do acervo de informação existente no Gabinete de Reabilitação Urbana e do que nos vai chegando da CMM, sobre as ARU criadas e respetivos PERU, a saber: ARU/PERU Matosinhos; ARU/PERU Matosinhos Sul; ARU/PERU Leça da Palmeira; ARU S. Mamede de Infesta; ARU Lavra; ARU Santa Cruz do Bispo; ARU Guifões; ARU Perafita; ARU Leça do Balio; ARU Senhora da Hora e ARU Custóias, com vista a um mais fácil e acessível manuseamento e consulta.

3.2.3. Incentivos à Reabilitação Urbana

Quanto aos incentivos à Reabilitação Urbana, durante o ano de 2022, manteve-se a atenção relativa à publicação de todas as medidas constantes da Nova Geração de Políticas de Habitação e de Reabilitação Urbana, bem como a todas as alterações legislativas que vieram a ser publicadas com efeitos diretos na reabilitação do edificado, designadamente as decorrentes da pandemia causada pelo vírus SARS – COV 2, que motivaram, por parte do governo, a adoção de um vasto leque de medidas excecionais, designadamente as constantes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), também com repercussões na Reabilitação Urbana.

Ainda no âmbito destes incentivos, prosseguiu-se com a divulgação dos **Programas "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível", IFRRU 2020 e "Casa Eficiente"**, junto dos potenciais interessados.

Da mesma forma, deu-se continuidade à informação prestada/respostas a solicitações recebidas por parte de particulares/empresas, para acesso aos Benefícios Fiscais (mormente, art.º 45 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, EBF), quer de natureza municipal (IMI, IMT), quer da competência da administração central (IRS, IVA, Rendimentos Prediais, Mais-Valias Prediais, ...), sobretudo quanto aos procedimentos a seguir para a sua concretização, aplicáveis a imóveis/frações autónomas localizados em ARU ou fora destas e concluídos há mais de 30 anos, que venham a ser objeto de obras de reabilitação, incorporando recentes alterações legislativas que decorreram do Orçamento de Estado em vigor no ano de 2022 (designadamente, n.º 8, alíneas a), b) e c) e n.º 9 do art.º 45º do EBF).

4.1w
09.11

11

3.2.4. Concessão de Benefícios Fiscais de Natureza Municipal

Neste capítulo, ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal na MH, respeitante à direção do procedimento administrativo com vista à concessão de benefícios fiscais previstos no art.º 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, foram analisados 45 processos de prédios urbanos objeto de obras de reabilitação no Concelho, respeitantes a imóveis/frações autónomas nas ARU de Matosinhos, Leça da Palmeira, Matosinhos Sul, S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora, e com mais de 30 anos, tendo sido 41 validados com parecer técnico favorável (registou-se 1 desistência e 3 com parecer técnico desfavorável), para acesso a benefícios fiscais, com a respetiva informação remetida à CMM.

Nesta matéria, a responsabilidade da MH/GRU limita-se à análise/verificação de toda a documentação reencaminhada pela CMM, juntamente com os Formulários devidamente preenchidos pelos interessados, a solicitação a estes de esclarecimentos/documentação em falta, bem como a produção dos Relatórios Finais/fundamentos legais de isenções/reembolsos de IMI e/ou IMT, tendo sido concebida, para este efeito, uma informação-tipo), no período em apreciação.

3.2.5. Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético e Vistorias para Determinação de Níveis de Conservação

A MH/GRU, ao abrigo da legislação em vigor e por delegação de competências da MM, promove e garante a execução e o acompanhamento às Vistorias de Segurança, Salubridade ou Arranjo Estético/VSSAE, até ao seu desfecho, que pode tomar uma de duas vias: extinção por via da realização de obras ou, e em caso contrário, arquivamento e prossecução para a CMM, para efeitos contraordenacionais.

Assim, nesta matéria, ao longo do ano de 2022, deram entrada na MH 19 novos requerimentos (dos quais, 1 oficioso), tendo sido iniciadas 24 novas VSSAE (14 cujos Requerimentos vinham de 2021), a requerimento de proprietários e inquilinos.

Para além destas situações, neste período continuou-se a dar prioridade e particular atenção aos processos em curso, com toda a complexidade técnica e processual que lhes está associada, no sentido do seu acompanhamento e monitorização, para, nos casos em que foi possível, propor a sua extinção ou arquivamento e dar o

encaminhamento/resposta adequada, nestas fases de execução e em sede de audiências prévias, também por imperativos legais.

Nesta conformidade, foram notificados 25 processos para execução de obras (homologação de autos e notificação às partes interessadas) e 15 da decisão final (manutenção da homologação de autos, apropriação de relatórios técnicos e notificação às partes interessadas), em sede de audiência prévia.

Foram realizadas 52 Visitas Técnicas de confirmação de execução de obras ou de acompanhamento aos trabalhos.

Foram, ainda, arquivados/extintos 34 processos, sendo 31 por execução das obras preconizadas nos respetivos autos, e os restantes, em número residual, por demolição integral dos imóveis, por desistência por parte do requerente e outras razões, tais como, por impossibilidade de determinar a origem das anomalias e consequente imputação de obras e por impedimento de acesso a propriedade privada.

Foram também arquivados mais 15 processos, que seguiram para a CMM, para os Serviços Contraordenacionais, pela não execução das obras indicadas nos respetivos autos, em parte ou na sua totalidade.

Procedeu-se ainda, ao registo do ónus em 4 processos, em cumprimento ao prescrito no artigo 89.º n.º 5 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).

Foram realizadas 7 Visitas Técnicas de avaliação das condições de habitabilidade de situações candidatas a habitação social municipal.

Para responder às preocupações dos munícipes relativamente à falta de condições de segurança e de salubridade dos fogos de propriedade privada onde residem, no período em análise, realizaram-se 32 Visitas Técnicas respeitantes a Pedidos de Pré-Vistorias, bem como se efetuou um número relevante de atendimentos presenciais, telefónicos e via email, para além de terem dado entrada 21 novos processos, que vieram engrossar uma série de situações solicitadas em períodos anteriores e ainda em carteira para serem contactadas e visitadas, fruto da situação pandémica vivida nos anos transatos, que ainda se encontram ativas.

Neste período foram arquivados 38 processos de Pré-Vistorias: 14 por execução de obras por parte de senhorios/proprietários; 22, encaminhados para VSSAE, 1 para o Departamento de Intervenção Social da Câmara e 1 por desistência, por acordo com o senhorio.

Ao abrigo da legislação em vigor, isto é, do disposto no Art.º 2 do Decreto-Lei 266 – B/2012, de 31 de dezembro, no uso da delegação de competências que foi conferida à MH, por deliberação da Câmara Municipal, deram entrada 143 novos pedidos de Vistorias para Determinação do Nível de Conservação/VDNC, para imóveis/frações

autónomas que iam entrar ou foram objeto de obras de reabilitação, com a finalidade da obtenção de Benefícios Fiscais, ao abrigo da delimitação das ARU ou para imóveis/frações autónomas concluídos há mais de 30 anos, com toda a tramitação técnica e processual respeitante.

Foram ainda realizadas 188 VDNC e notificados 147 requerentes de VDNC Iniciais (92) e Finais (55), dos respetivos Relatórios Técnicos concluídos neste período, com os respeitantes Níveis de Conservação atribuídos e notificado 1 requerente, do arquivamento do processo, por impossibilidade de execução do Relatório Técnico, uma vez que as obras já haviam tido início e não foram exibidos meios de prova complementares, objetivos e inequívocos.

Todas estas ações - Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade ou Arranjo Estético (incluindo os processos encaminhados pela Proteção Civil/CMM/ Fiscalização) e Vistorias para Determinação de Níveis de Conservação (incluindo prestação de informações e esclarecimentos adicionais sobre apoios de natureza financeira, regulamentar e fiscal, às obras de reabilitação urbana) - traduziram-se, no período em análise, em 228 atendimentos presenciais, salientando-se, contudo, o aumento exponencial do número de atendimentos/solicitações e de respostas através de outros meios de comunicação disponíveis, tais como o telefone e o email, que se prendeu exclusivamente com a Pandemia pelo COVID – 19 e com as restrições em termos de contactos pessoais e interações presenciais, e que persistiram no ano de 2022.

Foram também realizadas Visitas Técnicas a situações que podiam pôr em risco pessoas e/ou bens na via pública, que corresponderam a 67 respostas a participações da Proteção Civil/CMM/ Fiscalização.

A par, e ainda durante o ano de 2022, foi analisada uma Listagem de 189 situações sinalizadas pela PC, do ponto de vista do seu tratamento/resolução e/ou acompanhamento/encaminhamento, que suscitou a necessidade de reforçar uma melhor articulação com os Serviços da PC e da Polícia Municipal da CMM. Essa melhor articulação resultou de reuniões conjuntas de trabalho com estes dois Serviços (que serviu para afinar e melhorar procedimentos de articulação entre todos (MH, PC e PM), não só do ponto de vista mais instrumental, da identificação dos processos, de forma a que possamos atuar imediata e eficazmente, evitando deslocações desnecessárias, mas também e sobretudo ao nível do âmbito de atuação de cada serviço e encaminhamento/resolução dada aos processos, isto é, do ponto de vista da eficiência e concretização de resultados. Foram-nos disponibilizados novos contactos diretos da PC e da PM (emails e n.º telefone), para situações que não necessitam da intervenção imediata das direções dos serviços e irá ser preparada, a partir de 2023, informação trimestral que dê conta à PC/PM da evolução/resultado da nossa intervenção.

Man
ap.

H

3.3. Projetos Europeus

Em continuidade com anos anteriores os projetos europeus abaixo discriminados tiveram os seguintes desenvolvimentos:

ATELIER – AmsTERdam BiLbao citizen drivEn snaRt cities

A convite da CMM, a MH integra, desde finais de 2019, o grupo de trabalho para o desenvolvimento do projeto europeu ATELIER - AmsTERdam BiLbao citizen drivEn snaRt cities, financiado pela Comissão Europeia através do programa Horizon2020 (programa-quadro comunitário de investigação & Inovação). O projeto tem como objetivo principal fazer a ligação das Smart Cities, demonstrando a eficácia da implementação dos *Positive Energy Districts* (PED), através de soluções integradas e inovadoras que contendam com a eficiência energética, mobilidade e inclusão de energias renováveis. O desenvolvimento e implementação de PED está a ser trabalhado nas várias cidades europeias envolvidas no projeto, das quais fazem parte Matosinhos, Bratislava, Budapeste, Copenhaga, Cracóvia e Riga, designadas *Fellow Cities* (FC) e Amesterdão e Bilbao como *Lighthouse Cities* (LC). No total e conjuntamente com 30 entidades parceiras, entre institutos, universidades, municípios e parceiros tecnológicos, estão a ser trabalhados dados municipais, abordadas temáticas e casos de estudo e as melhores práticas em curso nas *Lighthouse Cities*, transpondo-as sempre que possível para as *Fellow Cities*, numa lógica de aprendizagem *peer-to-peer*, demonstrando a eficácia da sua implementação e objetivando a sua inclusão nos *Positive Energy Districts* (PED) e no caso de Matosinhos nas duas áreas piloto, o Corredor Verde do Leça e no caso concreto da MH a replicação de experiências no conjunto habitacional de Custió.

Durante 2022 e para além de várias reuniões online, a MH marcou presença numa iniciativa que decorreu em Copenhaga. O encontro que reuniu os representantes das cidades que integram o projeto – Amesterdão e Bilbao (líderes), Budapeste, Riga, Copenhaga, Bratislava e Cracóvia (parceiras) – começou por fazer a apresentação do PED (*Positive Energy Districts*) das cidades parceiras, possibilitando a troca de experiências com vista à implementação de medidas inovadoras que promovam a eficiência energética nas cidades e bairros, mobilidade e integração de renováveis nas cidades inteligentes. O Projeto Atelier é financiado pela Comissão Europeia através do Horizon 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação. Este projeto tem uma duração de 60 meses. Pretende-se, com a sua implementação definir um plano de ação para a descarbonização do município até 2050. Esta primeira fase do projeto compreende a elaboração de estudos, que têm por base toda a informação que venha

a ser partilhada pelo próprio projeto. A AdEPorto apoia o município no acompanhamento dos estudos técnicos e na elaboração dos planos de replicação das iniciativas levadas a cabo pelas cidades líder, dando também apoio na gestão administrativa e financeira do projeto, incluindo na preparação dos relatórios intercalares.

MH
eg
/

Projeto ATELIER – Conjunto Habitacional da Custió como zona “Positive Energy District”

Foram, entretanto, já definidas e caracterizadas duas zonas piloto PED (Positive Energy District) em Matosinhos, uma no Conjunto Habitacional de Custió, e outra no troço do Rio Leça, entre a Ponte da Pedra e a Ponte do Carro, que correspondem às duas primeiras fases da obra do “Corredor Verde do Leça”. No troço da primeira fase da obra, localiza-se o centro Empresarial da Lionesa e, na segunda fase, as ligações às estações de metro de Esposade, Araújo e Custió.

O financiamento do projeto em Matosinhos é de cerca de 542 mil euros, sendo 372 mil suportados pelo município e 170 mil pela AdEPorto.

Prolight

A MH, em parceria com a Agência de Energia do Porto – AdEPorto vai participar no projeto “ProLight” – Progressive Lighthouse Districts, financiado no âmbito do programa Horizonte Europa. Esta iniciativa, visa explorar o potencial do envolvimento de cidadãos na transição para sociedades e economias mais verdes e sustentáveis através da implementação de seis demonstradores na Europa.

Um dos demonstradores vai ser concretizado em Portugal, no Conjunto Habitacional do Carcavelos, em Matosinhos, com o objetivo de perceber em que medida a produção renovável pode beneficiar efetivamente a população. É nesta zona que, com o apoio do ProLight, vai ser implementada uma comunidade de energia renovável associada quer a soluções de gestão de procura e armazenamento de energia elétrica quer a soluções de mobilidade.

Housing Europe

A Housing Europe (Federação Europeia de Habitação Pública), a APHM (Associação Portuguesa de Habitação Municipal) e a Câmara Municipal de Lisboa organizaram nos dias 10 e 11 de novembro a Conferência Internacional “Social Housing and the Recovery Plans – pathways to solutions”. Nesta conferência foram apresentados os Planos de Recuperação e Resiliência de diversos países, no que concerne ao investimento em Habitação Social, nas suas várias vertentes, como sejam a construção de novas habitações, a melhoria da eficiência energética dos edifícios ou a inclusão habitacional.

FHA . Foi também partilhado, pelas instituições europeias, o enquadramento deste fundo e a sua conjugação com os restantes fundos disponibilizados pela União Europeia.

Num momento em que cresce a indefinição e a incerteza sobre a capacidade dos países em cumprir com os planos aprovados – face às múltiplas adversidades a nível europeu e mundial que têm surgido – e estar já em discussão a necessidade e a possibilidade de alterar/adaptar os planos para que sejam exequíveis face à nova realidade, esta conferência ganhou especial relevância, pelo potencial de partilha das diferentes experiências. Portugal destaca-se, no conjunto dos planos de recuperação e resiliência apresentados pelos vários países europeus, pelo grande investimento na construção de novas habitações acessíveis/sociais, sofrendo, no entanto, as consequências da escalada de preços da construção, da escassez de matérias-primas e, até, pela inexistência de uma indústria de construção com dimensão para responder a estes objetivos.

A MH é membro da Housing Europe desde 2020. Implementada em 1988, esta associação agrega 44 federações nacionais e regionais, reunindo perto de 43 mil parceiros no domínio da habitação pública, social bem como cooperativas de habitação, oriundos de 23 países. No total, a Housing Europe abrange mais de 26 milhões de habitações, representando assim cerca de 11% dos domicílios públicos existentes na União Europeia.

DUT - Driving Urban Transitions

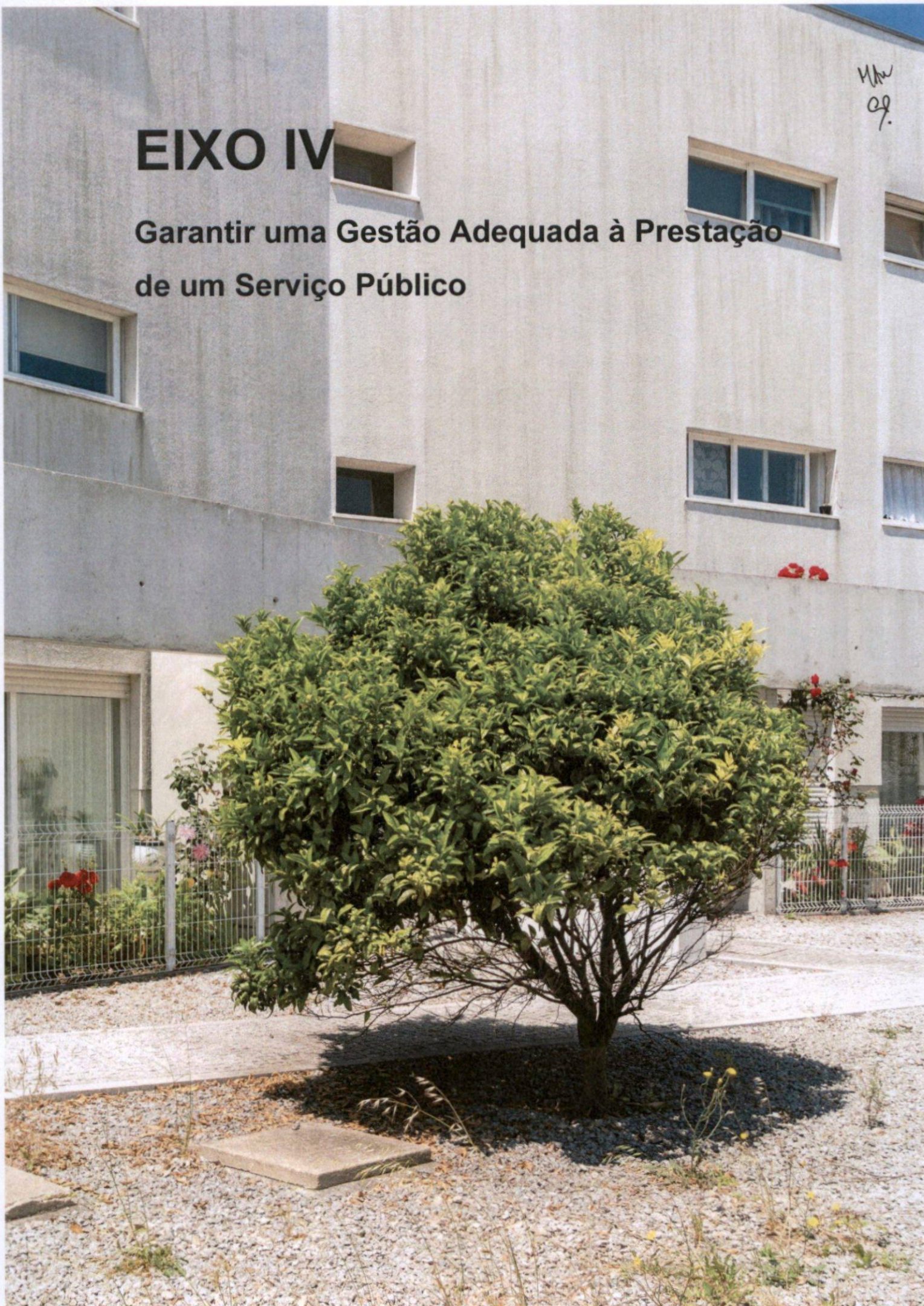
A MH, em parceria com a Universidade de Aveiro avançou com uma candidatura no âmbito do programa HORIZON-IA. O processo avançou para a 2ª fase de seleção e tem como finalidade o desenvolvimento de ferramentas que contribuam para alavancar a intervenção ativa dos moradores e associações na transição energética e criação de *Positive Energy Districts* (PED). O projeto irá envolver 8 bairros representativos na Bélgica, Estónia, Holanda e Portugal, parceiros académicos, grupos comunitários e governos locais.

Os bairros vulneráveis oferecem oportunidades singulares e institucionais estratégicas para transições energéticas urbanas, com desafios importantes no desenvolvimento e obtenção de transições justas. Este projeto constrói ferramentas concretas para capacitar moradores e associações de bairro, como agentes ativos na reabilitação sustentável, fortalecendo a capacidade dos municípios e outros acionistas públicos e privados para a transição energética mais inclusiva. O projeto também fornecerá abordagens replicáveis para os diversos contextos institucionais e geográficos da Europa.

EIXO IV

Garantir uma Gestão Adequada à Prestação
de um Serviço Público

Mh
9/



4.1. Recursos Humanos

4.1.1. Avaliação de Desempenho

No ano de 2022, terminado o primeiro ciclo avaliativo, foi possível analisar de uma forma mais concreta a sua aplicabilidade.

Decorrente dessa análise, verificou-se a necessidade de alterar o Regulamento de Avaliação de desempenho e Gestão de Carreiras possibilitando de uma forma mais justa e transparente, com base nas competências e objetivos definidos, o desempenho dos/as trabalhadores/as. Esta alteração veio contribuir para a eficiência e eficácia da gestão da empresa, orientando e motivando os demais serviços para a concretização dos objetivos estratégicos.

A revisão deste regulamento, traduz também a forma de valorizar os/as trabalhadores/as pelo trabalho desenvolvido, permitindo uma valorização remuneratória através da mudança de nível quando alcançados 10 pontos avaliativos.

4.1.2. Mapa de Pessoal e Orçamento

A 31 de dezembro de 2022, o número de trabalhadores/as da MH ascende a 69, dos quais 3 em regime de trabalho a termo, 17 em regime de cedência de interesse público e os restantes ao abrigo do contrato individual de trabalho. A contratação de pessoal foi prevista no Orçamento Previsional em face das aposentações que se verificaram no decorrer no ano de 2021, da identificação dos serviços relativamente à necessidade de pessoal e do acréscimo de atividade da empresa. Realçamos que todas as contratações receberam uma prévia ponderação no orçamento previsional ou tratando-se de substituições diretas ou indiretas do/a trabalhador/a, verificam-se também refletidas no mesmo documento.

Analizados os dados relativamente ao género, com base nos recursos humanos existentes, verificou-se que o universo feminino continua a ser o mais expressivo, com 42 mulheres no universo de 69 trabalhadores/as, mas mantendo a percentagem relativamente ao ano de 2021.

7/10
09
1.4
11

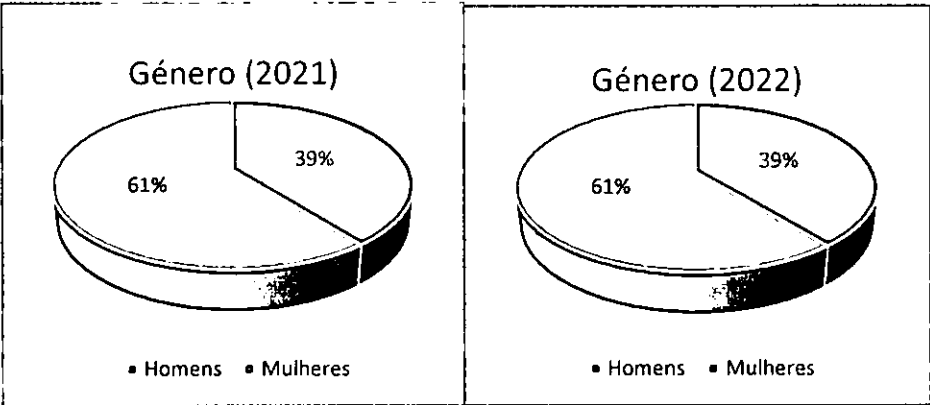


Gráfico 2 - Comparativo por género (2021 e 2022)

No que respeita às habilitações académicas, no universo da MH, verifica-se que 9 trabalhadores/as são detentores/as de Mestrado, 37 trabalhadores/as são detentores/as de Licenciatura, 15 são detentores do 12º ano, 6 são detentores do 9º ano, 1 é detentor do 6º ano e 1 trabalhador com 4ª classe.

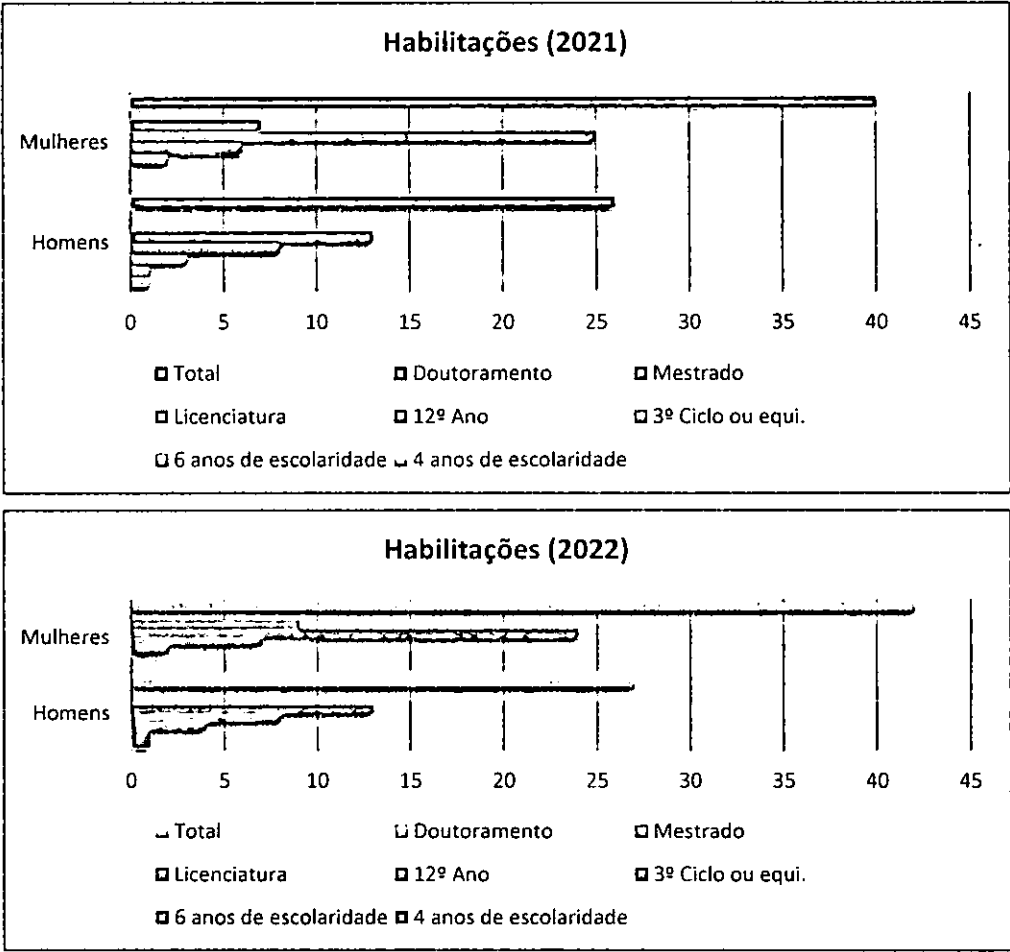


Gráfico 3 - comparativo das habilitações dos/as trabalhadores/as nos anos 2021 e 2022



Relativamente à faixa etária verificamos que as faixas etárias com maior número de trabalhadores e trabalhadoras são, é dos 40 aos 49 e dos 50 aos 59, nomeadamente com 26 e 24.

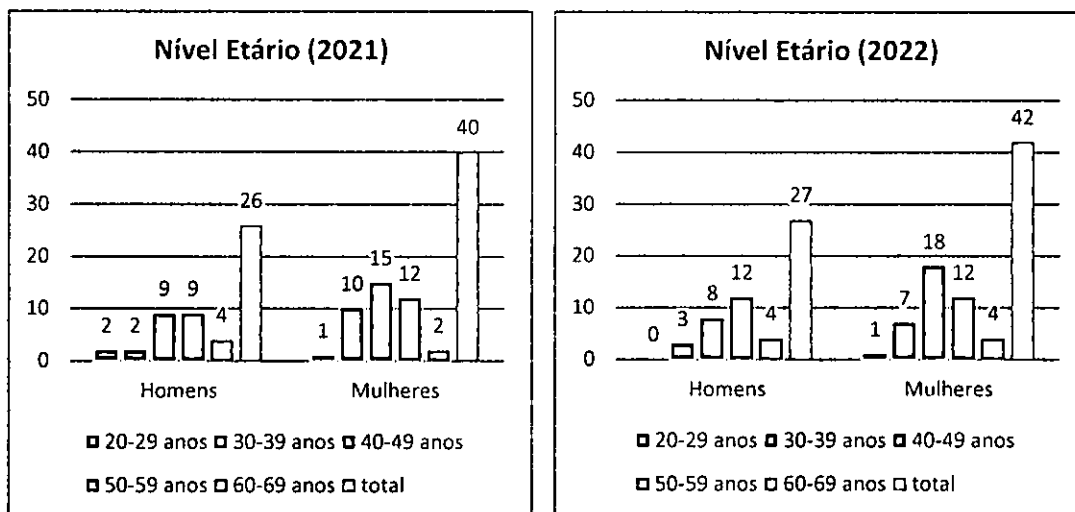


Gráfico 4 - comparativo por nível etário (2021 e 2022)

4.1.3. Formação Interna e Externa

Mantendo como objetivo a qualificação dos/das trabalhadores/as, a aquisição de novas competências e a consolidação de competências já existentes, no ano de 2022 promoveram-se ações de formação presenciais e através das plataformas digitais, que impulsionaram e dinamizaram a formação profissional.

Verificou-se, apesar de não se ter alcançado o objetivo de 1.600 horas, superior ao proposto para o ano de 2021, que foram ministradas 1.519h30 de formação aos/às trabalhadores/as, tendo ficado a 80h30 de alcançar o mesmo.

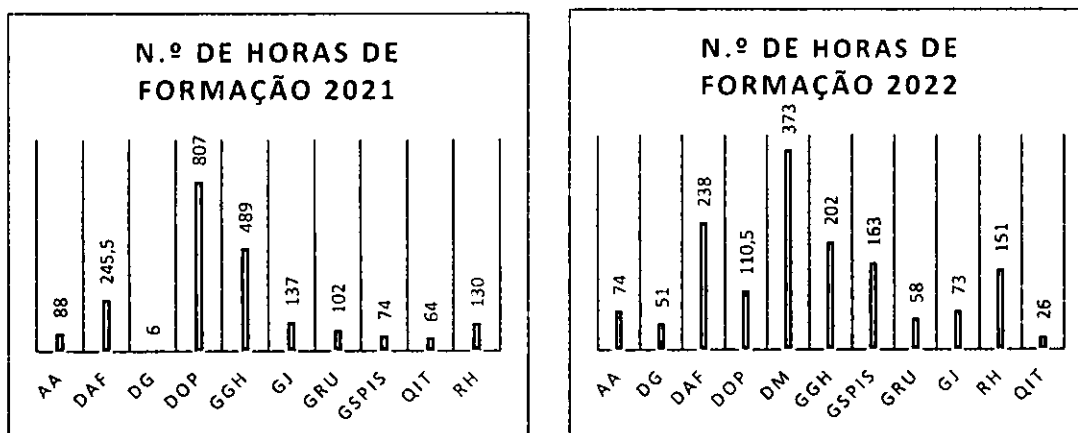


Gráfico comparativo de formação dos anos 2021 e 2022

MM
Gy
H

4.1.4. Aprovação e implementação do Regulamento Interno e Regulamento do Pessoal

4.1.4.1. Regulamento Interno

O objetivo da sua alteração é a definição mais atual do regime de funcionamento da Empresa, tendo em conta uma correta organização e desenvolvimento de todas as atividades, de modo a obter uma boa relação no local de trabalho e entre a empresa e o meio sociocultural em que está inserido. Não deve ser encarado como um documento rígido, mas sim como um indicador respeitado por todos/as e a partir do qual os vários serviços podem e devem definir o percurso ideal.

4.1.5.2. Regulamento do Pessoal

O objetivo da aprovação e implementação do Regulamento do Pessoal resume-se à compilação de regras que devem ser seguidas pelos/as colaboradores/as e superiores hierárquicos, sendo que o mesmo não poderá desrespeitar o legalmente previsto.

De uma maneira geral, o regulamento especifica, nas mais diversas áreas, os processos e procedimentos de trabalho dentro da empresa. Para além disso, prevê cláusulas sobre os deveres éticos e comuns aos/às colaboradores/as, políticas de Higiene e Segurança no Trabalho, formação, jornada de trabalho, férias e licenças, regras sobre atrasos e ausências, forma de pagamento dos benefícios e outros temas dessa natureza.

4.1.6. Assiduidade, Pontualidade e Horários de Trabalho

Tendo em consideração a importância de uma modernização administrativa, no que respeita à Gestão de Recursos Humanos, foi implementado, desde janeiro de 2022, um programa que de uma forma mais direta e objetiva responde às nossas necessidades. Para além do registo de toda a informação respeitante a cada trabalhador/a, permitiu a concentração de todo o processamento salarial, desde controlo de assiduidade mensal ao envio do ficheiro para a entidade bancária.

O mesmo sistema informatizado, permite ao superior hierárquico ter acesso na hora à assiduidade da sua equipa de trabalho, nomeadamente férias, faltas e horários de trabalho.

O Portal do Colaborador, disponibilizado através da mesma ferramenta é uma das grandes mais valias, permitindo ao/à trabalhador/a de forma direta consultar e solicitar

MB
Cg. férias e faltas, consultar as formações realizadas, recibos de vencimentos, entre outros dados. Este instrumento permite também concentrar toda a documentação, nomeadamente, Ordens de Serviço, Regulamentos, Manuais e Normas em vigor na empresa municipal.

Trata-se assim de uma plataforma, que está disponível ao pessoal trabalhador da MH, sendo que toda a informação pode ser consultada sempre e quando necessário.

4.1.7. Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

No que respeita à Segurança e Saúde Ocupacional foi dada continuidade à promoção das medidas de prevenção e mitigação do risco associado ao contexto pandémico provocado pela Covid 19. Disponibilizamos ferramentas a todo/as os/as trabalhadores/as, de forma a assegurar a execução das suas tarefas de modo consciente e seguro, distribuindo e reforçando os Equipamentos de Proteção Individuais/Coletivos e sensibilizando para a adoção de comportamentos seguros.

Continuamos a promover as boas condições de trabalho, providenciando material adequado e ergonómico a todos/as os/as trabalhadores/as, considerando estas medidas como fundamentais na prevenção de possíveis acidentes e doenças profissionais, contribuindo também para a prevenção de riscos psicossociais.

Nesse sentido, e de modo a prevenir e mitigar alguns destes perigos, consideramos a formação fundamental e de relevante interesse quer para a empresa quer para o pessoal trabalhador.

4.1.8. Manual de Acolhimento ao/à Colaborador/a

Previsto no Plano e Orçamento para o ano de 2022, a elaboração do Manual de Acolhimento e Integração de novos/as trabalhadores/as, como peça fundamental na concretização de um processo de recrutamento e seleção, foi concretizada.

Este documento, disponibiliza toda a informação relativa à organização dos serviços, aos procedimentos, fluxos e processos de trabalho permitindo o conhecimento da cultura organizacional vigente, assim como das relações de trabalho verticais e horizontais.

MH
GJ

MH

4.2. Área Jurídica

Numa atividade que é transversal às matérias que integram as competências da MH, o gabinete Jurídico assegurou a revisão e validação de uma parte significativa das deliberações sujeitas à aprovação do conselho de administração.

A incidência da atividade jurídica recaiu em diversas áreas tais como, laboral, políticas habitacionais e sociais, reabilitação urbana sendo que uma parte expressiva do trabalho consiste na elaboração/acompanhamento dos procedimentos de contratação pública, supervisão da elaboração e celebração de contratos variados bem como proceder à sistematização e análise da legislação aplicável.

Paralelamente, e numa base diária, o serviço apreciou requerimentos e pedidos de esclarecimentos vários, apresentados por particulares, diretamente ou através de mandatários, elaborando as respetivas respostas ou informações, para além da colaboração prestada a departamentos e serviços distintos, sempre que solicitada, assumindo diretamente o patrocínio forense de todas as ações interpostas, até hoje, contra a empresa municipal.

O ano de 2022, pós-pandemia, foi também marcado por um aumento das reclamações e pronúncias no âmbito de procedimentos administrativos variados o que traduziu um reforço substancial na atividade desenvolvida e cometida em exclusivo ao gabinete jurídico, muito embora nesta análise não se prescindia do envolvimento direto dos serviços abrangidos.

À margem das tarefas jurídicas desenvolvidas o gabinete jurídico assume ainda a responsabilidade no acesso aos documentos de informação administrativa e, conjuntamente com o encarregado de proteção de dados, a implementação do RGPD e lei interna de execução, assumindo-se como áreas de extrema importância sobretudo atendo a abrangência de atuação da empresa municipal.

4.3. Gestão da Qualidade

A MH encontra-se certificada de acordo com os requisitos da norma ISO 9001:2015 desde 2009. No ano 2022 e já em pleno quinto ciclo de certificação (2021/2023), realizamos duas auditorias a todo o Sistema de Gestão da Qualidade, uma interna e com recurso a auditores internos disponíveis no universo CMM e a auditoria de acompanhamento realizada em 30 de novembro, tendo obtido resultados extremamente satisfatórios, com um relatório que apenas registou uma oportunidade de melhoria, resultados garantidos pela SGS Portugal – Sociedade Geral de Superintendência

pr
cq
(SGS), entidade independente e devidamente creditada pelo organismo internacional de certificação.

A estratégia seguida para monitorização dos processos demonstrou claramente a sua maturidade, ao longo do ano, evidenciada no reduzido número de situações não conformes e reclamações, demonstrativo de um claro compromisso com o processo de melhoria contínua, que continua a ser estratégico no desenvolvimento do serviço prestado.

A empresa manteve a sua política e estratégia organizacional e deu continuidade às mudanças necessárias à evolução do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que se pretende abrangente e robusto, tendo por base uma análise assertiva aos contextos internos e externos sempre com o foco no cliente e restantes partes interessadas da nossa atividade, identificando com particular atenção os riscos e valorizando as várias oportunidades de melhoria.

Em 2022, foram registadas e tratadas 22 ações de melhoria diretamente relacionadas com a atividade da empresa, monitorizados 41 indicadores dos vários processos e revistos um total de 52 documentos estruturais de sistema, entre procedimentos, instruções de trabalho e formulários, mantendo assim o foco no que se pretende do SGQ, o processo por excelência de melhoria contínua que garante a qualidade dos serviços prestados, bem como a elevada satisfação dos clientes e restantes partes interessadas.

A metodologia Kaizen, no âmbito da melhoria contínua, visa criar mais valor para o cliente, através do aperfeiçoamento de processos e da eliminação de tarefas desnecessárias. Obedecendo aos princípios lean, são utilizadas várias ferramentas para melhorar os resultados e promover nas empresas uma cultura de organização.

Para que o resultado da sua execução seja o sucesso, é necessário que seja implementada a nível global, dentro das organizações, de modo a promover o envolvimento de todos e garantir uma mudança cultural.

A MH, tem ao longo dos anos procurado um caminho de evolução assente no desenvolvimento de uma cultura de melhoria contínua, orientada para o desenvolvimento dos seus processos de forma sustentada. Neste momento surge como fundamental a introdução de novas análises que promovam ainda mais estes princípios básicos na evolução da empresa.

MH
Cg
H

Para tal é necessária uma mudança de comportamento a todos os níveis da organização, que deveria começar por tornar os problemas visuais com o suporte de dados e depois seguir técnicas de resolução de problemas estruturadas.

Como primeiro passo propôs-se compreender a estrutura da organização, para garantir que as equipas estejam organizadas de uma forma que permita uma colaboração ágil e uma gestão eficiente.

Assente em todos estes objetivos a gestão da qualidade iniciou em 2022 um projeto com base no método Kaizen com o objetivo de rever e acrescentar valor ao SGQ da empresa.

Também o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em face da desatualização do plano elaborado em 2009 (apesar da implementação de alguns mecanismos e instrumentos conformados com este objetivo) foi revisto em 2022, visando assim, gerar maior reforço na generalização de práticas internas de mitigação dos riscos, através da identificação de áreas de risco por atividade, da fixação de critérios de graduação dos mesmos, e do estabelecimento de medidas para minimizar a sua ocorrência, e por fim, da importância a dar à sua monitorização.

O objetivo foi a melhoria da atitude e a conduta coletiva, nos relacionamentos profissionais internos e externos, para acautelar práticas contrárias à ética e inadequadas à conduta em geral.

Ainda com vista ao cumprimento da legislação 93/2021 que estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União, foi encetado um processo conjunto entre as empresas municipais, MH e Matosinhosport e a CMM com vista à aquisição deste serviço, valorizando desta forma as sinergias conjuntas e que resultam num processo mais eclético e economicamente mais favorável para todas as instituições, processo esse que já se encontra completamente implementado.

4.4. Sistemas de Informação

MA
Cg.

O ano 2022, consolidou com eficácia a utilização pelos colaboradores do **novo programa de Gestão de Recursos Humanos**, possibilitando-se de uma forma direta e objetiva, consultar e alterar dados pessoais dos/as colaboradores/as, assim como férias, faltas, licenças tornando-se uma mais-valia na eficácia e gestão de tempo, quer dos/as colaboradores/as, dos superiores hierárquicos, quer dos recursos humanos que estão diretamente implicados no processo. Trata-se de uma ferramenta de cariz fundamental para a modernização administrativa, possibilitando de uma forma mais próxima e objetiva a consulta do histórico individual em qualquer altura, da equipa de trabalho (no caso de superior hierárquico) e do registo de marcação, quer para o /a colaborador/a quer para o superior hierárquico. Do mesmo modo que, reduziu o tempo disponibilizado para realização de despachos e circulação de documentação.

O **Portal do Colaborador** é uma das grandes ferramentas do programa, permitindo de forma direta consultar férias, faltas, formações, avaliações de desempenho, recibos de vencimentos entre outros dados.

Tudo isto é alimentado pelo Gabinete de Recursos Humanos, na introdução de dados fundamentais ao funcionamento do programa e respetivo portal. Esta ferramenta revelou-se de extrema utilidade no ano de 2022 para o controlo e funcionamento dos serviços.

Outras ferramentas dos serviços de informação

Com o objetivo de proceder à reformulação dos sistemas de suporte à sua atividade, a MH-EM iniciou em 2022 um procedimento concursal que pretende beneficiar de um sistema que garanta uma maior flexibilidade e melhor resposta às necessidades da sua atividade, através da implementação dos seguintes módulos:

- **Gestão documental** – A MH-EM deu início à implementação de um sistema de Gestão Documental e respetivos *workflows*. O sistema dá suporte à gestão com ambiente de *backoffice* via *web/browser*, plataforma para a qual se pretende disponibilizar interfaces/serviços padronizados no sistema. Iniciamos ainda a disponibilização de um conjunto de interfaces/serviços padronizados no Sistema para exploração de informação através de um conjunto de indicadores / relatórios / dashboards para cada workflow.

- **Balcão de Atendimento Virtual** – A MH-EM iniciou a implementação no sistema um ambiente de Self-Service ou de serviços ao cliente, usando canais WEB para acesso pelos seus clientes.
- **Gestão de Reuniões (GR)** – Iniciamos ainda com este módulo a disponibilização de uma aplicação que permita gerir online e em tempo real todo o processo associado à preparação e acompanhamento de reuniões. A aplicação permitirá o envio de convocatória, definir tópicos a discutir, ações a tomar antes, no decorrer e após a reunião, aprovação e assinatura de propostas, e elaboração/envio da ata da reunião.

Man
ag
H

Renovação de equipamento

Também a constante renovação do parque informático da empresa mereceu uma atenção especial, durante o ano de 2022 foram renovados entre outros materiais, 17 computadores, num esforço planeado de conseguir que os colaboradores disponham de instrumentos de trabalho à medida das suas necessidades, para que possam prestar aos munícipes um serviço de excelência.

Controlo das comunicações telefónicas

Em 2012 a MH procedeu à implementação de um inovador sistema telefónico da empresa, baseado numa central virtual, aderindo ao serviço One Net da Vodafone.

Ao longo dos anos temos verificado que esta decisão se mostrou completamente acertada, devido às características do próprio sistema, criando mobilidade nos utilizadores fixos e móveis, permitindo abandonar por completo o conceito de telefone com fio que impedia que as chamadas fossem atendidas por ausência do colaborador na sua secretária de trabalho. Verificamos ainda a ausência de assistências a avarias, muito vulgares na central antiga (central física), uma vez que atualmente essas assistências são assumidas pelos nossos serviços através de portal disponibilizado pela Vodafone ou do seu serviço de clientes de forma rápida, eficaz e gratuita.

Baseado neste conceito procedemos a uma revisão pontual das normas em vigor para utilização de telefones e telemóveis, atualizando os respetivos limites de utilização de chamadas e utilização de dados móveis e introduzindo limites de custos para o fornecimento de aparelhos.

PA
Cg.

Apreciação dos Resultados do Exercício e Proposta de sua aplicação

21657920	414264		
21215720	5498216		
326225		58742	
32255021			221233
1245755	32154316	3322144	
2154756	1245755	32366987	3221
320659	2154756		21258
221233	32659		
		121554	
		323150	32186664
		221550	232312
			17789452

Através da publicação do INE da lista retificada das entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas a MatosinhosHabit faz parte das empresas reclassificadas nos subsetores regionais e locais e como tal fica abrangida pelas novas normas do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas).

M. J. M.
ag. i.
/

A MH em 2022, dando cumprimento a esta imposição, apresenta o Relatório e Contas obedecendo ao normativo contabilístico SNC-AP.

A MatosinhosHabit como principal fonte de receita as rendas faturadas pelos fogos ocupados, cujo cálculo obedece a critérios previamente definidos pelo regime jurídico da renda apoiada que determina o montante de faturação e consequentemente o principal rendimento da empresa.

Como forma de colmatar as diferenças entre as rendas apoiadas e as rendas técnicas é celebrado um Contrato Programa com o Município de Matosinhos que constitui outra fonte de rendimento importante para a empresa.

Com base nestes rendimentos a atividade da MatosinhosHabit desenvolveu-se tendo como princípios basilares a afetação equilibrada dos seus recursos às necessidades mais prementes da empresa seja no âmbito da gestão patrimonial e social do parque habitacional, mas também em todos os programas que lhe estão delegados pelo Município de Matosinhos. Entre estes deverá destacar-se as competências delegadas na MatosinhosHabit com a implementação, gestão e monitorização da Estratégia Local de Habitação nomeadamente, a elaboração e submissão de candidaturas ao Programa 1º Direito/PRR, de promoção municipal e dos Beneficiários Diretos (privados).

Feita esta introdução, que permite uma melhor avaliação do esforço necessário para o equilíbrio económico-financeiro da MatosinhosHabit, passa-se para uma análise sucinta das rubricas mais relevantes do Balanço e Demonstração dos Resultados de 2022.

“Balanço”

- **“Ativo não Corrente”**

Conforme nota 3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras verificam-se os seguintes acréscimos ao Ativo não Corrente:

HA
Cg. A conta de "Ativos Intangíveis", apresenta um pequeno acréscimo de 1.626,06€, correspondente à aquisição de um software para a ligação ao equipamento de índice de satisfação do munícipe. 

Quanto ao aumento de 64.303,84€ verificado na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis". Deste valor 34.809,00€ foram alocados com a adaptação de espaço para Armazém da MatosinhosHabit. Em Equipamento Administrativo verificou-se um acréscimo de 28.424,75€ com a aquisição de diverso equipamento informático e administrativo, nomeadamente com o sistema multimédia e aquisição de vitrines para colocação nos espaços comuns no âmbito do projeto do "Gestor de Entrada". O valor residual refere-se a pequenas aquisições de ferramentas necessárias para a atividade do piquete de manutenção.

- "Clientes"

Conforme se pode constatar, no quadro abaixo, os Clientes de renda de Habitação Social diminuíram em 47.348,78€, representando uma diminuição de 5,65% em relação a 2021, que registaram um aumento 30.195,64€.

	2021	2022	Variação	Δ %
Clientes de rendas de Habitações:				
Débitos	838 474,64	791 125,86	-47 348,78	-5,65%
Clientes de rendas de Equipamentos:				
Débitos	154 612,39	142 551,8	-12 060,59	-7,80%
			-59 409,37	

A taxa de cobrança anual foi de 95,45% registando um acréscimo de 1,25% em relação ao ano transato (94,27%) que juntamente com o volume dos recebimentos de rendas em atraso e por acordos de pagamento, cerca de 178 mil euros, justificam o decréscimo da conta de Clientes.

Podemos concluir que os impactos da Pandemia pela COVID-19 que iniciaram em março de 2020, e que comprometeram os valores normais da taxa de cobrança anual que rondavam os 98%, começaram a ser recuperados embora ainda de uma forma lenta já que o pagamento atempado das rendas foi o mais prejudicado contribuindo para uma dilatação do prazo de recebimento das rendas mensais, cuja evolução pode ser analisada no quadro inserido neste relatório no ponto dos Recebimentos de Rendas.

MW
CQ.
H.

- **“Fornecedores”**

A conta de “Fornecedores” ascende a 48.898,81€, sendo que 31.527,22€ respeitam a “Fornecedores por Cauções”, o que evidencia a não existência de pagamentos em atraso que possam ser abrangidos pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

- **“Financiamentos Obtidos”**

A rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresenta-se saldada a 31 de dezembro de 2022 dado que o único Contrato de Locação Financeira existente (Equipamento de Desobstrução) terminou a 15 de dezembro deste ano económico.

- **“Dívidas ao Estado e outros Entes Públicos”**

As dívidas ao Estado e outros Entes Públicos, conforme nota 24.1 do anexo ao Balanço, reflete os valores das contribuições e impostos a liquidar ao Estado, cujos pagamentos são efetuados dentro dos prazos legais.

“Gastos do Exercício”

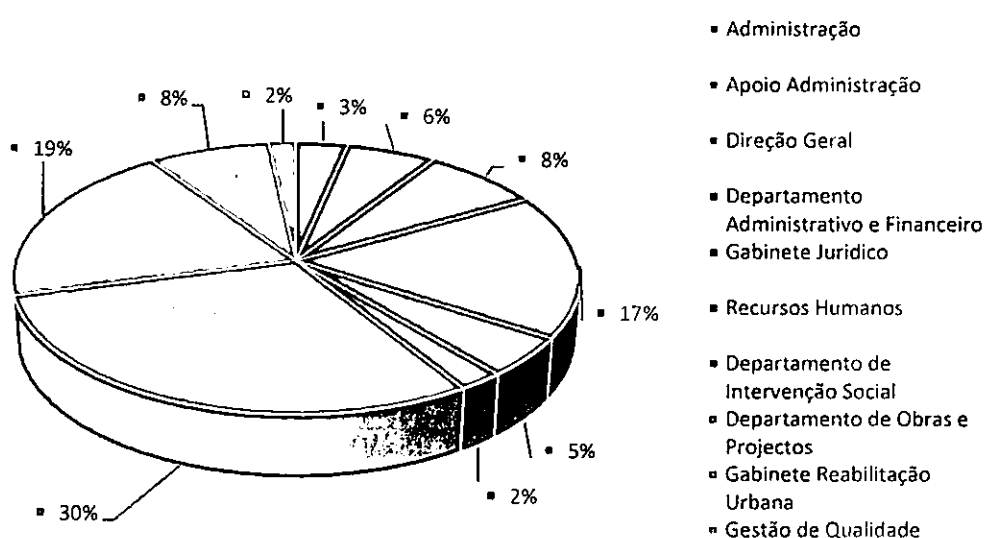
- **“Gastos com Pessoal”**

Nos Gastos do Exercício salienta-se a rubrica de Gastos com Pessoal (Remunerações e Encargos Obrigatórios) que ascende ao valor de 1.910.146,61€, traduzindo um acréscimo de 4,5% relativamente ao ano transato.

Apresenta-se a sua repartição por sectores de atividade.

HA
C9

Estrutura dos Encargos com Pessoal



• “Fornecimentos e Serviços Externos”

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos ascende a 3 milhões e 770 mil euros, discriminados de acordo com o quadro abaixo.

Rubricas	Valor
Subcontratos	2 791 382,90
Trabalhos Especializados	305 674,52
Publicidade	10 363,29
Vigilância e Segurança	26 331,18
Conservação e Reparação	24 958,63
Encargos Bancários	17 183,98
Materiais	12 687,18
Energia e Fluidos	272 714,65
Deslocações e Estadas	4 209,93
Rendas e Alugueres	203 016,01
Comunicação	57 360,81
Seguros	4 984,99
Contencioso	9 406,46
Limpeza, Higiene e Conforto	19 005,47
Outros Serviços	10 794,99
	3 770 074,99

MM
CQ
W

O valor de 2.791.382,90€, inscrito em **Subcontratos**, respeita às intervenções efetuadas nos conjuntos habitacionais, dos quais cerca de 1.600 mil euros foram realizados em obras de grande reabilitação e projetos no âmbito dos Contratos de Serviços celebrados com o Município de Matosinhos, distribuídos da seguinte forma:

Reabilitação e Grande Reparação:	
Reabilitação de Fogos	1 390 492,34
Reabilitação de Equipamentos	49 951,62
Projetos de Reabilitação	160 552,51
Total	1 600 996,47

Em termos de conservação e manutenção do parque Habitacional com recurso aos meios financeiros da MH foram efetuadas as seguintes intervenções:

Conservação e Manutenção:	
Habitacões	505 924,25
Espaços Comuns	178 702,60
Coberturas e Telhados	25 750,05
Reparação de Fogos	24 833,68
Equipamentos Sociais	4 674,37
Ajudas Técnicas	32 282,94
Higiene e Salubridade	140 435,41
Total	912 603,30

Para além destas intervenções foram gastos cerca de 277 mil euros com a limpeza das zonas comuns dos conjuntos habitacionais.

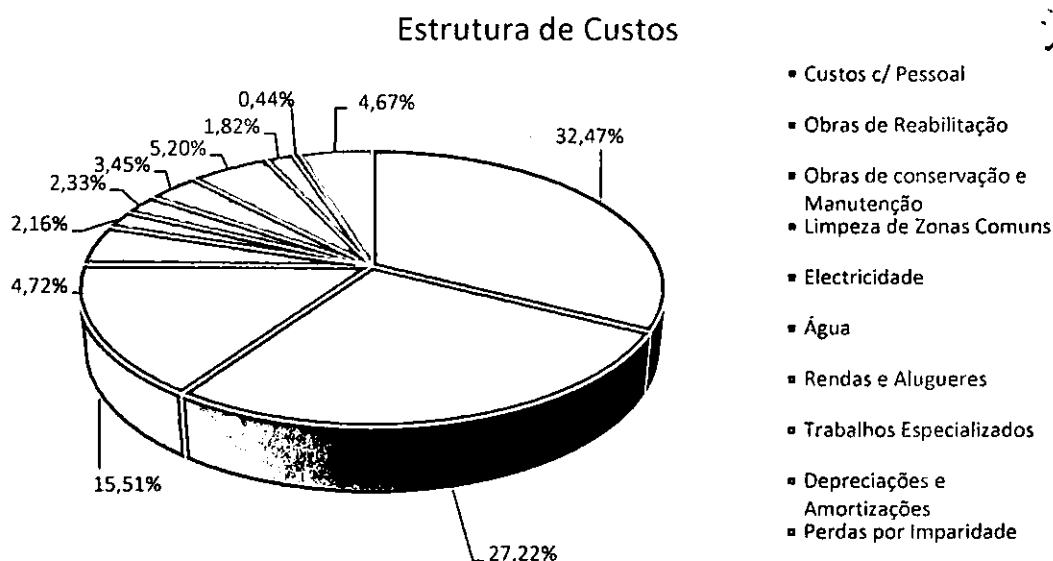
Destacam-se, pela sua relevância na estrutura de custos, os gastos com energia e água, no valor total de 264.654,49€, dos quais 245.018,05€ correspondem aos gastos com os espaços comuns dos conjuntos habitacionais.

As restantes rubricas representam os gastos com outros fornecimentos e serviços indispensáveis para a atividade desenvolvida pela empresa, nomeadamente em serviços especializados, rendas e alugueres de equipamento, comunicações e serviços diversos.

• **“Imparidades”**

O custo com o valor das Imparidades por dividas a receber registou um valor negativo de 37.222,29€. Este valor resulta da diferença das imparidades de clientes efetuadas em 2022 que ascendeu a 25.680,71 e das reversões às imparidades no valor de 62.903,00€. Este valor traduz o valor de débitos de rendas recebidos de anos anteriores e cujas imparidades já estavam efetuadas nos anos respetivos, constituindo deste modo um rendimento de exploração.

Apresenta-se de seguida a estrutura de custos inerentes à atividade da empresa.



“Rendimentos do Exercício”

• **“Prestações de Serviços”**

Nos Proveitos do exercício na conta “Prestações de Serviços – Rendas MH” verifica-se um ligeiro acréscimo das rendas faturadas na ordem dos 0,42% resultante de atualizações de renda efetuadas.

	2021	2022	Variação	Δ %
Faturação	3 412 553,99	3 412 553,99	14 247,39	0,42%

Man
Co
H

A rubrica de Prestações de Serviços inclui ainda o montante de 1.600 mil euros respeitantes aos contratos de Prestação de Serviços celebrados entre o Município de Matosinhos e a MatosinhosHabit para a realização de obras de reabilitação nos conjuntos habitacionais. Estas obras respeitam a adjudicações contratualizadas pela MatosinhosHabit pelo montante dos contratos celebrados e cuja contabilização está expressa na conta de custos "Fornecimentos e Serviços Externos – Subcontratos CMM".

- **"Subsídios à Exploração"**

A título de Subsídios à Exploração foi contabilizado o valor de 695 mil euros, respeitante ao Contrato-Programa celebrado entre a Câmara Municipal e a MatosinhosHabit, de acordo com o preceituado na Lei nº 50/ 2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada.

Para além deste valor foi recebido o montante de 4.636,43€ do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) referentes a contratos celebrados no âmbito da medida CEI – Contrato de Emprego Inserção e Estágio Profissional – Medida Ativar.

- **"Reversões por Processos Judiciais em curso"**

Para além destes rendimentos de exploração foi contabilizado na rubrica "Reversões por Processos Judiciais em curso" o valor de 163.951,60€. Este valor advém da provisão constituída no âmbito do processo IRC 2003 que foi extinto em setembro de 2022 com decisão favorável à MatosinhosHabit, de acordo com o Acórdão proferido pelo TCAN (Tribunal Central Administrativo Norte) que veio anular a liquidação do IRC 2003.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em termos de execução orçamental apresenta-se mapa resumo da receita e despesa a 31 de dezembro de 2022.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DESPESA 2022				
Período: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022				
	Designação	Dotação Atual	Execução	% Execução
RECEITAS				
RECEITAS CORRENTES				
01	Impostos Diretos	1,00	12 016,40	1201640,00%
05	Rendimentos de Propriedade	3 358 978,00	3 460 977,61	103,04%
06	Transferências Correntes	695 001,00	699 636,43	100,67%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	2 012 775,48	1 740 314,91	86,46%
08	Outras Receitas Correntes	100,00	16 602,29	16602,29%
	Total das Receitas Correntes	6 066 855,48	5 929 547,64	97,74%
OUTRAS RECEITAS				
16	Saldo de Gerência Anterior	442 671,47	442 671,47	100,00%
	Total das Outras Receitas	442 671,47	442 671,47	100,00%
	Total Geral	6 509 526,95	6 372 219,11	97,89%
DESPESAS				
DESPESAS CORRENTES				
01	Despesas com Pessoal	1 905 552,00	1 872 073,46	98,24%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4 186 517,66	3 805 916,66	90,91%
03	Juros e outros Encargos	860,00	67,70	7,87%
06	Outras Despesas Correntes	257 097,29	169 548,83	65,95%
	Total das Despesas Correntes	6 350 026,95	5 847 606,65	92,09%
DESPESAS DE CAPITAL				
07	Aquisição de Bens de Capital	152 050,00	72 862,83	47,92%
11	Outras Despesas de Capital	7 450,00	5 383,23	72,26%
	Total das Despesas Capital	159 500,00	78 246,06	49,06%
	Total Geral	6 509 526,95	5 925 852,71	91,03%

Da leitura do mapa supra verifica-se que a taxa de execução da receita e despesa ascendeu a 97,74% e 91,03% respetivamente.

Conforme mapa das demonstrações da execução orçamental, considera-se relevante a análise das rubricas mais significativas.

HMW
G.
H.

“Receita Orçamental”

- **“Impostos Diretos”**

O montante 12.016,40€ inscrito na rubrica “Impostos Diretos” respeita a valores recebidos pelo IRC de 2021.

- **“Rendimentos de Propriedade”**

O valor inscrito na rubrica de “Rendimentos de Propriedade” respeita essencialmente ao valor recebido pelas rendas faturadas às habitações sociais no montante de 3.448.916,99€ sendo que o restante (12.060,62€) advém dos recebimentos relativos à faturação de equipamentos (espaços ocupados por diversas Associações/Instituições), relativos a anos anteriores.

Os recebimentos das rendas de habitação ultrapassaram o valor estimado para o orçamento de 2022 em 106.938,99€ o que demonstra a recuperação efetiva da taxa de cobrança anual, mas também a recuperação de débitos em atraso.

Apresenta-se mapa da evolução da faturação e dos recebimentos de 2019 a 2023, que demonstra bem o referido acima.

	2019	2020	2021	2022	Δ (2022/2021)	$\Delta \%$ (2022/2021)
•Faturaçã o de Rendas	3 205 522,43	3 335 081,46	3 412 553,99	3 426 801,38	14 247,39	0,42%
•Recebim entos da faturaçã do ano	3 111 405,95	3 073 716,17	3 217 064,91	3 270 777,52	53 712,61	1,67%
•Taxa de Cobrança anual	97,06%	92,16%	94,27%	95,45%	1,18%	1,25%
•Recebim entos Totais	3 162 718,00	3 132 299,00	3 383 645,61	3 448 916,99	65 271,38	1,93%
•Recebim entos por débitos em atraso	51 312,05	58 582,83	166 580,70	178 139,47	11 558,77	6,94%

• **"Transferências Correntes"**

A rubrica de "Transferências Correntes" respeita aos valores recebidos no âmbito do Contrato Programa celebrado com o Município de Matosinhos e o IEFP que ascendem a 699.636,43€, conforme já analisado na conta patrimonial – Subsídios à Exploração.

• **"Vendas de Bens e Serviços Correntes"**

O montante considerado na rubrica de "Vendas de Bens e Serviços Correntes" contempla os valores recebidos pela faturação à Câmara Municipal, no âmbito dos Contratos de Prestação de Serviços celebrados, pela realização de obras de reabilitação e projetos para execução de obras nos conjuntos habitacionais no montante de 1.726.205,73€. Para além deste valor inclui ainda o valor arrecado pelas taxas de vistorias de 13.970,09€.

"Despesa Orçamental"

• **"Aquisição de Bens e Serviços"**

A despesa inscrita em "Aquisição de Bens e Serviços" no valor de 3.805.916,66€ que se discrimina abaixo:

Aquisição de Bens e Serviços	
- Aquisição de Bens	32 656,22
- Aquisição de Serviços	
Encargos de Instalação	266 188,08
Limpeza e Higiene	303 794,74
Conservação de Bens	
Reabilitação e Grande Reparação	1 643 990,94
Conservação e Manutenção nos Conjuntos Habitacionais	900 327,90
Locação de Edifícios, Material Informático e de Transporte	198 141,00
Comunicações	56 934,23
Trabalhos Especializados	306 917,23
Outros	96 966,32
Total	3 805 916,66

Como se pode verificar estão nesta rubrica as despesas mais relevantes da atividade sendo os valores mais significativos referentes a obras de reabilitação e conservação do parque habitacional, os gastos com água, energia e limpeza dos espaços comuns dos conjuntos habitacionais.

• **“Outras despesas Correntes”**

A rubrica “Outra despesa Corrente” inclui impostos, taxas e IVA respeitantes aos pagamentos obrigatórios à Autoridade Tributária no âmbito do Imposto sobre o Rendimento (42.970,56€), IVA a liquidar (58.046,55€) e na rubrica “Outras” destaca-se o valor de 38.917,78€ referente ao pagamento das quotas de condomínio das frações que pertencem ao Parque Habitacional do Município de Matosinhos, da responsabilidade da MatosinhosHabit.

“Despesas de Capital”

Relativamente às Despesas de Capital, no montante de 65.929,90€, respeitam essencialmente à adaptação de espaço para Armazém da MatosinhosHabit, no valor de 34.809,00€, sendo o restante em equipamentos diversos já explicados na conta dos Ativos Fixos. O desvio nas despesas de capital com referência aos montantes previstos deve-se ao facto do investimento a efetuar com o processo de aquisição do novo sistema de gestão de informação (inscrito na rubrica de “Software Informático”) cuja implementação já está a decorrer, mas as respetivas execuções financeiras só produzem efeitos em 2023.

Para além da obrigatoriedade da aplicação do normativo contabilístico SNC-AP e reforçando que a MatosinhosHabit integra as empresas reclassificadas nos subsectores regionais e locais, deve obedecer a todo o normativo a que se refere a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), pelo que todas as aquisições foram objeto de compromisso, sendo que estes foram atribuídos de acordo com os Fundos Disponíveis existentes, garantindo o risco de liquidez para as obrigações contratadas.

De acordo com as peças contabilísticas apresentadas a MatosinhosHabit não está sujeita aos critérios vertidos no artigo 62.º nº 1 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, ficando assim salvaguardada a sua continuidade, para exercer as atividades delegadas pelo Município de Matosinhos.

Por último importa referir que no momento de apresentação deste relatório as adversidades a nível mundial são graves, a continuidade da crise instalada motivada pela guerra entre a Ucrânia e Rússia, cujas repercussões são extramente nefastas com impactos graves na economia, veja-se a crise energética, os níveis da taxa de inflação e os níveis das taxas de juro, no entanto a Administração está convicta que saberá

MW
ag.
HW

WA
Cg
adaptar as medidas à conjuntura futura e por tal não prevê que possa estar em causa a continuidade da empresa.

O exercício de 2022 apresenta um resultado líquido positivo de 94.784,86€ propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

HA

Aprovado pelo Conselho de Administração da MH, em reunião Extraordinária de 23 de março de 2023.

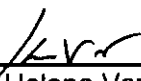
O Conselho de Administração

A Presidente,



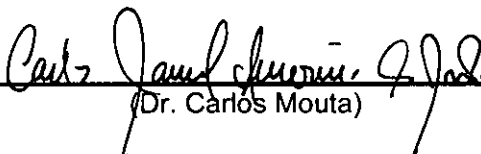
(Eng.ª Manuela Álvares)

A Administradora,



(Eng.ª Helena Vaz)

O Administrador,



(Dr. Carlos Mouta)

RFK
CP

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

X

MATOSINHOS HABIT - MH, EM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
4450-023 MATOSINHOS
Nr.Contrib.: 504597221

BALANÇO do período findo em 31 de dezembro 2022

U.M. EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	463 409,12	491 363,86
Ativos intangíveis	3	7 308,84	20 556,89
Outros ativos financeiros		11 152,24	11 498,04
		481 870,20	523 418,79
Ativo corrente			
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	255 056,76	252 634,34
Estado e outros entes públicos	24.1	23 973,02	12 007,19
Outras contas a receber	18.2	73 167,23	76 467,54
Diferimentos		0,00	17 204,78
Caixa e depósitos	1.1	548 257,41	506 515,56
		900 454,42	864 829,41
Total do Ativo		1 382 324,62	1 388 248,20
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Patrimônio/Capital		264 362,89	264 362,89
Reservas legais		81 658,22	81 658,22
Outras reservas		46 834,43	46 834,43
Resultados transitados		430 844,26	148 306,11
Resultados líquido do período		94 784,86	282 538,15
Total do Patrimônio Líquido		918 484,66	823 699,80
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Provisões	15	0,00	163 951,60
		0,00	163 951,60
Passivo corrente			
Fornecedores	18.3	48 898,81	67 704,61
Estado e outros entes públicos	24.1	31 987,73	7 572,22
Financiamentos obtidos	6	0,00	6 932,93
Outras contas a pagar	18.3	382 953,42	318 387,04
Diferimentos		0,00	0,00
		463 839,96	400 596,80
Total do Passivo		463 839,96	564 548,40
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		1 382 324,62	1 388 248,20

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Tunes
(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuela
(A Presidente, Eng.ª Manuela Alvares)

LVR
(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

Carlos Mouta
(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 23 de março de 2023

MA

MATOSINHOSHABIT-MH, EM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
4450-023 MATOSINHOS
Nr.Contrib.: 504597221

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS do período findo em 31 de dezembro 2022 U.M. EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Prestações de Serviços	13	5 041 767,93	4 673 868,50
Transferências correntes e Subsídios à exploração obtidos	24.3	699 636,43	300 157,97
Fornecimentos e serviços externos	24.4	-3 770 074,99	-2 844 319,69
Gastos com o pessoal	19	-1 910 146,61	-1 827 056,82
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	37 222,29	-14 033,58
Provisões (aumentos/reduções)	15	163 951,60	0,00
Outros rendimentos e ganhos	24.5	11 430,71	170 256,30
Outros gastos e perdas	24.6	-69 018,81	-46 467,58
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		204 768,55	412 406,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-107 132,69	-95 482,46
Resultado operacional (antes de gastos fin. imp.)		97 635,86	316 923,64
Juros e gastos similares suportados	24.7	-244,38	-184,04
Resultados antes de impostos		97 391,48	316 739,60
Imposto sobre o rendimento do período		-2 606,62	-34 201,45
Resultado líquido do período		94 784,86	282 538,15

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Tunes
(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuela Alvares
(A Presidente, Eng.ª Manuela Alvares)

Helena Vaz
(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

Carlos Mouta
(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 23 de março de 2023

mm

MATOSINHOS HABIT, Lda
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1.^o
4150-623 MATOSINHOS
N.º Contrib. 504597221

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO do período findo em 31 de dezembro 2022

Descrição	Notas	PATRIMÓNIO LÍQUIDO						U.M. EUR	
		Capital e património realizado	Outras instrumentos do patr. Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados e provisões	Ajust. em ativos financeiros	Outras variações no patr. líquido	Resultado líquido do período
1		264 362,89	-	81 658,22	48 834,43	128 179,45	-	-	20 178,68
Atorção no período		-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período anterior		-	-	-	-	20 128,66	-	-	(20 128,66)
Alterações de política contabilística		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no património líquido		-	-	-	-	-	-	-	-
Total de alterações no período		-	-	-	-	20 128,66	-	-	(20 128,66)
3		-	-	-	-	-	-	-	282 538,15
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	282 538,15
4+2+3		-	-	-	-	-	-	-	282 538,15
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-
Reajustação de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
6+1+2+3+4		264 362,89	-	81 658,22	48 834,43	148 308,11	-	-	282 538,15
Posição em 31.12.2021		264 362,89	-	81 658,22	48 834,43	148 308,11	-	-	282 538,15

Descrição	Notas	PATRIMÓNIO LÍQUIDO						U.M. EUR	
		Capital e património realizado	Outras instrumentos do patr. Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados e provisões	Ajust. em ativos financeiros	Outras variações no patr. líquido	Resultado líquido do período
1		264 362,89	-	81 658,22	48 834,43	148 308,11	-	-	282 538,15
Atorção no período		-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período anterior		-	-	-	-	282 538,15	-	-	(282 538,15)
Alterações de política contabilística		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no património líquido		-	-	-	-	-	-	-	-
Total de alterações no período		-	-	-	-	282 538,15	-	-	(282 538,15)
3		-	-	-	-	-	-	-	94 794,88
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	94 794,88
4+2+3		-	-	-	-	-	-	-	94 794,88
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-
Reajustação de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
6+1+2+3+4		264 362,89	-	81 658,22	48 834,43	430 846,26	-	-	94 794,88
Posição em 31.12.2022		264 362,89	-	81 658,22	48 834,43	430 846,26	-	-	94 794,88

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Taves
(Dr. Isabel Taves)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente, Dr. Manuel Aires
(Dr. Manuel Aires)

Presidente, Dr. Manuel Aires
(Dr. Manuel Aires)

Presidente, Dr. Manuel Aires
(Dr. Manuel Aires)

Presidente, Dr. Manuel Aires
(Dr. Manuel Aires)

Matosinhos, 23 de março de 2023

MATOSINHOSHABIT-MH, EM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1.^o
4450-023 MATOSINHOS
Nr.Contrib.: 504597221

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO em 31 de dezembro 2022

U.M. EUR

RUBRICA	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - método directo			
Recebimentos de clientes		5 222 531,24	4 760 120,95
Recebimento do contrato programa		695 000,00	300 000,00
Pagamentos a fornecedores		(3 748 234,55)	(2 746 690,88)
Pagamentos ao pessoal		(1 872 073,48)	(1 853 392,58)
Caixa gerada pelas operações		297 223,23	460 037,49
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		12 016,40	123 484,11
Outros recebimentos/pagamentos		(194 407,80)	(452 508,73)
Fluxos das atividades operacionais (1)		114 831,83	131 012,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(64 303,84)	(26 914,34)
Ativos intangíveis		(1 626,06)	(20 467,20)
		(65 929,90)	(47 381,54)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(65 929,90)	(47 381,54)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Amortizações cont. locação financeira		(6 932,93)	(6 594,38)
Juros e gastos similares		(227,15)	(302,38)
		(7 160,08)	(6 896,76)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(7 160,08)	(6 896,76)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		41 741,85	76 734,57
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.1	506 515,56	429 780,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.1	548 257,41	506 515,56
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período		506 515,56	429 780,99
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		63 844,09	63 032,72
Saldo da gerência anterior		442 671,47	366 748,27
De Execução orçamental		442 671,47	366 748,27
De operações de tesouraria		63 844,09	63 032,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período		548 257,41	506 515,56
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		101 891,01	63 844,09
Saldo para a gerência seguinte		446 366,40	442 671,47
De Execução orçamental		446 366,40	442 671,47
De operações de tesouraria		101 891,01	63 844,09

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Nunes
(Dr.ª Isabel Nunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuela
(A Presidente, Eng.ª Manuela Alvares)

Helena
(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

Carlos
(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 23 de março de 2023

mtw

eg

11

Anexo - Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM

Sede: Rua Alfredo Cunha 99-1º Código Postal 4450-023 Matosinhos

Natureza Jurídica: Empresa Municipal, E.M.

O período de relato abrangido pelas presentes demonstrações financeiras corresponde a 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP para a apresentação de demonstrações financeiras, por sua vez as notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente Anexo.

1.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, art.º 3º, de 11 de setembro, incluindo as entidades públicas reclassificadas.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela seguinte ordem:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade;

Handwritten signatures and initials:
H/MW
99
JH JHT

Não se registaram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com o SNC-AP. Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis nos dois períodos apresentados.

Não houve necessidade de proceder a qualquer reclassificação das quantias comparativas decorrentes de quaisquer erros reportados a períodos anteriores e não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Empresa que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

e) Desagregação de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta		31/12/2022	31/12/2021
Caixa	Numerário	5 147,38 €	2 300,00 €
	...		
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	543 110,03 €	504 215,56 €
	Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
	...		
Total de caixa e depósitos		548 257,41 €	506 515,56 €

2 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis que se encontram reconhecidos compreendem essencialmente programas de computador.

Estes ativos, de vida útil finita, são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

	Anos	Taxa de Amortização
Programas de Computador	3	33,33%

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

MHW

99

11 10

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento de transporte	1-10
Equipamento administrativo	1-8
Outros ativos fixos tangíveis	1-10

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo é registado como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

MA
ag.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

XH
ZAT

d) Imparidade de Ativos

Sendo a Imparidade uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial serviço de um ativo, as quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são avaliadas em cada relato para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, a MatosinhosHabit procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável é determinada pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o seu valor de uso, isto é, o justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. Sendo que, o valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando a quantia escriturada de um ativo seja reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia for menor do que a quantia escriturada estamos perante uma perda por imparidade que é reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

MAN

EQ

/W ST

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e) Instrumentos Financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

A MatosinhosHabit reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos

f) Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações de acordo com

a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, quando aplicável, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

h) Rendimentos

A MatosinhosHabit aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a MatosinhosHabit benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e Prestação de Serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Subsídios correntes obtidos

Os subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a MatosinhosHabit cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Regime de acréscimo

A MatosinhosHabit regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas. Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar ou Diferimentos.

j) Partes relacionadas

A MatosinhosHabit identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes. Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades do perímetro de consolidação do Grupo Município de Matosinhos;
- O Fiscal Único;
- As pessoas chave da gestão;

Man
CP

k) Enquadramento Fiscal

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("CIRC"), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, a uma taxa de 21% da matéria coletável acrescida de 1,50% a título de Derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

JA *ST*

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da MatosinhosHabit e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no atual período de relato foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao período de relato anterior.

Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o período seguinte, a menos que: (a) seja evidente, depois de uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou de uma revisão das suas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação é mais

MA
09

apropriada tendo em atenção os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas da NCP 2; (b) uma outra NCP exija uma alteração na apresentação.

Materialidade e agregação

int

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

Continuidade

As demonstrações financeiras da MatosinhosHabit foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados e elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

2.3. Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período. A MatosinhosHabit aplica as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões

MM
Gp
HA ZAT

económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, pelo que as alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

Os principais juízos de valor refletidos na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data de relato (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que após a data de relato sejam indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Principais Fontes de Incerteza relativas ao futuro

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão da MatosinhosHabit na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais que a MatosinhosHabit poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

2.6. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o período de relato não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores ou existem fontes de incerteza que envolvam um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

3 — ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis

a) Bases de mensuração usadas

Os ativos intangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo intangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

Estes ativos, de vida útil finita, são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

c) Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
44 – Ativos Intangíveis								
Programas de computador	57 855,89 €	37 299,00 €		20 556,89 €	59 481,95 €	52 173,11 €		7 308,84 €
Outros ativos intangíveis								0,00 €
Total	57 855,89 €	37 299,00 €	0,00 €	20 556,89 €	59 481,95 €	52 173,11 €	0,00 €	7 308,84 €

d) Os ativos intangíveis sofreram, durante o período de relato, as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Interna à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
44 – Ativos Intangíveis										(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
Programas de computador	20 556,89 €	1 626,06 €					-14 874,11 €			7 308,84 €
Outros ativos intangíveis										
Total	20 556,89 €	1 626,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14 874,11 €	0,00 €	0,00 €	7 308,84 €

e) Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes adições

Quadro 3.2 A - Ativos intangíveis – adições

Rubricas	Internas	Adições								Total
		Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
44 – Ativos Intangíveis										(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
Programas de computador		1 626,06 €								1 626,06 €
Outros ativos intangíveis										
Total	0,00 €	1 626,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 626,06 €

5 — ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração usadas

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
43 - Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Edifícios e Outras Construções	898 727,60 €	462 651,88 €		436 075,72 €	933 536,80 €	513 006,88 €		420 529,72 €
Equipamento Básico	159,00 €	159,00 €		0,00 €	159,00 €	159,00 €		0,00 €
Equipamento de Transporte	49 000,00 €	49 000,00 €		0,00 €	49 000,00 €	49 000,00 €		0,00 €
Equipamento Administrativo	520 623,08 €	479 332,26 €		41 290,80 €	549 047,81 €	512 755,59 €		36 292,22 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros Ativos fixos tangíveis	101 292,18 €	87 294,84 €		13 997,34 €	102 362,27 €	95 775,09 €		6 587,18 €
Total	1 569 801,84 €	1 078 437,98 €	0,00 €	491 363,86 €	1 634 105,68 €	1 170 696,56 €	0,00 €	463 409,12 €

d) Os ativos fixos tangíveis sofreram, durante o período de relato, as seguintes variações:

Handwritten notes:
M
CG
AT

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Variações no período								Quantia - Escriturada Final
		Adições	Transf. Interna à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidades	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+ 3)+(4)+(5)+(6)+ (7)+(8)+(9)
43 - Ativos Fixos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €					0,00 €			0,00 €
Edifícios e Outras Construções	436 075,72 €	34 809,00 €					-50 355,00 €			420 529,72 €
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €					0,00 €			0,00 €
Equipamento de Transporte	0,00 €	0,00 €					0,00 €			0,00 €
Equipamento Administrativo	41 290,80 €	28 424,75 €					-33 423,33 €			36 292,22 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €					0,00 €			0,00 €
Outros Ativos fixos tangíveis	13 997,34 €	1 070,09 €					-8 480,25 €			6 587,18 €
Total	491 363,86 €	64 303,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-92 268,68 €	0,00 €	0,00 €	463 409,12 €

e) Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes adições:

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis – adições

Rubricas	Adições									
					Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação		
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca					Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+ +(4)+(5)+(6)+(7)+ +(8)+(9)
43 - Ativos Fixos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais		0,00 €								0,00 €
Edifícios e Outras Construções		34 809,00 €								34 809,00 €
Equipamento Básico		0,00 €								0,00 €
Equipamento de Transporte		0,00 €								0,00 €
Equipamento Administrativo		28 424,75 €								28 424,75 €
Ativos biológicos		0,00 €								0,00 €
Outros Ativos fixos tangíveis		1 070,09 €								1 070,09 €
Total	0,00 €	64 303,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	64 303,84 €

6 — LOCAÇÕES

Locações financeiras – Locatários

À data de 31 de dezembro de 2022, a conta de locação financeira encontrava-se saldada.

Nº contrato	Locadora	Data início	Data fim	Bem locado	Valor do contrato
215857	Santander	15/12/2016	15/12/2022	Equipamento Desobstrução	39.360,00€

Quadro 6.1 - Locações financeiras – Locatário

Rubricas	Quantia Escriturada Bruta (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
434 - Equip Transporte	39 360,00 €	6 932,93 €	67,70 €	32 427,07 €	3 477,49 €				0,00 €		
Total	39 360,00 €	6 932,93 €	67,70 €	32 427,07 €	3 477,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

9 — IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas.

As imparidades decorrem da dificuldade financeira, incumprimento no pagamento ou probabilidade de o devedor entrar em insolvência.

Durante o exercício findo em 31/12/2022, ocorreram os seguintes movimentos em perdas por imparidade:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Imparidade de clientes	740 452,69	25 680,71	62 903,00	703 230,40
Imparidade de dívidas a receber	83 312,64	0,00	0,00	83 312,64
Total	823 765,33	25 680,71	62 903,00	786 543,04

13 — RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As Prestações de serviços ascendem ao valor de 5.041.767,93 euros distribuídos da seguinte forma:

Prestação de Serviços	31/12/2022	31/12/2021
Rendas	3 426 801,38 €	3 791 556,23 €
Outros Serviços	1 600 996,46 €	867 635,81 €
Vistorias	13 970,09 €	14 676,46 €
Total	5 041 767,93 €	4 673 868,50 €

Esta rubrica inclui o valor de 1.600.996,46 euros, recebidos no âmbito dos contratos de prestação de serviços celebrados entre a MatosinhosHabit e a Câmara Municipal de Matosinhos.

MMW
CP. 24
H

15 — PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 Provisões

À data de 31 de dezembro de 2022, a conta de provisões encontrava-se saldada, dado a provisão constituída para fazer face ao processo de IRC relativo a 2003, no valor de 163.951,60€, ter sido revertida, no seguimento do acórdão proferido quanto a este processo, “no qual julgou procedente a impugnação deduzida pela MatosinhosHabit, tendo anulado a liquidação IRC 2003”.

17 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

17.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 23 de março de 2023.

17.2 Acontecimentos após a data de relato que não deram lugar a ajustamentos

Entre a data de balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações de alterações das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração até à data da elaboração das presentes demonstrações financeiras, não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade da sua atividade, pese a conjuntura económica atual decorrente do conflito na Ucrânia, principalmente com a subida dos preços de materiais e outros bens e serviços. No entanto estamos convictos que estes impactos não se traduzirão na suspensão ou redução significativa da nossa atividade.

Assim, a Administração entende que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

MA
CQ

MA
ZIT

17.3 Atualização da divulgação acerca de condições à data de relato

Após o encerramento do período e até à emissão do presente anexo, não se registaram factos subsequentes suscetíveis de alterar as condições que existiam à data do balanço e de modificar a situação revelada nas contas.

18 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Nos termos da NCP 18 – Instrumentos financeiros, o reconhecimento de um ativo ou passivo financeiro ou de um instrumento de capital próprio, apenas ocorre quando a MatosinhosHabit se torne uma parte das disposições contratuais dos mesmos. Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no património líquido apenas quando a MatosinhosHabit emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados, a quantia a receber é reconhecida como ativo. São mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade acumuladas:

- i. investimentos em obrigações não convertíveis;
- ii. instrumentos financeiros desde que sejam à vista ou tenha uma maturidade definida; que os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, ou de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo -se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente:
 - a. clientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários;
 - b. contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração na quantia a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração dos resultados;
 - c. empréstimos a entidades controladas ou associadas que sejam exigíveis;
 - d. um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente não cumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

MAW

EQ

HA ZH

18.2 Quantia Escriturada dos ativos financeiros

No final do período de relato, encontra-se escriturada a seguinte quantia em ativos financeiros:

Valores 2022

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Clientes, contribuintes e utentes	958 287,16 €	703 230,40 €	255 056,76 €
Outras contas a receber	156 479,87 €	83 312,64 €	73 167,23 €

Valores 2021

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Clientes, contribuintes e utentes	993 087,03 €	740 452,69 €	252 634,34 €
Outras contas a receber	159 780,17 €	83 312,64 €	76 467,53 €

18.3. Quantia Escriturada dos passivos financeiros

No final do período de relato, encontra-se escriturada a seguinte quantia em passivos financeiros:

	Quantia escriturada 31.12.2022	Quantia escriturada 31.12.2021
Fornecedores c/c	14 745,98 €	41 297,68 €
Fornecedores - cauções	31 527,22 €	23 781,32 €
Fornecedores -faturas em receção e conferência	2 625,61 €	2 625,61 €
Fornecedores	48 898,81 €	67 704,61 €
Empréstimos bancários	0,00 €	0,00 €
Locações financeiras	0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos	0,00 €	0,00 €
Empréstimos bancários	0,00 €	0,00 €
Locações financeiras	0,00 €	6 932,93 €
Financiamentos Obtidos	0,00 €	6 932,93 €
Credores por acréscimo de gastos	309 189,63 €	273 214,38 €
Outros Credores	73 763,79 €	45 172,66 €
Outras Contas a Pagar	382 953,42 €	318 387,04 €

19 — BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

No período de relato, foram reconhecidos como gastos relativos a benefícios de curto-prazo:

Quadro 19.1 - Benefícios dos empregados

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações órgãos sociais	49 504,23 €	55 287,26 €
Remunerações do pessoal	1 466 104,20 €	1 381 990,95 €
Encargos sobre remunerações	336 765,75 €	323 196,06 €
Seguros de acidente no trabalho	21 444,47 €	27 236,42 €
Gastos de ação Social	30 068,11 €	29 147,51 €
Outros gastos com pessoal	6 259,85 €	10 197,62 €
Total	1 910 146,61 €	1 827 055,82 €

20 — PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Matosinhos, tendo celebrado neste exercício contrato-programa para financiamento da atividade de exploração no montante de 695.000,00 euros (Subsídio à exploração).

No âmbito dos contratos de prestação de serviços celebrados entre a Câmara Municipal de Matosinhos e a MatosinhosHabit, foi faturado o montante de 1.600.996,46 euros.

O valor de 56.320,08 euros inscrito na conta "outras contas a receber e outras contas a pagar" refere-se a valores a regularizar com a Câmara Municipal de Matosinhos, a saber:

- Parque infantil 2007 – crédito de 46.307,67 euros;
- Estrutura de Ensombramento 2008 – crédito de 6.170,29 euros;
- PMAA – débito de 400,00 euros;
- Contratos Prestação de Serviços – crédito de 4.242,12 euros

23 — DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

23.1 Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:

A Empresa não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.

23.2 Código Contributivo (art.º 210º):

A Empresa não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

23.3 Remunerações dos órgãos sociais

Os membros do Conselho de Administração tiveram remunerações até 31 de dezembro de 2022 no valor total de 49.504,23 euros.

24 — OUTRAS DIVULGAÇÕES

24.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Estimativa de imposto + tributação autónoma + derrama	2 606,62 €	34 201,45 €
Retenção na fonte IRC	623,64 €	623,64 €
Pagamento por conta	25 956,00 €	45 585,00 €
Pagamento Especial por Conta	0,00 €	0,00 €
	23 973,02 €	12 007,19 €
Passivo		
Estimativa de imposto + tributação autónoma + derrama	0,00 €	0,00 €
Retenção na fonte IRC	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta	0,00 €	0,00 €
Pagamento Especial por Conta	0,00 €	0,00 €
Retenção IRS, Rendimentos prediais	0,00 €	2 125,00 €
IVA	31 952,89 €	5 155,59 €
Contribuições para a Segurança Social	34,86 €	291,63 €
Total	31 987,75 €	7 572,22 €

24.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a responsabilidade assumida pela garantia prestada, referente ao processo de IRC 2003, encontrava-se em fase de cancelamento, no seguimento da decisão favorável do mesmo para a MatosinhosHabit. O cancelamento da garantia bancária produziu efeitos em janeiro de 2023.

Banco	Beneficiário	Descrição	Valor
CGD	DGCI	IRC 2003	181 059,48 €

24.3 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

No âmbito do Contrato Programa efetuado com a Câmara Municipal de Matosinhos contabilizamos 695.000,00 euros como proveito em 2022.

Relativamente ao valor de 4.636,43 euros, este refere-se a um contrato no âmbito da medida CEI – Contrato de Emprego Inserção e estágio profissional medida Ativar, realizado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

24.4 Fornecimento e serviços externos

Quadro comparativo dos gastos com fornecimentos e serviços externos:

MLW

CG

JA ZH

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos	2 791 382,90 €	1 980 859,21 €
Trabalhos especializados	310 322,85 €	224 330,53 €
Publicidade	10 363,29 €	8 792,31 €
Vigilância e segurança	26 331,18 €	15 198,59 €
Conservação e reparação	20 310,30 €	31 610,80 €
Encargos bancários	17 183,98 €	17 553,27 €
Materiais	12 687,18 €	15 678,49 €
Energias e fluidos	272 714,65 €	278 768,58 €
Deslocações e estadas	4 209,93 €	349,90 €
Rendas e alugueres	203 016,01 €	173 837,36 €
Comunicação	57 360,81 €	47 559,83 €
Seguros	4 984,99 €	7 553,42 €
Contencioso	9 406,46 €	2 734,90 €
Limpeza, higiene e conforto	19 005,47 €	22 403,14 €
Outros serviços	10 794,99 €	17 089,36 €
Total	3 770 074,99 €	2 844 319,69 €

24.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" tem no período de 2022 e 2021 a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos	31/12/2022	31/12/2021
Venda de energia	139,09 €	364,56 €
Outros	11 291,62 €	169 891,74 €
Total	11 430,71 €	170 256,30 €

24.6 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas" tem no período de 2022 e 2021 a seguinte composição:

MA
CP.

[Handwritten signature]

Outros gastos e perdas	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	372,35 €	782,50 €
Outros	10 932,88 €	0,00 €
Quotizações	7 000,00 €	1 000,00 €
Outros	50 713,58 €	44 685,08 €
Total	69 018,81 €	46 467,58 €

24.7 Juros e gastos similares suportados

O total de juros e gastos similares suportados discrimina-se como se segue:

Juros e Gastos Similares Suportados	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos bancários	0,00 €	0,00 €
Locações financeiras	67,70 €	184,04 €
Juros de mora e compensatórios	0,00 €	0,00 €
Outros	176,68 €	0,00 €
Total	244,38 €	184,04 €

25— PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O exercício de 2022 apresenta um resultado líquido positivo no montante de 94.784,86 euros, propondo-se que este seja levado a Resultados Transitados.

Man

Cg

Al

Zdt

26— IDENTIFICAÇÃO DOS ORGÃO SOCIAIS

26.1 Período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Carvalho Álvares

NIF: 161198198

Cargo: Presidente do C.A.

Eng.ª Helena Adelina Simões Nunes Vaz

NIF: 179212184

Cargo: Vogal

Dr. ° Carlos Manuel Amorim Mouta

NIF: 223280720

Cargo: Vogal

Fiscal Único

Crowe & Associados, SROC, Lda

Cargo: SROC n.º 186

MA
CP.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

MA
CP.

11/10/22

CP

Int

As demonstrações orçamentais segundo a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental das entidades, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

A finalidade das demonstrações orçamentais nos termos da NCP 26, consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e os recebimentos, bem como o desempenho orçamental.

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

MA
Cg.

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da entidade que relata. Apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico de 2022, que se reportem à execução orçamental. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital). Apresenta ainda informação organizada pela forma de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

JA
Zxt

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL Ano/mês - 2022/12

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 2022					TOTAL	2021
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
RA01	Saldo da gerência anterior	442.671,47	,00	,00	,00	,00	442.671,47	429.780,99
RJ01	Operações orçamentais (1)	442.671,47	,00	,00	,00	,00	442.671,47	366.748,27
RJ02	Restituição do saldo oper. orçamentais	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
RJ03	Operações de tesouraria (A)	,00	,00	,00	,00	63.844,09	63.844,09	63.032,72
R	Receita corrente	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R1	Receita fiscal	12.016,40	,00	,00	,00	,00	12.016,40	169.069,11
R1.1	Impostos diretos	12.016,40	,00	,00	,00	,00	12.016,40	169.069,11
R1.2	Impostos indiretos	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R2	Contribuições para a segurança social, CGA, ADSE	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R3	Taxas multas e outras penalidades	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R4	Rendimentos de propriedade	3.460.977,61	,00	,00	,00	,00	3.460.977,61	3.769.006,93
R5	Transferências correntes	699.636,43	,00	,00	,00	,00	699.636,43	300.000,00
R5.1	Administrações públicas	699.636,43	,00	,00	,00	,00	699.636,43	300.000,00
R5.1.1	Administração central - Estado	4.636,43	,00	,00	,00	,00	4.636,43	,00
R5.1.2	Administração central - Outras entidades	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R5.1.3	Segurança social	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R5.1.4	Administração regional	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R5.1.5	Administração local	695.000,00	,00	,00	,00	,00	695.000,00	300.000,00
R5.2	Exterior - UE	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R5.3	Outras	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R6	Vendas de bens e serviços	1.740.314,91	,00	,00	,00	,00	1.740.314,91	991.639,86
R7	Outras receitas correntes	16.602,29	,00	,00	,00	,00	16.602,29	9.212,59
RA02	Total Receita Corrente	5.929.547,64	,00	,00	,00	,00	5.929.547,64	5.238.928,49
RA03	Receitas de capital	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R8	Venda de bens de investimento	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9	Transferências de capital	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9.1	Administrações públicas	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9.1.1	Administração central - Estado	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9.1.2	Administração central - Outras entidades	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9.1.3	Segurança social	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9.1.5	Administração local	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9.2	Exterior - UE	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R9.3	Outros	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R10	Outras receitas de capital	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
RA03	Total Receita Capital	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
RA04	Receita efetiva (2)	5.929.547,64	,00	,00	,00	,00	5.929.547,64	5.238.928,49
RA05	Receita não efetiva (3)	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R12	Receita com ativos financeiros	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
R13	Receita com passivos financeiros	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
RA06	Soma (4) = (1) + (2) + (3)	6.372.219,11	,00	,00	,00	,00	6.372.219,11	5.605.676,76
ROT1	Operações de tesouraria (B)	,00	,00	,00	,00	49.301,90	49.301,90	12.094,35

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL Ano/mês - 2022/ 12

Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 2022					TOTAL	2021
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
D	Despesa corrente	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D1	Despesas com o pessoal	1.872.073,46	,00	,00	,00	,00	1.872.073,46	1.853.392,58
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1.483.268,15	,00	,00	,00	,00	1.483.268,15	1.446.977,42
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	6.789,04	,00	,00	,00	,00	6.789,04	5.436,51
D1.3	Segurança social	382.016,27	,00	,00	,00	,00	382.016,27	400.978,65
D2	Aquisição de bens e serviços	3.805.916,66	,00	,00	,00	,00	3.805.916,66	2.959.010,76
D3	Juros e outros encargos	67,70	,00	,00	,00	,00	67,70	184,04
D4	Transferências e subsídios correntes	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1	Transferências correntes	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.1	Administrações públicas	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.1.1	Administração central - Estado português	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.1.2	Administração central - Outras entidades	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.1.3	Segurança social	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.1.4	Administração regional	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.1.5	Administração local	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.3	Famílias	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.1.4	Outras	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D4.2	Subsídios correntes	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D5	Outras despesas correntes	169.548,83	,00	,00	,00	,00	169.548,83	193.102,67
DA01	Total despesa corrente	5.847.606,65	,00	,00	,00	,00	5.847.606,65	5.005.690,05
D	Despesa de capital	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D7	Aquisição de bens de capital	72.862,83	,00	,00	,00	,00	72.862,83	154.190,70
D8	Transferências e subsídios de capital	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.1	Administrações públicas	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.1.1	Administração central - Estado português	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.1.2	Administração central - outras entidades	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.1.3	Segurança social	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.1.4	Administração regional	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.1.5	Administração local	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.2	Entidades do setor não lucrativo	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.3	Famílias	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D8.4	Outras	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D9	Outras despesas de capital	5.383,23	,00	,00	,00	,00	5.383,23	3.121,54
DA02	Total despesa de capital	78.246,06	,00	,00	,00	,00	78.246,06	157.312,24
DA03	Despesa Efetiva (5)	5.925.852,71	,00	,00	,00	,00	5.925.852,71	5.163.005,29
DA04	Despesa não efetiva (6)	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D10	Despesa com ativos financeiros	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
D11	Despesa com passivos financeiros	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
DA05	Soma (7) = (5) + (6)	5.925.852,71	,00	,00	,00	,00	5.925.852,71	5.163.005,29
DOT1	Operações de tesouraria (C)	,00	,00	,00	,00	11.254,98	11.254,98	11.282,98
DA06	Saldo para a gestão seguinte	446.366,40	,00	,00	,00	101.891,01	548.257,41	506.515,56
DA07	Operações orçamentais (B) = (4) - (7)	446.366,40	,00	,00	,00	,00	446.366,40	442.671,47
DA08	Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	,00	,00	,00	,00	101.891,01	101.891,01	63.844,09
DA09	Saldo Global	3.694,93	,00	,00	,00	,00	3.694,93	75.923,20
DA10	Despesa primária	5.925.785,01	,00	,00	,00	,00	5.925.785,01	5.162.821,25
DA11	Saldo corrente	81.940,99	,00	,00	,00	,00	81.940,99	233.238,44
DA12	Saldo de capital	-78.246,06	,00	,00	,00	,00	-78.246,06	-157.315,24
DA13	Saldo primário	3.762,63	,00	,00	,00	,00	3.762,63	76.107,24
DA14	Receita total	6.372.219,11	,00	,00	,00	,00	6.372.219,11	5.605.676,76
DA15	Despesa total	5.925.852,71	,00	,00	,00	,00	5.925.852,71	5.163.005,29

MM

GP

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Esta demonstração tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico de 2022, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas usadas no orçamento.

JA ZAT

Permite controlar todas as fases de execução orçamental da receita, nomeadamente as liquidações, os valores cobrados e por receber. Contempla ainda as informações das previsões corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à receita.

Na análise realizada, as previsões corrigidas no orçamento foram de 6.509.526,95 euros com a incorporação do saldo de gerência anterior de 442.671,47 euros.

As receitas cobradas líquidas atingiram o montante de 5.929.547,64 euros, correspondendo a um grau de execução do orçamento no final do período de 97,74%

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANO/MÊS: 2022/12

Rubrica	Descrição	Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Liquidações	Receitas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas brutas			Receitas por	Grau de execução orçam.	
		corrigidas	de períodos anteriores	liquidadas	anuladas	cobradas brutas	Emendados	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	cobrar no final do período	Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)+(7)	(11)	(12)=(8)+(9)+(10)	(13)=(9)+(11)+(12)
01	Impostos diretos	1,00	0,00	12.016,40	0,00	12.016,40	0,00	0,00	0,00	12.016,40	12.016,40	0,00	0,00	0,001.201.640,00
0101	Sobre o rendimento	1,00	0,00	12.016,40	0,00	12.016,40	0,00	0,00	0,00	12.016,40	12.016,40	0,00	0,00	0,001.201.640,00
010102	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	1,00	0,00	12.016,40	0,00	12.016,40	0,00	0,00	0,00	12.016,40	12.016,40	0,00	0,00	0,001.201.640,00
05	Rendimentos de propriedade	3.358.978,00	0,00	4.396.895,88	0,00	3.460.977,61	0,00	0,00	75.117.563.385.860,05	3.460.977,61	935.918,27	0,00	100,80	
0510	Rendas	3.358.978,00	0,00	4.396.895,88	0,00	3.460.977,61	0,00	0,00	75.117.563.385.860,05	3.460.977,61	935.918,27	0,00	100,80	
051003	Habitacões	3.341.978,00	0,00	4.242.283,48	0,00	3.448.916,99	0,00	0,00	63.056,94	3.385.860,05	3.448.916,99	793.366,49	0,00	101,31
051099	Outros	17.000,00	0,00	154.612,40	0,00	12.060,62	0,00	0,00	12.060,62	0,00	12.060,62	142.551,78	0,00	0,00
05109901	Equipamentos	17.000,00	0,00	154.612,40	0,00	12.060,62	0,00	0,00	12.060,62	0,00	12.060,62	142.551,78	0,00	0,00
06	Transferências correntes	695.000,00	0,00	699.636,43	0,00	699.636,43	0,00	0,00	0,00	699.636,43	699.636,43	0,00	0,00	100,67
0603	Administração central	1,00	0,00	4.636,43	0,00	4.636,43	0,00	0,00	0,00	4.636,43	4.636,43	0,00	0,00	463.643,00
060301	Estado	1,00	0,00	4.636,43	0,00	4.636,43	0,00	0,00	0,00	4.636,43	4.636,43	0,00	0,00	463.643,00
06030199	Outros	1,00	0,00	4.636,43	0,00	4.636,43	0,00	0,00	0,00	4.636,43	4.636,43	0,00	0,00	463.643,00
0605	Administração local	695.000,00	0,00	695.000,00	0,00	695.000,00	0,00	0,00	0,00	695.000,00	695.000,00	0,00	0,00	100,00
060501	Contínente	695.000,00	0,00	695.000,00	0,00	695.000,00	0,00	0,00	0,00	695.000,00	695.000,00	0,00	0,00	100,00
06050101	Municípios	695.000,00	0,00	695.000,00	0,00	695.000,00	0,00	0,00	0,00	695.000,00	695.000,00	0,00	0,00	100,00
07	Venda de bens e serviços correntes	2.012.775,48	0,00	1.740.314,91	0,00	1.740.314,91	0,00	0,00	0,00	1.740.314,91	1.740.314,91	0,00	0,00	86,46
0701	Venda de bens	300,00	0,00	139,09	0,00	139,09	0,00	0,00	0,00	139,09	139,09	0,00	0,00	46,36
070108	Mercadorias	300,00	0,00	139,09	0,00	139,09	0,00	0,00	0,00	139,09	139,09	0,00	0,00	46,36
07010803	Eleticidade	300,00	0,00	139,09	0,00	139,09	0,00	0,00	0,00	139,09	139,09	0,00	0,00	46,36
0702	Serviços	2.012.475,48	0,00	1.740.175,82	0,00	1.740.175,82	0,00	0,00	0,00	1.740.175,82	1.740.175,82	0,00	0,00	86,47
070203	Viagens e ensaios	12.000,00	0,00	13.970,09	0,00	13.970,09	0,00	0,00	0,00	13.970,09	13.970,09	0,00	0,00	116,42
070299	Outros	2.000.475,48	0,00	1.726.205,73	0,00	1.726.205,73	0,00	0,00	0,00	1.726.205,73	1.726.205,73	0,00	0,00	86,29
08	Outras receitas correntes	100,00	0,00	17.427,69	0,00	16.602,29	0,00	0,00	0,00	16.602,29	16.602,29	825,40	0,00	16.602,29
0801	Outras	100,00	0,00	17.427,69	0,00	16.602,29	0,00	0,00	0,00	16.602,29	16.602,29	825,40	0,00	16.602,29
080199	Outras	100,00	0,00	17.427,69	0,00	16.602,29	0,00	0,00	0,00	16.602,29	16.602,29	825,40	0,00	16.602,29
08019999	Outras	100,00	0,00	17.427,69	0,00	16.602,29	0,00	0,00	0,00	16.602,29	16.602,29	825,40	0,00	16.602,29
	Corrente	6.066.855,48	0,00	6.866.291,31	0,00	5.929.547,64	0,00	0,00	75.117,56	5.854.430,08	5.929.547,64	936.743,67	0,00	96,50
A TRANSPORTAR :		6.066.855,48	0,00	6.866.291,31	0,00	5.929.547,64	0,00	0,00	75.117.565.854.430,08	5.929.547,64	936.743,67	0,00	96,50	

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

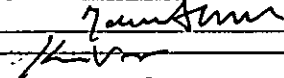
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANO/MÊS: 2022/12

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçam.	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(8)+(9)		Períodos anteriores (12)=(8)/(2)*100	Período corrente (13)=(9)/(5)*100
TRANSPORTE:		6.066.855,48	0,00	6.866.291,31	0,00	5.929.547,64	0,00	0,00	75.117.565.854.430,08	5.929.547,64	936.743,67			
16	Saldo da gerência anterior	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	0,00	0,00	442.671,47	442.671,47	0,00	0,00	100,00
1601	Saldo orçamental	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	0,00	0,00	442.671,47	442.671,47	0,00	0,00	100,00
160101	Na posse do serviço	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	0,00	0,00	442.671,47	442.671,47	0,00	0,00	100,00
	Outras Receitas	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	442.671,47	0,00	0,00	0,00	442.671,47	442.671,47	0,00	0,00	100,00
TOTAIS :		6.509.526,95	0,00	7.308.962,78	0,00	6.372.219,11	0,00	0,00	75.117.566.297.101,55	6.372.219,11	936.743,67	0,00	96,74	

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____



Carlos José

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Esta demonstração tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico de 2022, sendo as despesas desagregadas de acordo com as contas usadas no orçamento.

Permite controlar todas as fases de execução orçamental da despesa, nomeadamente os compromissos assumidos, os valores pagos e por pagar e ainda contempla informação das dotações corrigidas.

Da análise deste mapa ressalva que o orçamento da despesa corrigido foi de 6.509.526,95 euros, correspondendo às despesas com compromissos assumidos um total de 5.925.852,71 euros sendo 5.847.606,65 euros referentes às despesas correntes e 78.246,06 euros às despesas de capital.

O grau de execução do orçamento no final do período de 91,03%

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANO MÊS: 2022/12

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposição			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçam.	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(23.100)	Período corrente (12)=(7)/(23.100)
01	Despesas com o pessoal	551,55	1.905.552,00		1.896.355,47	1.873.727,28	619,49	1.871.453,97	1.872.073,46	22.628,19	1.653,82	0,03	98,21
0101	Remunerações certas e permanentes	551,55	1.502.773,00		1.494.736,21	1.483.268,15	619,49	1.482.648,66	1.483.268,15	11.468,06	0,00	0,04	98,66
010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual	468,18	1.011.150,00		1.004.930,25	1.002.793,29	536,12	1.002.257,17	1.002.793,29	2.136,96	0,00	0,05	99,12
01010401	Pessoal em funções	468,18	1.009.059,00		1.012.840,25	1.002.793,29	536,12	1.002.257,17	1.012.793,29	46,96	0,00	0,05	99,33
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0,00	2.090,00		2.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.090,00	0,00	0,00	0,00
01010403	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0,00	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
010106	Pessoal contratado a termo	18,37	138.314,00		138.314,00	133.128,28	18,37	133.109,91	133.128,28	5.185,72	0,00	0,01	96,24
01010601	Pessoal em funções	18,37	124.646,00		124.646,00	121.607,56	18,37	121.589,19	121.607,56	3.038,44	0,00	0,01	97,55
01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	0,00	13.668,00		13.668,00	11.520,72	0,00	11.520,72	11.520,72	2.147,28	0,00	0,00	84,29
010108	Pessoal aguardando aposentação	0,00	250,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	65,00	40.335,00		40.335,00	39.665,48	65,00	39.600,48	39.665,48	669,52	0,00	0,16	98,18
010111	Representação	0,00	36.411,00		36.411,00	35.137,40	0,00	35.137,40	35.137,40	1.273,60	0,00	0,00	96,50
010113	Subsídio de refeição	0,00	72.142,00		70.575,96	69.952,42	0,00	69.952,42	69.952,42	623,54	0,00	0,00	96,96
010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	204.170,00		204.170,00	202.591,28	0,00	202.591,28	202.591,28	1.578,72	0,00	0,00	99,23
010115	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	0,00	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	10.330,00		9.783,23	6.789,04	0,00	6.789,04	6.789,04	2.994,19	0,00	0,00	65,72
010202	Horas extraordinárias	0,00	500,00		500,00	463,57	0,00	463,57	463,57	36,43	0,00	0,00	92,71
010204	Ajudas de custo	0,00	4.001,00		3.455,23	868,66	0,00	868,66	868,66	2.586,57	0,00	0,00	21,71
010205	Abono para falhas	0,00	5.828,00		5.828,00	5.456,81	0,00	5.456,81	5.456,81	371,19	0,00	0,00	93,63
010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103	Segurança social	0,00	392.449,00		391.836,03	383.670,09	0,00	382.016,27	382.016,27	8.165,94	1.653,82	0,00	97,34
010301	Encargos com a saúde	0,00	4.000,00		4.000,00	2.429,77	0,00	2.429,77	2.429,77	1.570,23	0,00	0,00	60,74
010302	Outros encargos com a saúde	0,00	33.400,00		33.344,00	29.626,35	0,00	29.626,35	29.626,35	3.717,65	0,00	0,00	88,70
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	0,00	336,00		336,00	336,00	0,00	336,00	336,00	0,00	0,00	0,00	100,00
A TRANSPORTAR :		551,55	1.550.839,00		1.542.199,44	1.522.449,31	619,49	1.521.829,82	1.522.449,31	19.750,13	0,00	0,04	98,13

MA TOSINHOSHA BIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANO MÊS: 2022/ 12

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Catmos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposição			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Quil de execução orçam.	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Períodos anteriores	Período corrente	Total	(9)=(4)+(5)	(10)=(9)+(8)	Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)=(4)+(5)	(10)=(9)+(8)	(11)=(8)+(2)+(3)	(12)=(7)+(2)+(10)
	TRANSPORTE	551,55	1.550.839,00		1.542.199,44	1.522.449,31	619,49	1.521.829,82	1.522.449,31	19.750,13	0,00		
010304	Outras prestações familiares	0,00	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
010305	Contribuições para a segurança social	0,00	332.711,00		332.711,00	329.833,50	0,00	329.798,66	329.798,66	2.877,50	34,84	0,00	99,12
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato c	0,00	332.711,00		332.711,00	329.833,50	0,00	329.798,66	329.798,66	2.877,50	34,84	0,00	99,12
0103050203	Outros	0,00	332.711,00		332.711,00	329.833,50	0,00	329.798,66	329.798,66	2.877,50	34,84	0,00	99,12
01030502001	Segurança Social - Regime geral	0,00	224.437,00		224.437,00	223.467,16	0,00	223.432,32	223.432,32	969,84	34,84	0,00	99,35
01030502002	Caixa Geral de Aposentações	0,00	108.274,00		108.274,00	106.366,34	0,00	106.366,34	106.366,34	1.907,66	0,00	0,00	98,24
010309	Seguros	0,00	22.000,00		21.445,03	21.444,47	0,00	19.825,49	19.825,49	0,56	1.618,98	0,00	90,12
01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00	22.000,00		21.445,03	21.444,47	0,00	19.825,49	19.825,49	0,56	1.618,98	0,00	90,12
010310	Outras despesas de segurança social	0,00	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adoção	0,00	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	Aquisição de bens e serviços	27.786,78	4.186.517,66		4.106.436,35	3.823.487,10	24.642,48	3.781.274,18	3.805.916,66	282.949,25	17.570,44	0,59	90,32
0201	Aquisição de bens	1.157,77	39.250,00		36.650,34	32.656,22	0,00	32.656,22	32.656,22	3.994,12	0,00	0,00	83,20
020102	Combustíveis e lubrificantes	860,27	12.050,00		11.790,00	8.920,43	0,00	8.920,43	8.920,43	2.869,57	0,00	0,00	74,03
02010201	Gasolina	638,05	6.200,00		6.200,00	4.274,90	0,00	4.274,90	4.274,90	1.925,10	0,00	0,00	68,95
02010202	Gasóleo	222,11	5.350,00		5.350,00	4.645,53	0,00	4.645,53	4.645,53	704,47	0,00	0,00	86,83
02010299	Outros	0,00	500,00		240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00
020104	Limpeza e higiene	0,00	1.000,00		240,00	188,66	0,00	188,66	188,66	51,34	0,00	0,00	18,87
020107	Vestuário e artigos pessoais	0,00	1.800,00		1.754,64	1.754,64	0,00	1.754,64	1.754,64	0,00	0,00	0,00	97,48
020108	Material de escritório	0,00	5.500,00		5.357,05	5.128,49	0,00	5.128,49	5.128,49	228,56	0,00	0,00	93,25
020114	Outro material - Peças	0,00	500,00		240,00	211,78	0,00	211,78	211,78	28,22	0,00	0,00	42,36
020117	Ferramentas e utensílios	0,00	1.000,00		971,38	950,28	0,00	950,28	950,28	21,10	0,00	0,00	95,03
020118	Livros e documentação técnica	0,00	500,00		433,37	234,86	0,00	234,86	234,86	198,51	0,00	0,00	46,97
020121	Outros bens	297,50	16.900,00		15.863,90	15.267,08	0,00	15.267,08	15.267,08	596,82	0,00	0,00	90,34
0202	Aquisição de serviços	26.629,01	4.147.267,66		4.069.786,01	3.790.810,88	24.642,48	3.748.617,96	3.773.260,44	278.955,13	17.570,44	0,59	90,39
	A TRANSPORTAR :	1.709,32	1.944.802,00		1.933.005,81	1.906.383,50	619,49	1.904.110,19	1.904.729,68	26.622,31	1.653,82	0,03	97,91

MA TOSINHOSHA BIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANO MÊS: 2022/ 12

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/ descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposição			Compromissos a transferir (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(1)-(4)	Grau de execução orçam.	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)-(7)			Períodos anteriores (11)=(6)+(7)+(8)	Período corrente (12)=(7)+(8)
TRANSPORTE		1.709,32	1.944.802,00		1.933.005,81	1.906.383,50	619,49	1.904.110,19	1.904.729,68	26.622,31	1.653,82		
020201	Encargos das instalações	2.116,3	281.800,00		281.759,81	268.598,11	335,13	265.852,95	266.188,08	13.161,70	2.410,03	0,12	94,34
020202	Limpeza e higiene	11.454,68	317.847,00		310.648,00	308.165,60	11.454,68	292.340,06	303.794,74	2.482,40	4.370,86	3,60	91,98
02020201	Limpeza do edifício sede e outros equipamentos	0,00	21.444,00		18.928,19	18.927,79	0,00	18.927,79	18.927,79	0,40	0,00	0,00	88,27
02020202	Limpeza das zonas comuns dos conjuntos habitacionais	11.454,68	296.403,00		291.719,81	289.237,81	11.454,68	273.412,27	284.866,95	2.482,00	4.370,86	3,86	92,24
020203	Conservação de bens	82,73	2.858.012,78		2.815.271,16	2.565.657,11	67,34	2.565.183,87	2.565.251,21	249.614,05	405,90	0,00	89,75
02020301	Reabilitação dos Conj. Habitacionais - CMM	0,00	1.908.810,78		1.877.258,89	1.643.990,94	0,00	1.643.990,94	1.643.990,94	233.267,95	0,00	0,00	86,13
02020302	Conservação e manutenção nos Conj. Habitacionais	0,00	919.702,00		916.603,21	900.733,80	0,00	900.327,90	900.327,90	15.869,41	405,90	0,00	97,89
02020303	Outras conservações e reparações	82,73	29.500,00		21.409,06	20.932,37	67,34	20.865,03	20.932,37	476,69	0,00	0,23	70,73
020204	Locação de edifícios	1.625,0	85.087,00		85.061,60	85.061,60	1.625,00	83.436,60	85.061,60	0,00	0,00	1,91	98,06
020205	Locação de material de informática	574,41	75.043,00		74.229,49	71.931,32	574,41	71.356,91	71.931,32	2.298,17	0,00	0,77	95,09
020206	Locação de material de transporte	0,00	42.932,00		41.300,42	41.148,09	0,00	41.148,08	41.148,08	152,33	0,00	0,00	95,84
020209	Comunicações	4.367,3	66.000,00		65.896,31	62.200,20	4.367,39	52.566,84	56.934,23	3.693,11	5.268,97	6,62	79,65
020211	Representação dos serviços	0,00	500,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
020212	Seguros	0,00	5.885,00		5.296,16	3.762,35	0,00	3.762,35	3.762,35	1.533,81	0,00	0,00	63,93
020213	Deslocações e estadas	0,00	5.300,00		3.376,45	3.376,43	0,00	3.376,43	3.376,43	0,02	0,00	0,00	63,71
020215	Formação	0,00	3.500,00		2.181,20	2.085,20	0,00	2.085,20	2.085,20	96,00	0,00	0,00	59,58
020217	Publicidade	0,00	11.500,00		11.090,78	10.363,29	0,00	10.363,29	10.363,29	727,49	0,00	0,00	90,12
020218	Vigilância e segurança	1.658,5	27.938,00		27.626,71	27.626,70	1.658,56	25.968,14	27.626,70	0,01	0,00	5,94	92,95
020219	Assistência técnica	0,00	7.600,00		4.648,33	4.648,33	0,00	4.648,33	4.648,33	0,00	0,00	0,00	61,16
020220	Outros trabalhos especializados	4.279,2	331.022,88		315.209,96	310.966,71	4.089,31	302.827,92	306.917,23	4.243,25	4.049,48	1,24	91,48
020224	Encargos de cobrança de receitas	470,64	16.200,00		16.196,31	16.195,11	470,66	14.659,26	15.129,92	1,20	1.065,19	2,91	90,49
020225	Outros serviços	0,00	11.100,00		9.993,32	9.041,73	0,00	9.041,73	9.041,73	951,59	0,00	0,00	81,46
03	Juros e outros encargos	0,00	860,00		88,56	67,70	0,00	67,70	67,70	20,86	0,00	0,00	7,87
0303	Juros de locação financeira	0,00	360,00		88,56	67,70	0,00	67,70	67,70	20,86	0,00	0,00	18,81
A TRANSPORTAR :		28.338,33	6.092.069,66		6.002.791,82	5.697.214,38	25.261,97	5.652.728,15	5.677.990,12	305.577,44	19.224,26	0,41	92,79

MA TOSINHOSHA BIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANO MÊS: 2022/ 12

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Calvinos/ descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposição			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçam.	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)+(2)+(3)	Período corrente (12)=(7)+(2)+(3)
TRANSPORTE		28.338,33	6.092.069,66		6.002.791,82	5.697.214,38	25.261,97	5.652.728,15	5.677.990,12	305.577,44	19.224,26		
030307	Maquinaria e equipamento	0,00	360,00		88,56	67,70	0,00	67,70	67,70	20,86	0,00	0,00	18,81
0305	Outros juros	0,00	500,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
030502	Outros	0,00	500,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03050299	Outros	0,00	500,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06	Outras despesas correntes	594,61	257.097,29		233.072,05	169.548,83	319,35	169.229,48	169.548,83	63.523,22	0,00	0,12	65,82
0602	Diversas	594,61	257.097,29		233.072,05	169.548,83	319,35	169.229,48	169.548,83	63.523,22	0,00	0,12	65,82
060201	Impostos e taxas	0,00	88.777,00		74.164,56	42.970,56	0,00	42.970,56	42.970,56	31.194,00	0,00	0,00	48,40
060203	Outras	594,61	168.320,29		158.907,49	126.578,27	319,35	126.258,92	126.578,27	32.329,22	0,00	0,19	75,01
06020302	IVA pago	0,00	96.820,29		89.893,00	58.046,55	0,00	58.046,55	58.046,55	31.846,45	0,00	0,00	59,95
06020304	Serviços bancários	0,00	3.000,00		1.488,40	1.347,38	0,00	1.347,38	1.347,38	141,02	0,00	0,00	44,91
06020305	Outras	594,61	68.500,00		67.526,09	67.184,34	319,35	66.864,99	67.184,34	341,75	0,00	0,47	97,61
	Corrente	28.932,94	6.350.026,95		6.235.952,43	5.866.830,91	25.581,32	5.822.025,13	5.847.606,65	369.121,52	19.224,26	0,40	91,69
07	Aquisição de bens de capital	170,98	152.050,00		73.153,72	72.872,02	6.549,15	66.313,68	72.862,83	281,70	9,19	4,31	43,61
0701	Investimentos	0,00	145.050,00		66.211,60	65.929,90	0,00	65.929,90	65.929,90	281,70	0,00	0,00	45,45
070102	Habitações	0,00	45.000,00		34.993,50	34.809,00	0,00	34.809,00	34.809,00	184,50	0,00	0,00	77,35
07010203	Reparação e beneficiação	0,00	45.000,00		34.993,50	34.809,00	0,00	34.809,00	34.809,00	184,50	0,00	0,00	77,35
070107	Equipamento de informática	0,00	10.000,00		3.483,85	3.483,83	0,00	3.483,83	3.483,83	0,02	0,00	0,00	34,84
070108	Software informático	0,00	61.150,00		1.723,23	1.626,06	0,00	1.626,06	1.626,06	97,17	0,00	0,00	2,66
070109	Equipamento administrativo	0,00	27.400,00		24.940,93	24.940,92	0,00	24.940,92	24.940,92	0,01	0,00	0,00	91,03
070111	Ferramentas e utensílios	0,00	1.500,00		1.070,09	1.070,09	0,00	1.070,09	1.070,09	0,00	0,00	0,00	71,34
0702	Locação financeira	170,98	7.000,00		6.942,12	6.942,12	6.549,15	383,78	6.932,93	0,00	9,19	93,56	5,48
070209	Maquinaria e Equipamento	170,98	7.000,00		6.942,12	6.942,12	6.549,15	383,78	6.932,93	0,00	9,19	93,56	5,48
11	Outras despesas de capital	269,78	7.450,00		6.100,00	5.383,23	269,78	5.113,45	5.383,23	716,77	0,00	3,62	68,64
A TRANSPORTAR :		29.103,92	6.502.076,95		6.309.106,15	5.939.702,93	32.130,47	5.888.339,01	5.920.469,48	369.403,22	19.233,45	0,49	90,56

MATOSINHOSHA BIT, MH-EM

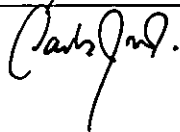
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANO/MÊS: 2022/12

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cálculos/ descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposição			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçam.	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(20=100)	Período corrente (12)=(7)/(21=100)
TRANSPORTE:		29.103,92	6.502.076,95		6.309.106,15	5.939.702,93	32.130,47	5.888.339,01	5.920.469,48	369.403,22	19.233,45		
1102	Diversas	269,78	7.450,00		6.100,00	5.383,23	269,78	5.113,45	5.383,23	716,77	0,00	3,62	68,64
110299	Diversas	269,78	7.450,00		6.100,00	5.383,23	269,78	5.113,45	5.383,23	716,77	0,00	3,62	68,64
	Capital	440,76	159.500,00		79.253,72	78.255,25	6.818,93	71.427,13	78.246,06	998,47	9,19	4,28	44,78
TOTAIS :		29.373,70	6.509.526,95		6.315.206,15	5.945.086,16	32.400,25	5.893.452,46	5.925.852,71	370.119,99	19.233,45	0,50	90,54

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____



Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
– PPI

Esta demonstração tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, financiamento da componente anual e valor global, fase de execução, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

MAPA REPORTADO A 2022/12

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento %				Datas		Fase de Execução	Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução do Financiamento Anual %	Nível de Execução do Financiamento Global %
					RG	RP	EU	EMP R	Início	Fim		Ano N	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
111	1	Requalificação de edifícios	O	07.01.02.03	0	100	0		jan/22	dez/22	0	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	1	Adaptação de espaço para Armazém da MH	A	07.01.02.03	0	100	0		mar/22	dez/22	4	35 000,00	0,00	35 000,00	0,00	34 809,00	34 809,00	100,00	100,00
111	1	Equipamento Informático	O	07.01.07	0	100	0		jan/22	dez/22	0	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	3 483,83	3 483,83	34,84	34,84
111	1	Software Informático	O	07.01.08	0	100	0		jan/22	dez/22	0	61 150,00	0,00	61 150,00	0,00	1 626,00	1 626,00	2,66	2,66
111	1	Equipamento Administrativo	O	07.01.09	0	100	0		jan/22	dez/22	0	27 400,00	0,00	27 400,00	0,00	24 940,92	24 940,92	91,03	91,03
111	1	Ferramentas e Utensílios	O	07.01.11	0	100	0		jan/22	dez/22	0	1 500,00	0,00	1 500,00	0,00	1 070,09	1 070,09	71,34	71,34
111	1	Locação Financeira - Maquinaria e Equipamento	O	07.02.09	0	100	0		jan/22	dez/22	0	7 000,00	0,00	7 000,00	0,00	6 932,93	6 932,93	99,04	99,04
TOTAL												182 080,00	0,00	182 080,00	0,00	72 862,83	72 862,83	47,92	47,92

Orgão Executivo

Em _____ de _____ de _____

[Assinatura]

Orgão Deliberativo

Em _____ de _____ de _____

[Assinaturas e rubricas manuais]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, é insuficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

Assim o Anexo às demonstrações orçamentais, inclui informação adicional sobre alterações orçamentais da receita e da despesa, alterações do plano plurianual de investimentos, operações de tesouraria, transferências e subsídios da despesa e receita e outras divulgações relevantes, e é composto pelos seguintes elementos:

- a) Alterações Orçamentais da receita
- b) Alterações Orçamentais da Despesa
- c) Alterações do Plano Plurianual de Investimento
- d) Operações de Tesouraria
- e) Contratação Administrativa
 - a. Situação dos Contratos
 - b. Adjudicações por tipo de procedimento
- f) Transferências e Subsídios
 - a. Transferências e Subsídios - Receita

Mau

GP

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Durante o decorrer do ano contabilístico de 2022, ocorreram quatro (4) alterações modificativas, que levaram à correção do valor da receita inicialmente previsto.

lit

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

MAPA REPORTADO A 2022 /12

Rubrica	Designação	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações		
	Receitas correntes					
01	Impostos diretos	1,00			1,00	
01.01	Sobre o rendimento	1,00			1,00	
01.01.02	Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	1,00			1,00	
05	Rendimentos de propriedade	3 341 978,00			3 358 978,00	
05.10	Rendas	3 341 978,00			3 358 978,00	
05.10.03	Habitações	3 341 978,00			3 341 978,00	
05.10.99	Outros	0,00			17 000,00	
05.10.99.01	Equipamentos	0,00	17 000,00		17 000,00	
06	Transferências Correntes	695 000,00			695 001,00	
06.03	Administração central	0,00			1,00	
06.03.01	Estado	0,00			1,00	
06.03.01.01	Outros		1,00		1,00	
06.05	Administração local	695 000,00			695 000,00	
06.05.01	Continente	695 000,00			695 000,00	
06.05.01.01	Municípios	695 000,00			695 000,00	
07	Venda de bens e serviços	2 820 148,00			2 012 775,48	
07.01	Venda de bens	300,00			300,00	
07.01.08	Mercadorias	300,00			300,00	
07.01.08.03	Electricidade	300,00			300,00	
07.02	Serviços	1 844 689,00			2 012 475,48	
07.02.03	Vistorias e ensaios	12 000,00			12 000,00	
07.02.99	Outros	1 832 689,00	690 693,78	522 907,30	2 000 475,48	
08	Outras receitas correntes	100,00			0,00	
08.01	Outras	100,00			0,00	

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

MAPA REPORTADO A 2022 /12

Rubrica	Designação	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações		
08 01.99	Outras	100,00			0,00	
08 01.99.99	Diversas	100,00				
16	Saldo da gerência anterior	0,00			442 671,47	
16 01	Saldo orçamental	0,00			442 671,47	
16 01.01	Na posse do serviço	0,00	442 671,47		442 671,47	
Total da Receita		6 857 227,00	1 150 366,25	522 907,30	6 509 426,95	

Orgão Executivo

Em ____ de ____ de ____

[Assinatura]

Orgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____

12/12
Carlos José

[Assinaturas]
CS
20/12

MA

CP

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

XX
202

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Durante o decorrer do ano contabilístico de 2022, ocorreram cinco (5) alterações permutativas e quatro (4) alterações modificativas.


 09.
 17
 17

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

MAPA REPORTADO A 2022/12

Rubrica (1)	Designação (2)	Despesa				Obs. (8)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas (7)= (3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições /reforços (4)	Diminuições/ anulações (5)		
	Despesas correntes					
01	Despesas com o Pessoal	2 111 592,00	0,00	0,00	1 905 552,00	
01.01	Remunerações certas e permanentes	1 608 694,00	0,00	0,00	1 502 773,00	
01.01.04	Pessoal dos quadros-Regime contrato individual de trabalho	1 054 459,00	0,00	0,00	1 011 150,00	
01.01.04.01	Pessoal em funções	1 044 458,00	53 601,00	89 000,00	1 009 059,00	
01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	10 000,00	90,00	8 000,00	2 090,00	
01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1,00	0,00	0,00	1,00	
01.01.06	Pessoal contratado a termo	173 343,00	0,00	0,00	138 314,00	
01.01.06.01	Pessoal em funções	70 610,00	54 036,00	0,00	124 646,00	
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	102 733,00	935,00	90 000,00	13 668,00	
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	1 000,00	0,00	750,00	250,00	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	35 515,00	4 820,00	0,00	40 335,00	
01.01.11	Representação	39 951,00	360,00	3 900,00	36 411,00	
01.01.13	Subsídio de refeição	83 742,00	0,00	11 600,00	72 142,00	
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	220 683,00	1 987,00	18 500,00	204 170,00	
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	1,00	0,00	0,00	1,00	
01.02	Abonos varieveis ou eventuais	10 180,00	0,00	0,00	10 330,00	
01.02.02	Horas extraordinárias	5 000,00	0,00	4 500,00	500,00	
01.02.04	Ajudas de custo	1,00	4 000,00	0,00	4 001,00	
01.02.05	Abono para faltas	5 178,00	650,00	0,00	5 828,00	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	1,00	0,00	0,00	1,00	
01.03	Segurança Social	492 718,00	0,00	0,00	392 449,00	
01.03.01	Encargos com a saúde	4 000,00	0,00	0,00	4 000,00	
01.03.02	Outros encargos com a saúde	35 900,00	0,00	2 500,00	33 400,00	
01.03.03	Subsídio familiar a criança e jovens	336,00	0,00	0,00	336,00	

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

MAPA REPORTADO A 2022/12

Rubrica (1)	Designação (2)	Despesa				Obs. (8)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas (7)= (3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscções /reforços (4)	Diminuições/ anulações (5)		
01.03.04	Outras prestações familiares	1,00	0,00	0,00	1,00	
01.03.05	Contribuições para a segurança social	425 480,00	0,00	0,00	332 711,00	
01.03.05.02.03	Outros	425 480,00	0,00	0,00	332 711,00	
01.03.05.02.03.01	Segurança Social - Regime geral	320 254,00	2 883,00	98 700,00	224 437,00	
01.03.05.02.03.02	Caixa Geral de Aposentações	105 226,00	4 548,00	1 500,00	108 274,00	
01.03.09	Seguros	27 000,00	0,00	0,00	22 000,00	
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	27 000,00	0,00	5 000,00	22 000,00	
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1,00	0,00	0,00	1,00	
01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, paternidade e adoção	1,00	0,00	0,00	1,00	
02	Aquisição de Bens e Serviços	3 386 309,00	0,00	0,00	4 186 517,66	
02.01	Aquisição de bens	17 600,00	0,00	0,00	39 250,00	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	4 500,00	0,00	0,00	12 050,00	
02.01.02.01	Gasolina	1 500,00	4 700,00	0,00	6 200,00	
02.01.02.02	Gasóleo	2 500,00	2 850,00	0,00	5 350,00	
02.01.02.99	Outros	500,00	0,00	0,00	500,00	
02.01.04	Limpeza e higiene	500,00	500,00	0,00	1 000,00	
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	2 500,00	1 300,00	2 000,00	1 800,00	
02.01.08	Material de escritório	3 500,00	2 000,00	0,00	5 500,00	
02.01.14	Outro material - Peças	500,00	0,00	0,00	500,00	
02.01.17	Ferramentas e utensílios	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	
02.01.18	Livros e documentação técnica	500,00	0,00	0,00	500,00	
02.01.21	Outros bens	4 600,00	12 300,00	0,00	16 900,00	
02.02	Aquisição de serviços	3 368 709,00	0,00	0,00	4 147 267,66	
02.02.01	Encargos das instalações	266 800,00	15 000,00	0,00	281 800,00	
02.02.02	Limpeza e higiene	303 592,00	0,00	0,00	317 847,00	
02.02.02.01	Limpeza do edifício sede, e outros equipamentos	18 944,00	2 500,00	0,00	21 444,00	

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

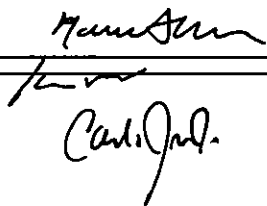
ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

MAPA REPORTADO A 2022/12

Rubrica (1)	Designação (2)	Despesa				Obs. (8)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas (7)= (3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições /reforços (4)	Diminuições/ anulações (5)		
06.02.03.04	Serviços bancários	3 000,00	0,00		3 000,00	
06.02.03.05	Outras	47 500,00	21 000,00	0,00	68 500,00	
	Total das despesas correntes (1)	5 856 568,00	1 521 053,25	1 027 594,30	6 350 026,95	
07	Despesas de capital					
	Investimentos	21 900,00	0,00	0,00	152 050,00	
07.01	Investimentos	14 900,00	0,00	0,00	145 050,00	
07.01.02	Habitacões	2 000,00	0,00	0,00	45 000,00	
07.01.02.03	Reparação e beneficiação	2 000,00	43 000,00	0,00	45 000,00	
07.01.07	Equipamento de informática	3 000,00	10 000,00	3 000,00	10 000,00	
07.01.08	Software informático	8 000,00	73 000,00	19 850,00	61 150,00	
07.01.09	Equipamento administrativo	1 400,00	26 000,00	0,00	27 400,00	
07.01.11	Ferramentas e utensílios	500,00	1 000,00	0,00	1 500,00	
07.02	Locação Financeira	7 000,00	0,00	0,00	7 000,00	
07.02.09	Maquinaria e Equipamento	7 000,00	0,00	0,00	7 000,00	
11	Outras despesas de capital	3 600,00	0,00	0,00	7 450,00	
11.02	Diversas	3 600,00	3 850,00	0,00	7 450,00	
	Total das despesas capital (2)	25 500,00	156 850,00	22 850,00	159 500,00	
	Despesa total (1)+(2)	5 882 068,00	1 677 903,25	1 050 444,30	6 509 526,95	

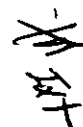
Orgão Executivo

Em ____ de ____ de ____



Orgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____



MATOSINHOSHABIT, MH-EM

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

MAPA REPORTADO A 2022/12

Rubrica (1)	Designação (2)	Despesa				Obs. (8)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas (7)= (3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições /reforços (4)	Diminuições/ anulações (5)		
02.02.02.02.	Limpeza das Zonas Comuns dos Conjuntos Habitacionais	284 648,00	11 755,00	0,00	296 403,00	
02.02.03	Conservação de bens	2 224 998,00	1 139 122,08	506 107,30	2 858 012,78	
02.02.04	Locação de edifícios	78 000,00	7 087,00	0,00	85 087,00	
02.02.05	Locação de material de informática	73 043,00	2 000,00	0,00	75 043,00	
02.02.06	Locação de material de transporte	46 132,00	0,00	3 200,00	42 932,00	
02.02.09	Comunicações	55 500,00	10 500,00	0,00	66 000,00	
02.02.11	Representação dos serviços	3 000,00	0,00	2 500,00	500,00	
02.02.12	Seguros	5 885,00	0,00	0,00	5 885,00	
02.02.13	Deslocações e estadas	1 000,00	4 300,00	0,00	5 300,00	
02.02.15	Formação	7 000,00	0,00	3 500,00	3 500,00	
02.02.17	Publicidade	8 000,00	3 500,00	0,00	11 500,00	
02.02.18	Vigilância e segurança	22 924,00	8 214,00	3 200,00	27 938,00	
02.02.19	Assistência técnica	7 600,00	0,00	0,00	7 600,00	
02.02.20	Outros trabalhos especializados	231 635,00	117 287,88	17 900,00	331 022,88	
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	18 000,00	0,00	1 800,00	16 200,00	
02.02.25	Outros serviços	15 600,00	3 500,00	8 000,00	11 100,00	
03	Juros e outros encargos	860,00	0,00	0,00	860,00	
03.03	Juros de locação financeira	860,00	0,00	0,00	860,00	
03.03.07	Maquinaria e equipamento	360,00	0,00	0,00	360,00	
03.05	Outros juros	500,00	0,00	0,00	500,00	
03.05.02	Outros	500,00	0,00	0,00	500,00	
06	Outras despesas correntes	357 807,00	0,00	0,00	257 097,29	
06.02	Diversas	357 807,00	0,00	0,00	257 097,29	
06.02.01	Impostos e taxas	217 414,00	0,00	128 637,00	88 777,00	
06.02.03	Outras	140 393,00	0,00	0,00	168 320,29	
06.02.03.02	IVA pago	89 893,00	23 727,29	16 800,00	96 820,29	

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

MAPA REPORTADO A 2022/12

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Datas		Dotação inicial	Pagamentos							Modificação
			Início	Fim		2022		Períodos Seguintes					
						Dotação atual	Dotação corrigida	2023	2024	2025	2026	Outros	
111		1 Requalificação de edifícios	jan/22	dez/22	2 000,00		10 000,00						8 000,00
111		1 Adaptação de espaço para Armazém da MH	mar/22	dez/22	0,00		35 000,00						35 000,00
111		1 Equipamento Informático	jan/22	dez/22	3 000,00		10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00		7 000,00
111		1 Software Informático	jan/22	out/22	8 000,00		81 150,00	87 000,00	75 000,00	50 000,00			53 150,00
111		1 Equipamento Administrativo	jan/22	dez/22	1 400,00		27 400,00						28 000,00
111		1 Ferramentas e Utensílios	jan/22	dez/22	500,00		1 500,00						1 000,00
111		1 Locação Financeira - Maquinaria e Equipamento	jan/22	dez/22	7 000,00		7 000,00						0,00
TOTAL					21 900,00	0,00	152 050,00	97 000,00	85 000,00	60 000,00	10 000,00	0,00	130 150,00

Orgão Executivo

Em _____ de _____ de _____

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Orgão Deliberativo

Em _____ de _____ de _____

MAN

QD

ALTERAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A realização antecipada de pagamentos previstos para anos posteriores ou a modificação do montante total de pagamentos de qualquer projeto constante do plano plurianual de investimento aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas alterações ao orçamento, quando necessário.

Durante o decorrer do ano contabilístico de 2022, ocorreram quatro (4) alterações permutativas e duas (2) alterações modificativas.

Est

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

29.

JA TAT

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

MAPA REPORTADO A 2022/12

Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
17	Operações extra-orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
17.01	Operações de tesouraria - Retenção de receitas do estado	0,00	0,00	0,00	0,00
17.01.01	Operações de tesouraria - Transição SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
17.01.02	IRC - Rendas	0,00	0,00	0,00	0,00
17.01.07	IRC - Rendas	0,00	0,00	0,00	0,00
17.01.08	Imposto de selo	0,00	0,00	0,00	0,00
17.02	Outras operações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
17.02.01	Retenções a fornecedores	25 354,76	7 745,90	11 254,08	21 845,68
17.02.02	Caupões	38 489,33	41 556,00	0,00	80 045,33
17.02.05	Retenções a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
17.02.06	Adiantamentos a funcionários	0,00	0,00	0,00	0,00
17.02.07	Dívidas de funcionários	0,00	0,00	0,00	0,00
17.02.08	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
17.03	Reposições abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
17.04	Contas de ordem	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		63 844,09	49 301,90	11 254,08	101 891,01

MA

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

CQ.

Situação dos Contratos

Ext

W



SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	NIPC	Contrato				Voto/Tribunal de Contas		Pagamentos de anos anteriores Trab. normais (8a)	Pagamentos de anos anteriores Revisão de preços (9a)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Obs. (19)
		Objeto (1)	Data (2)	Valor do contrato s/IVA (3a)	Valor do contrato s/IVA (3b)	N.º de registo (5)	Data (6)			Trab. normais (10a)	Revisão de preços (10b)	Trab. a mais (10c)	Trab. de suprimento de obras e serviços (11)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (12)	Trab. normais (14a)+(14b)+(14c)+(14d)+(14e)+(14f)+(14g)+(14h)+(14i)+(14j)+(14k)+(14l)+(14m)+(14n)+(14o)+(14p)+(14q)+(14r)+(14s)+(14t)+(14u)+(14v)+(14w)+(14x)+(14y)+(14z)	Revisão de preços (15)+(15a)+(15b)+(15c)+(15d)+(15e)+(15f)+(15g)+(15h)+(15i)+(15j)+(15k)+(15l)+(15m)+(15n)+(15o)+(15p)+(15q)+(15r)+(15s)+(15t)+(15u)+(15v)+(15w)+(15x)+(15y)+(15z)	Trab. a mais (16)	Trab. de suprimento de obras e serviços (17)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (18)	
Denominação																				
Crowe & Associados, SROC, Lda	506942155	Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria	01-03-2022	19 200,00 €	23 616,00 €		09-05-2022			5 904,00 €					5 904,00 €	0,00 €				
Condições à Medida - Construções e Engenharia, Lda	509865791	Contrato de Serviços de Construção Civil - Manutenção Habitacional - lote I	21-02-2022	40 000,00 €	49 200,00 €		30-05-2022			48 785,63 €					48 785,63 €	0,00 €				
Alberto Fonseca- Construções, Lda	506830683	Contrato de Serviços de Construção Civil - Manutenção Habitacional - lote II	21-02-2022	34 900,00 €	42 927,00 €		21-07-2022			42 709,94 €					42 709,94 €	0,00 €				
Enertempo- Instalação de Gás e Climatização, Unipessoal, Lda	507082125	Contrato de Serviços de Piche-las - Manutenção Habitacional - lote I	21-02-2022	40 000,00 €	49 200,00 €		13-05-2022			48 831,00 €					48 831,00 €	0,00 €				
Paulo Alexandre & Mario Pinho, Lda	504341100	Contrato de Serviços de Piche-las - Manutenção Habitacional - lote II	21-02-2022	34 900,00 €	42 927,00 €		23-05-2022			36 377,87 €					36 377,87 €	0,00 €				
Redegás - Projeto e instalação de Gás, SA	502444592	Contrato de Serviços de Gás - Manutenção Habitacional - lote I	21-02-2022	40 000,00 €	49 200,00 €		23-05-2022			48 511,20 €					48 511,20 €	0,00 €				
Gastémica - Comércio de Instalações Térmicas, Lda	503836588	Contrato de Serviços de Gás - Manutenção Habitacional - lote II	21-02-2022	34 900,00 €	42 927,00 €		29-06-2022			41 631,81 €					41 631,81 €	0,00 €				
Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos S.A	503040630	Fiscalização, Coordenação de Segurança e Saúde e Amostragem da Empresa de "Reabilitação CH da Guarda FFM - 1ª Fase, Travessa Ramalho Oregão, n.º 64, 70, 76, 82, 88 e 94	24-02-2022	26 380,00 €	32 447,40 €		29-06-2022			30 663,90 €					30 663,90 €	0,00 €				
Engler- Engenharia e Reabilitação Urbana Unipessoal	513558306	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro - 33ª Call	22-02-2022	111 859,11 €	118 570,66 €		13-05-2022			111 859,11 €					111 859,11 €	0,00 €				
Fúndez Angular - Desentupimentos e Limpeza de Fossas Unipessoal, Lda	516325574	Contrato de Serviços de Desentupimentos - Manutenção Habitacional - lote I	02-03-2022	40 000,00 €	49 200,00 €		09-05-2022			49 041,48 €					49 041,48 €	0,00 €				
Aventura Urbana - Desentupimentos e Limpeza de Fossas Unipessoal, Lda	516617591	Contrato de Serviços de Desentupimentos - Manutenção Habitacional - lote II	02-03-2022	34 900,00 €	42 927,00 €		09-05-2022			42 916,27 €					42 916,27 €	0,00 €				
Quaternaire Portugal - Consultora para o Desenvolvimento, S.A	502503661	Contrato de Prestação de Serviços no âmbito da Estratégia Local de Habitação - 1º direito	09-03-2022	64 800,00 €	79 704,00 €		01-07-2022			29 889,00 €					29 889,00 €	0,00 €				
Engler- Engenharia e Reabilitação Urbana Unipessoal	513558306	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro - 34ª Call	31-03-2022	61 033,49 €	64 695,50 €		30-05-2022			61 033,49 €					61 033,49 €	0,00 €				
Grauvon, Lda	516580353	Revisão dos Projectos de Execução para a Reabilitação dos CH de Recarei e Ponte do Carro - Lote I	11-04-2022	12 200,00 €	15 006,00 €		17-08-2022			15 006,00 €					15 006,00 €	0,00 €				
Grauvon, Lda	516580353	Revisão dos Projectos de Execução para a Reabilitação dos CH do Seixo II e Chouso - Lote II	11-04-2022	14 300,00 €	17 589,00 €		17-08-2022			17 589,00 €					17 589,00 €	0,00 €				
Betebal II, Lda	510694361	Abastecimento de Pavimento CH Carcavelos	19-04-2022	43 515,15 €	46 126,06 €		16-08-2022			43 515,15 €					43 515,15 €	0,00 €				
Engler- Engenharia e Reabilitação Urbana Unipessoal	513558306	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro - 35ª Call	19-05-2022	53 090,82 €	56 276,27 €		11-08-2022			53 090,82 €					53 090,82 €	0,00 €				
RBT - Construção SA	50928936	Reabilitação da casa 17 do CH de Moalde	13-07-2022	61 001,91 €	64 662,02 €		17-08-2022			61 001,91 €					61 001,91 €	0,00 €				
Patricia Diego Unip Lda	510814468	Reabilitação de Fogos Devolutos	25-07-2022	77 448,63 €	82 095,55 €					77 448,63 €					77 448,63 €	0,00 €				
Vigília Original Unipessoal, Lda	515738786	Contrato de Serviços de Electricidade - Manutenção Habitacional - lote I e II	29-08-2022	50 000,00 €	61 500,00 €		18-11-2022			59 864,10 €					59 864,10 €	0,00 €				
Kaizen Institute Portugal, Consulting Nova Sociedade Unipessoal Limitada	514157127	Desenvolvimento do Projeto de Melhoria Contínua	31-08-2022	68 000,00 €	83 640,00 €		22-12-2022			41 820,00 €					41 820,00 €	0,00 €				
Engler- Engenharia e Reabilitação Urbana Unipessoal	513558306	Reabilitação de Fogos Devolutos - Seixos I e II - Acordo quadro - 1ª Call	12-09-2022	90 037,11 €	95 438,34 €		13-12-2022			90 037,11 €					90 037,11 €	0,00 €				
Togamã Construções, Lda	502293934	Reabilitação de Fogos Devolutos - Ribeiros II, Farrapos, Retimaria Angola, Biquinha Ant e Sendim - Acordo quadro - 2ª Call	12-09-2022	73 537,06 €	77 949,28 €		23-11-2022			73 537,06 €					73 537,06 €	0,00 €				
Patricia Diego Unip Lda	510814468	Reabilitação de Fogos Devolutos - Galões e Ponte do Carro - Acordo quadro - 3ª Call	12-09-2022	71 608,67 €	75 905,19 €		08-11-2022			71 608,67 €					71 608,67 €	0,00 €				

141-24

29



MATOSINHOSHABIT, MH-EM

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade		Objeto (1)	Contrato			Visto/Tribunal de Contas		Data de 1º pagamento (7)	Pagamentos de anos anteriores Trab. normais (8a)	Pagamentos de anos anteriores Revisão de preços (8b)	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				Obs. (19)
			Data (2)	Valor do contrato s/IVA (3a)	Valor do contrato s/IVA (3b)	Nº do registo (3c)	Data (3d)				Trab. normais (8a)	Revisão de preços (8b)	Trab. a mais (10a)	Trab. de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (12)	Trab. normais (14a) = (8a)+(8b)	Revisão de preços (15a) = (10a)+(11)	Trab. a mais (16a)	
Denominação	NIPC																		
Cacao Civil - Engineering, Lda	510485626	Reabilitação de Fogos Devolutos - Recarei, Castro, Guarda I e Caixa Textil - Acordo quadro - 4º Call	12-09-2022	64 398,14 €	68 262,03 €			24-11-2022			64 398,14 €					64 398,14 €	0,00 €		
Engier, Engenharia e Reabilitação Urbana Unipessoal	513558306	Reabilitação de Fogos Devolutos - Farrapal, Chouso e Biquinha N - Acordo quadro - 5º Call	11-11-2022	114 318,88 €	121 178,01 €			28-12-2022			114 318,88 €					114 318,88 €	0,00 €		
Cacao Civil - Engineering, Lda	510485626	Reabilitação de Fogos Devolutos - Seara, Lagoa e Carcavelos - Acordo quadro - 6º Call	11-11-2022	81 383,87 €	86 266,90 €			20-12-2022			81 383,87 €					81 383,87 €	0,00 €		
Patricia Diogo Unip Lda	510814468	Reabilitação de Fogos Devolutos - S. Gens, S. Tiago de Cusúdes, Teixeira Lopes e Praia de Angares - Acordo quadro - 7º Call	11-11-2022	86 230,89 €	106 063,99 €			14-12-2022			86 113,29 €					86 113,29 €	0,00 €		
Toçamê Construções, Lda	502293934	Reabilitação de Fogos Devolutos - Laranjeiras, Seixo I e II - Acordo quadro - 8º Call	11-11-2022	84 542,45 €	89 615,00 €			29-12-2022			84 542,45 €					84 542,45 €	0,00 €		
Joaquim Lopes Monteiro & Filho, Lda	504527215	Reabilitação de Fogos Devolutos CH Seara Carcavelos, Galões e Biquinha	02-12-2022	48 151,75 €	51 040,86 €			29-12-2022			48 151,66 €					48 151,66 €	0,00 €		
João Rapagão, Arquitecto, Lda	507970179	Contrato de Prestação de Serviços de Acesso para a Realização de Projeto de Evento "MANIFESTAÇÃO HABITACÃO associado A comemoração dos 30 anos do Programa Especial de Realçamento PIER e dos 50 anos do 25 de Abril e da Habitação em Democracia em Matosinhos"	14-12-2022	18 000,00 €	22 140,00 €			23-12-2022			6 642,00 €					6 642,00 €	0,00 €		
CESIS- Centro de Estudos para a Intervenção Social	502836134	Contrato de Prestação de Serviços para a implementação do projeto "Caraterização Demográfica Social e Habitacional da População Alvo da MatosinhosHabit"	14-12-2022	19 860,00 €	24 415,50 €			30-12-2022			2 712,83 €					2 712,83 €	0,00 €		
Greenka Renting, SA	508259509	Aluguer de Equipamento Informático	07-11-2022	12 534,72 €	15 417,71 €			25-11-2022			578,16 €					578,16 €	0,00 €		
LeasePlan Portugal - Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Lda	502187611	Contrato de Aluguer Operacional das viaturas elétricas	29-09-2022	111 674,87 €	137 380,10 €			02-05-2022			25 875,45 €					25 875,45 €	0,00 €		
Engier, Engenharia e Reabilitação Urbana Unipessoal	513558306	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro - 32º Call	23-12-2021	81 654,18 €	86 553,43 €			15-03-2022			81 654,18 €					81 654,18 €	0,00 €		
GNS - Building Solutions, S.A.	513524395	Reabilitação do CH da Guarda FPH -1ª Fase, Travessa Ramalho Orboão, n.º 64 70,76,82,88 e 94	30-12-2021	257 582,29 €	273 037,23 €			29-06-2022			147 171,94 €					147 171,94 €	0,00 €		
Instituto da Construção	502164654	Plano Estratégico de intervenções de Reabilitação e Manutenção do Parque Habitacional Municipal (2ª Fase)	13-12-2021	74 700,00 €	91 881,00 €			31-12-2021	22 970,25 €		68 910,75 €					91 881,00 €	0,00 €		
Caixa Geral de Depósitos	500900046	Contratação de Instituição Bancária de apoio ao pagamento de serviços via multibanco	30-07-2021	20 365,20 €	25 049,20 €			21-09-2021	2 546,52 €		7 028,70 €					9 575,22 €	0,00 €		
PlayShop Portugal, S.A.	505231212	Aquisição de Serviços para cobrança de rendas	01-08-2021	13 770,00 €	16 937,10 €			23-09-2021	1 695,37 €		4 700,32 €					6 395,69 €	0,00 €		
AHO - Sistemas de Informática e Serviços, Lda	503182710	Aquisição de Software de Recursos Humanos	30-06-2021	18 000,00 €	22 140,00 €			28-12-2021	18 622,20 €		1 758,90 €					20 381,10 €	0,00 €		
Strong Chavon, Soluções de Segurança, S.A.	503257567	Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança	14-05-2021	48 543,12 €	59 708,04 €			11-08-2021	10 820,13 €		19 902,72 €					30 722,85 €	0,00 €		
Paulo Alexandre Araújo Pereira	166029270	Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica	01-05-2021	48 000,00 €	59 040,00 €			31-05-2021	19 680,00 €		29 520,00 €					49 200,00 €	0,00 €		
Climex - Controlo de Ambiente, SA	501891580	Aquisição de Serviços de limpeza da sede	28-04-2021	30 888,00 €	37 992,24 €			12-07-2021	8 442,72 €		13 441,68 €					21 884,40 €	0,00 €		
Genera, lda	510020941	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH-Lote I	08-04-2021	48 600,00 €	59 778,00 €			10-09-2021	35 866,80 €		14 944,50 €					50 811,30 €	0,00 €		
Impare Arquitectura	505300770	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH-Lote II	08-04-2021	82 625,00 €	77 026,75 €			23-11-2021	48 217,25 €		23 108,83 €					69 325,88 €	0,00 €		
Patricia Diogo Unipessoal, Lda	510814468	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH-Lote III	08-04-2021	72 000,00 €	88 560,00 €			23-07-2021	75 276,00 €		4 428,00 €					79 704,00 €	0,00 €		
Houselab, Lda	510802230	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH-Lote IV	08-04-2021	50 000,00 €	61 500,00 €			12-08-2021	36 900,00 €		19 987,50 €					56 887,50 €	0,00 €		

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	NIPC	Contrato				Voto Tribunal de Contas		Data de 1º pagamento (7)	Pagamentos de anos anteriores Trab. normais (8a)	Pagamentos de anos anteriores Revisão de preços (8a)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Outros trab. incluídos em trab. norm. e em. a. maiores (18)	Out. (19)
		Objeto (1)	Data (2)	Valor do contrato e IVA (3a)	Valor do contrato LIVA (3b)	Nº de registo (5)	Data (6)				Trab. normais (9a)	Revisão de preços (9a)	Trab. a mais (10)	Trab. de suplemento de obras e emendas (11)	Outros trab. incluídos em trab. a mais (12)	Trab. normais (14a) (8a)+(9a)	Revisão de preços (15) (9a)+(10)	Trab. a mais (16)	Trab. de suplemento de obras e emendas (17)	Outros trab. incluídos em trab. a mais (18)		
Denominação																						
ASL & Associados, Lda/J. Loureiro, Arquitecta, Lda	507905130	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH-Lote V	08-04-2021	79 000,00 €	97 170,00 €			03-09-2021	56 302,00 €		24 292,50 €					82 594,50 €	0,00 €					
Assisleader, Lda	503741868	Contrato de Renting de Fotocopiadoras	02-03-2021	22 418,00 €	27 571,68 €			22-03-2021	5 744,10 €		6 892,92 €					12 637,02 €	0,00 €					
Ingo, Construções e Engenharia, Lda	510859895	Concurso Público Internacional para os "Serviços de Limpeza dos Espaços Comuns nos Conjuntos Habitacionais"	26-02-2021	73 648,08 €	90 587,14 €			06-04-2021	37 745,00 €		45 294,00 €	2 758,32				83 039,00 €	2 758,32 €					
Euronorm - Facility Services, Lda	502629428	Concurso Público Internacional para os "Serviços de Limpeza dos Espaços Comuns nos Conjuntos Habitacionais"	26-02-2021	94 234,80 €	115 908,80 €			25-06-2021	43 465,76 €		62 783,89 €	3 529,44				106 249,65 €	3 529,44 €					
Wegho Home Portugal, S.A	514645164	Concurso Público Internacional para os "Serviços de Limpeza dos Espaços Comuns nos Conjuntos Habitacionais"	26-02-2021	139 488,00 €	171 570,24 €			19-04-2021	71 487,60 €		85 785,12 €	5 147,16				157 272,72 €	5 147,16 €					
Umpflex, Unipessoal Lda	515408478	Concurso Público Internacional para os "Serviços de Limpeza dos Espaços Comuns nos Conjuntos Habitacionais"	26-02-2021	129 271,20 €	159 003,58 €			03-05-2021	59 626,35 €		79 501,80 €	4 438,06				139 128,15 €	4 438,06 €					
Prestadium	505800322	Prestação de Serviços para a realização de visitas e elaboração de relatórios técnicos com vista à avaliação dos Pedidos de Habitação	24-02-2020	18 000,00 €	22 140,00 €			22-04-2020	11 070,00 €		5 535,00 €					16 605,00 €	0,00 €					
Liquido, SA	513626930	Contrato de Aluguer de Equipamento Informático - AP117008	23-04-2020	13 612,92 €	16 743,89 €			26-05-2020	7 229,61 €	128,08 €	4 574,56 €	137,00				11 804,17 €	265,14 €					
EAD - empresa de arquivo documentação SA	507616944	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Gestão de Arquivo	14-05-2020	19 448,00 €	23 921,04 €			12-08-2020	4 765,62 €		2 817,39 €					7 583,01 €	0,00 €					
Locarent-Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas	502443880	Prestação de Serviço de Aluguer Operacional de viatura	07-10-2020	27 075,84 €	33 303,28 €			31-12-2020	9 371,24 €		8 173,80 €					17 545,04 €	0,00 €					
Liquido, SA	513626930	Contrato de Aluguer de Equipamento Informático - AP167093	15-10-2020	9 523,07 €	11 713,38 €			20-11-2020	3 672,99 €		3 091,26 €	177,28				6 764,27 €	177,28 €					
Tequmacy, Lda	514519215	Contrato de Prestação de Serviços de Encarregado de Cados	12-11-2020	26 400,00 €	32 472,00 €			29-01-2021	17 589,00 €		14 883,00 €					32 472,00 €	0,00 €					
Granite Renting, SA	508259509	Contrato de Aluguer de Equipamento Informático- cont.n.º 111020085	01-03-2019	14 675,04 €	18 050,30 €			21-03-2019	12 785,59 €		4 512,56 €					17 298,15 €	0,00 €					
LeasePlan Portugal - Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Lda	502167611	Contrato de Aluguer Operacional de viaturas - Kangoo	02-07-2019	12 271,20 €	15 093,58 €			01-08-2019	8 698,26 €		3 599,29 €					12 297,54 €	0,00 €					
Granite Renting, SA	508259509	Contrato de Aluguer de Equipamento Informático- cont.n.º 111017542	01-04-2018	15 182,88 €	18 674,94 €			04-05-2018	17 507,70 €		1 167,24 €					18 674,94 €	0,00 €					
Banco Santander Totta	500844321	Contrato de Leasing para aquisição de equipamento de desobstrução	15-12-2016	32 000,00 €	39 380,00 €			30-12-2016	32 427,07 €		6 932,93 €					39 360,00 €	0,00 €					

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Adjudicação por tipo de Procedimento

CF. PF

PF

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento													
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Consulta Prévia		Ajuste direto		Total	
	Numero dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Numero dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Numero dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Numero dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Numero dos contratos (9 A)	Preço contratual (10-A)	Numero dos contratos (9-B)	Preço contratual (10-B)	Numero dos contratos (11)	Valor (12)
Empreitada de obras públicas	11	892 040,49 €							4	230 117,44 €			15	1 122 157,93 €
Aquisição de serviços									14	535 280,00 €	3	57 060,00 €	17	592 330,00 €
Locação ou Aquisição de bens móveis									1	111 674,87 €	1	12 534,72 €	2	124 209,59 €
Concessão de obras públicas														
Concessão de serviços públicos														
Sociedade														
Outros														

MA
CG.

JA

DECLARAÇÃO

A Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit e a Administradora Executiva, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, elencam de forma analítica, todos os recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2022 conforme mapa anexo.

Mais informam que a essa data não existem quaisquer pagamentos em atraso.

A Presidente do Conselho de Administração,



(Eng.ª. Maria Manuela Carvalho Álvares)

A Administradora Executiva,



(Eng.ª. Helena Adelina Simões Nunes Vaz)

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Transferência e Subsídios Recebidos

Foi celebrado com o Município de Matosinhos um Contrato Programa, no montante anual de 695.000,00 euros, registado na rubrica "06.05.01.01", como proveito 2022. Este montante foi liquidado no decorrer de 2022, não havendo valores a receber a transitar para o próximo exercício.

No âmbito da medida CEI e de estágio Ativar.pt, realizado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, foi registado o montante de 4.636,43 euros.

Matosinhos, 23 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Tunes
(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuela Alvares
(A Presidente, Eng.ª Manuela Alvares)

Helena Vaz
(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

Carlos Mouta
(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

nm
Cp
H

DECLARAÇÃO

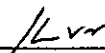
A Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit, e a Administradora Executiva, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declaram que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2022 se encontram devidamente registados na base de dados.

A Presidente do Conselho de Administração,



(Eng.ª. Maria Manuela Carvalho Álvares)

A Administradora Executiva,



(Eng.ª. Helena Adelina Simões Nunes Vaz)

Compromissos Plurianuais Assumidos em 2022

Descrição	Fornecedor	2022	2023	2024	2025	2026
Prestação de Serviços para Revisor Oficial de Contas	CROWE & Associados, SROC, Lda.	5 904,00	5 904,00	5 904,00	5 904,00	
Consultoria no âmbito da Estratégia local de habitação para o Programa 1.º direito e programa Matosinhos Casa Acessível	Quaternaire Portugal - Consultadoria para o Desenvolvimento, S.A.	33 210,00	39 852,00	6 642,00		
Contrato de Prestação de Serviços no âmbito do Protocolo celebrado com a IPSUM HOME para assessoria financeira aos municípios de matosinhos	IPSUM HOME	3 690,00	1 230,00			
Prestação de serviços para implementação de um projeto de "Desenvolvimento do Projeto de Melhoria Contínua"	Kaizen Institute Portugal, Consulting Nova, Sociedade Unipessoal Lda	41 820,00	41 820,00			
Contrato de aluguer de Equipamento Informático	Grenk Renting S.A.	1 313,97	4 204,79	4 204,79	4 204,79	2 890,82
Aluguer de dois contentores de habitação – tipologia T3 para a obra de reabilitação do conjunto habitacional da Guarda FFH – 1ª Fase	Vierominho II, Construção e Reabilitação, LDA	5 436,60	5 879,40			
Contrato de Prestação de Serviços de geo localização das viaturas	Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM,SA	143,91	1 726,92	1 726,92	1 583,01	
Prestação de Serviços de Assessoria/Curadoria para a realização do evento "MANIFESTHABITAÇÃO": Comemoração dos 30 anos do Programa Especial de Realojamento/PER e dos 50 anos do 25 de abril e da habitação em democracia em Matosinhos.	João Rapagão, Arquitecto, LDA	6 642,00	15 498,00			
Prestação de serviços para a caracterização demográfica, social e habitacional da população-alvo da MatosinhosHabit	Centro de Estudos para a Intervenção Social- CESIS	2 712,83	21 702,67			
Empreitada para a "Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda FFH – 2ª Fase, Travessa Ramalho Ortigão números 2,5,12,18,24,30,36,42,48 e na Rua Nicolau Tolentino nº 66"	RBT – Construção S.A.		1 026 080,00	219 751,71		
Prestação de Serviços para a Fiscalização, Coordenação de Segurança e Saúde e Ambiente da empreitada de "Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda FFH – 2ª Fase, Travessa Ramalho Ortigão números 2,5,12,18,24,30,36,42,48 e na Rua Nicolau Tolentino nº 66"	VITOR HUGO – Coordenação e Gestão de Projetos S.A		87 969,60	17 097,00		

Handwritten initials: M, CP

Handwritten signature

Nº DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO alínea b) do artigo 15º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro)
7	160,76
17	135,00
21	3 861,81
23	2 760,32
37	7 893,75
38	51,15
41	5,00
44	1 285,17
52	62,02
53	1 075,88
55	2 083,34
64	5,00
68	444,00
69	30,00
87	70,80
108	43,82
109	94,15
118	562,87
123	53,34
127	1 134,50
141	21,08
155	338,63
156	234,76
161	3 179,35
174	81,24
180	341,15
209	15,00
212	19,94
213	76,66
215	522,60
221	58,38
230	778,96
233	5,00
236	1 889,25
237	205,32
238	1 391,97
251	202,67
252	443,50
256	15,12
258	10,00
259	188,60
261	803,12
264	735,53
275	1 131,63
282	13,59



MA
C9.

286	615,11
291	1 885,17
293	465,80
294	5,00
298	186,37
301	5 085,70
303	438,79
304	116,53
305	1 157,67
306	294,87
307	1 034,75
308	305,05
309	554,17
311	583,73
313	302,84
314	246,99
315	30,56
316	97,67
318	0,00
323	188,81
324	383,72
325	458,35
327	218,36
328	212,55
461	594,04
463	4 447,00
464	102,69
466	232,67
467	3 900,00
477	130,80
481	423,63
482	271,05
488	1 535,38
492	50,00
494	207,30
504	73,78
514	700,76
520	157,08
525	280,09
527	29,10
528	582,16
529	167,24
533	1 900,50
542	1 131,52
546	7,46
571	295,44
574	48,59
578	11,33
585	1 039,43
586	1 097,32

587	58,94
588	70,93
593	28,68
595	46,87
597	27,36
621	3 437,03
622	3 220,00
623	3 053,57
625	80,50
627	608,46
628	2 132,68
635	36,91
650	1 581,06
680	22,81
684	45,34
685	301,01
690	0,00
702	36,11
706	36,87
712	2 133,98
713	9,76
718	37,56
723	424,95
729	1 320,42
742	221,01
756	1 045,87
759	22,38
765	2 391,87
772	5,00
773	2 235,78
776	202,06
777	20,00
789	15,60
791	63,96
793	125,74
794	437,31
797	830,59
802	194,38
803	67,33
805	194,73
811	43,86
813	1 487,33
816	11,71
818	1 465,12
819	32,75
820	15,00
825	3 200,00
827	26,84
835	258,98
838	1 648,66

M
Cp.

fn



TM
Cg.

844	68,65
851	280,68
852	247,16
854	115,42
861	120,48
866	57,25
872	5,00
875	375,63
880	31,12
886	59,90
887	23,82
895	218,49
924	265,32
936	35,00
941	2 247,87
955	124,06
957	14,72
974	34,34
980	43,06
995	16,32
1001	426,37
1009	40,63
1018	5,00
1024	0,00
1026	50,00
1027	669,46
1035	5,00
1048	35,00
1053	3 861,80
1055	269,01
1074	54,84
1081	74,09
1086	111,56
1106	1 429,37
1108	955,76
1115	5,00
1118	3 860,93
1119	9,73
1128	148,57
1147	1 528,80
1152	243,12
1158	828,16
1164	36,11
1177	649,74
1183	7 026,99
1191	500,00
1192	42,23
1194	4 851,26
1196	85,00
1202	50,75

1204	20,00
1228	1 550,00
1245	1 728,86
1247	129,50
1261	15,00
1262	22,26
1266	130,45
1268	5,00
1271	19,74
1304	642,56
1310	0,00
1311	589,53
1312	271,94
1322	3 752,61
1323	1 736,54
1324	73,84
1347	762,10
1348	690,72
1349	2 903,51
1357	90,05
1361	4 691,25
1362	4,03
1366	812,90
1374	203,39
1375	1 380,27
1379	649,59
1398	1 641,70
1402	702,44
1404	3 360,68
1422	18,50
1436	20,38
1442	252,36
1446	26,82
1448	1 047,41
1450	382,11
1452	2 482,36
1469	864,25
1473	128,50
1474	56,27
1484	254,31
1491	499,69
1513	17,44
1514	5,00
1516	13,10
1535	470,32
1541	39,06
1556	10,00
1559	95,93
1599	67,70
1603	31,59

M
Cg
JA

DA
CG.

JA

1619	155,72
1633	39,60
1655	233,58
1659	159,96
1660	3 714,09
1666	210,00
1679	32,17
1697	258,44
1698	166,02
1729	1 107,04
1743	7 384,44
1745	1 060,72
1756	1 967,94
1760	62,70
1772	311,62
1797	50,00
1848	652,59
1887	99,95
1891	20,73
1911	300,88
1939	858,00
1949	417,20
1957	7,30
1960	581,20
1965	6,22
1966	1 006,20
1981	31,16
1982	466,99
1990	53,52
1991	177,68
1997	5,00
2019	88,00
2026	1 265,46
2028	223,62
2034	10,00
2039	0,00
2047	2 117,94
2051	492,67
2053	123,60
2059	1 010,50
2067	379,42
2071	221,70
2078	300,00
2079	5,00
2080	2 597,62
2083	515,25
2092	1 197,40
2099	1 056,79
2101	44,95
2115	881,86



2120

2120	2 852,72
2121	5,00
2133	10,00
2135	5,76
2142	75,88
2144	349,53
2146	10,00
2150	403,03
2153	485,96
2168	57,68
2170	5,89
2171	333,80
2180	106,16
2182	13,50
2184	22,16
2189	536,99
2191	140,00
2194	1 926,47
2196	50,28
2198	345,00
2202	207,44
2208	226,69
2218	124,17
2237	73,96
2238	5,00
2252	93,22
2269	534,42
2277	46,62
2289	51,06
2293	45,85
2296	128,28
2297	145,10
2329	94,05
2333	15,40
2342	49,00
2345	370,26
2353	996,06
2355	11,63
2360	5,00
2371	49,23
2375	388,44
2376	128,12
2380	118,13
2382	4 495,35
2385	85,00
2390	165,74
2392	20,28
2406	328,56
2408	16,02
2420	260,30

14/

29

14

fm
Cg.

W

2431	43,96
2434	92,22
2439	379,00
2455	460,75
2460	29,46
2461	2 692,20
2473	1 194,16
2475	956,58
2477	76,37
2478	423,25
2482	131,76
2483	4 878,12
2484	159,78
2488	26,96
2489	10,00
2491	1 861,93
2494	5,00
2500	184,66
2505	77,58
2511	26,13
2514	0,00
2537	960,40
2539	1 385,02
2546	192,78
2551	2 658,94
2554	1 736,64
2569	1 729,43
2571	4 140,31
2576	57,82
2591	21,72
2596	42,60
2600	100,00
2616	7 416,31
2617	1 580,06
2618	2 672,60
2625	78,56
2626	1 397,91
2627	413,06
2633	9,73
2654	390,40
2667	1 603,38
2671	150,56
2675	962,77
2691	1 663,62
2694	304,45
2703	28,02
2705	718,38
2706	90,84
2713	62,64
2715	450,39

2722	1 589,56
2723	1 163,47
2727	145,89
2729	19,49
2741	1 408,20
2788	231,75
2831	16,05
2834	58,91
2843	6 098,34
2862	0,00
2864	5,00
2865	89,90
2867	139,25
2873	43,80
2874	270,68
2880	420,10
2882	16,38
2887	68,90
2903	546,13
2916	207,99
2918	75,60
2922	561,68
2923	1 125,63
2924	3 486,39
2927	293,30
2928	401,52
2931	475,68
2935	33,10
2938	165,60
2939	30,49
2943	82,72
2951	657,85
2952	5 210,91
2957	3 894,75
2975	189,72
2980	1 501,54
2985	11,45
2986	131,82
2987	71,13
2999	70,74
3000	84,72
3003	270,48
3015	893,12
3018	22,51
3024	449,93
3027	94,05
3039	651,31
3046	25,11
3059	332,58
3060	8,47

HN
90.

W

M
C9

W

3067	3 298,73
3071	1 773,07
3077	5 977,64
3083	40,03
3094	188,09
3098	61,79
3101	448,32
3105	0,00
3109	1 095,80
3111	735,77
3122	5,00
3124	115,84
3132	5 989,77
3133	2 676,24
3135	56,24
3137	105,00
3138	6,81
3146	88,40
3147	27 867,32
3148	3 426,96
3153	50,37
3161	0,00
3162	6,29
3165	950,87
3168	25,00
3182	2 100,00
3201	101,80
3205	359,38
3206	5 164,32
3210	692,29
3212	1 157,02
3226	5,54
3245	190,00
3247	0,00
3248	2 629,81
3255	14 451,36
3267	54,91
3273	5 887,76
3281	1 530,29
3290	1 408,64
3294	142,90
3300	586,96
3303	17,52
3305	677,36
3316	66,54
3329	188,22
3341	66,54
3348	155,00
3350	2 034,58
3353	5 145,78



Al.
CP.

16

3593	128,50
3605	33,63
3610	1 888,81
3619	0,00
3622	270,00
3628	85,14
3642	61,24
3653	10,00
3692	69,54
3696	65,64
3698	219,56
3707	2 886,70
3711	1 225,34
3718	172,25
3730	2 629,96
3742	551,12
3754	63,31
3755	2 085,72
3767	156,92
3784	49,51
3798	30,00
3800	0,65
3803	160,14
3804	157,34
3812	19,89
3829	221,52
3830	427,78
3833	278,16
3845	627,24
3852	35,00
3863	6 408,99
3870	0,00
3877	109,63
3884	374,82
3887	1 015,27
3893	1 085,96
3894	1 589,70
3896	14,60
3900	496,80
3904	35,38
3906	964,22
3918	18,56
3919	2 641,76
3927	16 565,24
3931	1 860,79
3932	188,04
3935	22,53
3941	3 885,37
3948	31,94
3949	15,00



3354	922,61
3364	254,91
3376	65,41
3380	809,51
3386	65,34
3388	2 158,17
3391	42,27
3395	126,92
3397	223,54
3398	336,56
3410	10,61
3413	4 505,72
3415	28,78
3417	9,23
3426	700,42
3434	60,43
3437	50,60
3439	552,16
3459	74,76
3465	818,88
3466	69,62
3472	34,12
3476	137,85
3490	3 808,73
3491	106,90
3492	0,16
3498	216,19
3501	1 491,27
3508	253,42
3509	36,39
3511	1 823,16
3514	3,63
3517	1 078,60
3520	2 820,00
3521	132,54
3523	156,00
3524	9 067,15
3525	10,00
3528	618,84
3540	790,93
3545	241,78
3550	1 754,62
3553	1 721,36
3564	578,45
3565	2 900,00
3566	2 182,22
3568	2 063,40
3573	1 691,49
3575	5 473,72
3585	126,80

MAN
Cg

W



3961	300,88
3982	1 571,62
3984	27,54
3989	53,56
3999	18,61
4005	41,15
4011	66,54
4014	10,00
4016	1 451,36
4022	80,61
4031	44,73
4044	13,28
4052	17,10
4053	666,23
4068	60,27
4073	112,63
4075	5 805,83
4077	93,86
4079	888,10
4080	564,19
4082	38,24
4108	475,77
4116	70,69
4119	5,00
4121	410,84
4123	30,86
4131	140,44
4135	1 935,98
4137	31,70
4138	80,40
4151	207,22
4154	74,78
4171	5,36
4173	366,72
4185	4 113,12
4189	467,51
4194	28,08
4199	7 681,32
4201	196,97
4202	70,30
4222	14,11
4233	56,52
4242	11,95
4271	2 236,24
4274	27,50
4283	51,91
4286	24,87
4288	1 213,27
4289	26,80
4297	878,95

MA
CO

MA



M
29.

11

4320	1 302,80
4325	34,16
4329	86,04
4334	921,68
4336	655,31
4342	1 911,26
4350	739,99
4364	5,00
4366	309,38
4367	65,32
4385	11,34
4387	158,08
4389	708,34
4406	10,00
4414	0,09
4425	2 541,87
4477	20,83
4478	64,68
4501	1 101,53
4502	286,26
4508	10,00
4511	794,00
4517	1 000,00
4520	465,12
4521	130,14
4524	94,22
4528	1 208,08
4530	30,88
4540	4 146,40
4542	77,61
4543	41,83
4544	6,00
4547	504,97
4550	1 035,62
4551	0,00
4552	881,32
4555	10,00
4558	86,30
4575	220,37
4583	80,00
4594	128,47
4598	771,78
4599	109,31
4611	17,32
4615	150,20
4632	512,72
4635	4 764,70
4638	48,45
4639	165,55
4647	3 516,70



4651	1 427,64
4668	610,50
4677	66,83
4680	5,00
4684	2 644,40
4685	47,04
4690	93,70
4691	67,22
4697	20,49
4706	920,64
4709	211,11
4713	67,78
4714	63,76
4722	5,00
4729	153,20
4737	75,10
4738	60,00
4752	2 753,52
4760	46,06
4767	33,36
4771	10,00
4780	61,92
4793	2 893,17
4801	35,00
4803	57,44
4811	92,08
4816	5,00
4828	44,78
4841	5,00
4851	39,60
4861	1 095,00
4863	123,72
4867	112,88
4881	137,57
4889	175,14
4896	169,64
4897	1 360,00
4901	25,00
4902	84,76
4910	165,50
4918	391,68
4920	513,82
4921	450,80
4923	558,22
4925	317,82
4926	22,94
4927	339,71
4933	402,03
4935	180,85
4957	1 493,06

MM
CG

11



fh
Cg.

4960	967,71
4961	1 653,26
4962	851,84
4964	5,00
4967	4 056,18
4969	33,96
4970	410,36
4978	518,42
4984	2 285,92
4985	31,52
4987	48,60
4991	362,96
4996	48,07
4997	3 195,83
5012	779,52
5013	330,02
5018	787,97
5020	10,00
5021	84,70
5029	5,00
5032	39,92
5034	672,22
5038	85,64
5039	249,00
5043	24,88
5050	356,00
5051	49,43
5053	1 875,35
5057	2 722,83
5058	7 069,40
5065	77,68
5074	5,00
5075	402,42
5076	688,70
5078	23,61
5082	143,45
5094	200,00
5095	0,00
5097	67,13
5098	31,75
5100	2 724,75
5109	30,00
5141	98,62
5151	53,90
5152	47,66
5174	141,69
5186	10,88
5188	636,80
5193	12,92
5195	447,74

X

5202

5202	17,07
5207	11,45
5224	2 042,54
5231	46,96
5233	49,28
5237	0,00
5238	14,58
5241	2 715,63
5257	34,73
5259	1 152,85
5260	72,60
5261	31,46
5263	140,00
5268	2 916,33
5272	46,53
5285	70,82
5288	40,00
5289	5,00
5307	787,50
5311	40,25
5313	10,10
5316	88,62
5319	45,00
5330	35,77
5342	2 793,97
5349	200,00
5352	7,77
5355	114,50
5356	246,01
5359	5,00
5362	160,00
5363	14,19
5364	120,00
5367	52,43
5373	40,00
5374	305,14
5375	40,00
5378	15,00
5388	7,66
5390	252,27
5394	6 816,96
5398	10,00
5416	54,13
5419	62,05
5420	45,00
5425	28,10
5430	16,22
5432	65,00
5433	72,52
5439	244,00

M.A.V.

Cp.

10



21
09.

5444	193,39
5449	1 345,07
5450	692,85
5454	20,00
5469	16,90
5480	95,00
5487	14,63
5489	687,22
5492	250,00
5494	27,36
5495	144,90
5504	673,71
5517	44,99
5525	24,52
5531	10,00
5537	137,84
5561	75,00
5598	1 458,60
5603	96,75
5604	164,04
5626	184,66
5633	66,15
5650	1 219,66
5652	286,95
5654	180,16
5658	19,71
5659	117,32
5665	1 753,18
5673	122,00
5681	37,28
5691	26,84
5695	13,46
5696	155,00
5715	3 380,75
5724	5,00
5725	16,60
5726	5,54
5730	433,92
5731	52,32
5733	17,46
5734	265,50
5735	1 515,54
5752	12,41
5754	65,00
5755	75,05
5756	114,11
5757	1 723,36
5758	228,78
5760	149,22
5766	49,71

11

Y. A. .
.

FM
ag.
/H

5767	56,10
5774	15,94
5775	17,84
5792	5,49
5803	742,50
5806	38,33
5814	25,00
5819	11,12
5832	22,19
5840	18,96
9500	275,04
9505	168,08
9509	90,00
9510	90,00
9511	711,72
9512	30,00
8501	0,01
8503	133 204,58
8508	3 569,94
8511	1 370,68
8519	4 406,60



M

cy.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO E PARECER FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Município de Matosinhos,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Entidade), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Órgão de Gestão e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão e as demonstrações orçamentais do ano de 2022. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não inclui reservas nem ênfases, e onde concluímos que o Relatório de Gestão não contém as divulgações aplicáveis ao subsector das autarquias locais, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Adicionalmente, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial), emitimos nesta data parecer sobre o Relatório de Governo Societário, verificando que nele consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II da legislação citada.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas, o Relatório de Gestão, e as demonstrações orçamentais estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 23 de março de 2023



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Carla Manuela Serra Gerales

Registo na OROC nº 1127

Registo na CMVM com o nº 20160739

A Crowe & Associados, SROC, Lda é uma firma membro da Crowe Global, uma entidade suíça. Cada membro da Crowe Global é uma entidade legal distinta e independente. A Crowe & Associados, SROC, Lda e as suas afiliadas não são responsáveis, nem poderão ser responsabilizadas, por atos ou omissões praticadas pela Crowe Global ou por outras entidades membro. A Crowe Global não presta quaisquer serviços profissionais, nem exerce controlo ou influência sobre a Crowe & Associados, SROC, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.382.325 euros e um total de património líquido de 918.485 euros, incluindo um resultado líquido de 94.785 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 6.372.219 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 5.925.853 euros) e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

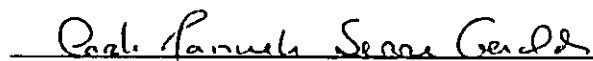
Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsector da autarquias locais, previstas na NCP 27 –

Contabilidade de Gestão, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações orçamentais, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 23 de março de 2023



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Carla Manuela Serra Geraldes

Registo na OROC n.º 1127

Registo na CMVM com o n.º 20160739

Relatório do Governo Societário da Matosinhos Habit 2022



Versão Aprovada em reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2023

MatosinhosHabit, Empresa Municipal de Habitação, EM

Pessoa Coletiva: 504597221

Capital Social: 264 362,89€

Matriculada na 1ª Conservatória do Registo Comercial de Matosinhos

Sede: Rua Alfredo Cunha, 99 1º

4450-023 Matosinhos

Telefone: 22939990.

geral@matosinhoshabit.pt

www.matosinhoshabit.pt

TM *CG*

Índice

I. SÍNTESE	3
II. Missão, Objetivos e Políticas	4
III. Estrutura de Capital	7
IV. Participações Sociais e Obrigações detidas	7
V. Órgãos Sociais e Comissões.....	7
A. Modelo de Governo.....	7
B. Assembleia Geral	8
C. Administração e Supervisão	8
D. Fiscalização	11
E. Revisor Oficial de Contas (ROC)	15
F. Conselho Consultivo (não aplicável)	
G. Auditor Externo (não aplicável)	
VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	15
A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES.....	15
B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	15
C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS.....	16
D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	16
E. SÍTIO NA INTERNET	16
F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL.....	16
VII. REMUNERAÇÕES.....	17
VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	19
IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	19
X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	21
XI. ANEXOS	21

I. SÍNTESE

A MatosinhosHabit, EM – Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, rege-se pelos Estatutos e pelo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, constante da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada e integra-se no setor público empresarial, cujos princípios e regras estão estabelecidos no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, na sua versão atualizada. De acordo com o artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e a alínea b), do número 2 do artigo 70º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se o relatório de boas práticas de governo societário destacando-se o cumprimento das seguintes práticas de bom governo societário:

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2022 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x		14/12/2021
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2022	x		14/12/2021
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x		-
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x		
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2022		x	
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x		
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada - o Município de Matosinhos delega na MatosinhosHabit, EM todos os poderes necessários ao cumprimento do seu objeto social	x		
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x		
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x		

Artigo 51.º	evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		
Artigo 52.º	evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	x		
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Empresa	x		
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x		

II. Missão, Objetivos e Políticas

A MatosinhosHabit, em sintonia com as orientações de política social do Município de Matosinhos e conforme definido no pacto social, tem como objetivos:

- Promoção da habitação social e gestão do processo de atribuição dos fogos sociais, do cadastro patrimonial e gestão financeira dos empreendimentos existentes no município. Inerente a estas funções cumpre-lhe assegurar a manutenção desse parque habitacional, executando as obras de conservação nos fogos, espaços comuns e exteriores e garantindo as condições de higiene e segurança;
- Realização de estudos sistemáticos às necessidades de requalificação e reabilitação do parque habitacional de forma a permitir ao Município promover as respetivas intervenções a executar diretamente pelo mesmo ou com recurso aos serviços da MatosinhosHabit, através da celebração de Contratos de Prestação de Serviços sem qualquer contrapartida financeira;
- A realização visitas técnicas a imóveis/frações de propriedade particular, em sede de Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético e Vistorias de Determinação de Níveis de Conservação assegurando a correta execução dos procedimentos, desenvolvendo um mecanismo de mediação prévia com vista à defesa dos interesses públicos e privados, bem como proceder a levantamentos, estudos,

realização de mapeamentos, com vista à aprovação de áreas de reabilitação urbana e operações de reabilitação de acordo com a legislação aplicável;

- A implementação, execução e monitorização dos diversos programas de apoio social expressamente delegadas ou cometidos pelo município tais como Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA), Matosinhos solidário, "Matosinhos Casa Acessível" e "1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação".

Os objetivos estatutários descritos consolidam-se na seguinte Missão:

Providenciar habitação digna para todos os cidadãos de Matosinhos

Visão

- A promoção de uma estrutura organizativa multidisciplinar e flexível;
- Gestão integrada do Parque Habitacional Municipal;
- A execução de programas habitacionais concretizados por acordos celebrados entre a MatosinhosHabit, MH – EM, Câmara Municipal de Matosinhos e a Administração Central.

Valores

No prosseguimento da sua missão, a MH observa os seguintes princípios:

- Princípio da não discriminação dos destinatários na prestação de todos os serviços, no âmbito do seu objeto social.
- Princípio da igualdade de acesso dos cidadãos à generalidade dos serviços na medida do possível, adaptadas à real situação dos mesmos, como pressuposto de base da igualdade de oportunidades.
- Princípio da sustentabilidade dos recursos disponibilizados, através da conservação do património edificado e a edificar, bem como, assegurar a gestão eficaz e eficiente do mesmo, ainda que, em obediência às leis aplicáveis em termos de arrendamento social e fixação de taxas devidas pelas competências exercidas.
- Princípio da organização interna, assente em regulamentos, aprovados e vinculativos para todos os seus destinatários, a fim de tornar efetivo o exercício do controlo interno e externo da empresa, em todas as dimensões da sua atividade.
- Princípio da qualidade, mediante o cumprimento das obrigações específicas

relacionadas com a higiene, saúde e segurança de pessoas e bens, quer a nível interno, quer externo, no âmbito dos objetivos que se propõe prosseguir, em cada momento.

- Princípio do livre acesso à informação.

De forma a aferir os objetivos da empresa foram definidos, para o exercício económico em questão, os seguintes indicadores de eficiência cujas metas e taxas de execução se apresentam no quadro abaixo.

Indicadores de Eficiência		Graduação			Taxa de Execução	Referenciais de Eficiência
		Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz		
1	Nº Pedidos de Habitação avaliados e graduados/Nº de Pedidos de Habitação Social devidamente instruídos	< 80%	≥80% e ≥90%	>90%	86,34%	Avaliar e graduar todos os pedidos de habitação social, em prazo inferior a 120 dias. Período de referência dezembro de 2021 a novembro de 2022.
2	Nº de revisões de renda efetuadas/Nº de famílias notificadas para revisão de renda com processo devidamente instruído	< 80%	≥80% e ≥90%	>90%	7,76%	Cumprimento de todos os procedimentos legais e administrativos com vista à aplicação da renda que vier a ser apurada em resultado das atualizações dos rendimentos e da composição dos agregados familiares, conforme Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei nº 32/2016 de 24 de Agosto.
3	Nº de candidaturas ao PMAA avaliadas/Nº de candidaturas ao PMAA instruída	< 80%	≥80% e ≥90%	>90%	97,24%	Cumprimentos de todos os procedimentos previstos no regulamento municipal de Apoio ao Arrendamento, com as adaptações temporárias devido à pandemia. Período de referência dezembro de 2021 a novembro de 2022.
4	Nº Rendas recebidas pela faturação mensal ou por acordos de pagamento/Nº Fogos ocupados	< 80%	≥80% e ≥90%	>90%	94,60%	Nº de rendas e de acordos de pagamento cobrados. Nº de arrendatários que pagam renda e acordos de pagamento: 90%.
5	Nº Intervenções executadas nas habitações/Nº Pedidos de intervenções elegíveis nas habitações	< 70%	≥70% e ≥80%	>80%	92,51%	Avaliação do nº de intervenções executadas

RP
JH
CQ

6	Nº Respostas aos pedidos de apoio para a recuperação, requalificação, reabilitação de imóveis e frações de propriedade particular/ Nº Pedidos de apoio para a recuperação, requalificação, reabilitação de imóveis e frações de propriedade particular	< 70%	≥70% e ≥80%	>80%	93,44%	Proceder a visitas Técnicas a imóveis/frações de propriedade particular, em sede de Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético e Vistorias de Determinação de Níveis de Conservação.
---	--	-------	----------------	------	--------	---

III. Estrutura de Capital

A MatosinhosHabit é uma entidade empresarial local de âmbito municipal cujo capital social ascende a € 264.362,89 e é integralmente detido pelo Município de Matosinhos que, enquanto tal, exerce uma influência dominante e determinante na empresa e na sua atividade.

O capital da MatosinhosHabit não é representado em ações e não existem acordos parassociais.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

A MatosinhosHabit não detém quaisquer participações noutras entidades públicas ou privadas e não assumiu dívidas ou passivos de outras entidades, integradas ou não no Grupo Empresarial do Município de Matosinhos.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. MODELO DE GOVERNO

Os Órgãos Sociais da MatosinhosHabit, de acordo com o artigo 7º dos seus Estatutos, são compostos pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único. O Município assegurará a supremacia do interesse público mediante o exercício de poderes de tutela estabelecidos na legislação aplicável.

O mandato dos titulares dos órgãos estatutários é coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos.

B. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário e pelo representante do Município de Matosinhos, conforme artigo 11º dos Estatutos e compõe-se dos seguintes membros:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
Out/2021- Out/2025	Representante do Acionista (Município de Matosinhos)	Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana	AG	19/10/2021
Out/2021- Out/2025	Presidente da Mesa	Jorge Fernando Albuquerque Figueirinha	AG	19/10/2021
Out/2021- Out/2025	Secretário	Fernanda Manuela Matos Pinto	AG	19/10/2021

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

De acordo com o artigo 10º dos Estatutos compete à Assembleia Geral:

- Eleger os membros do conselho de administração e da mesa da assembleia geral e fixar as respetivas remunerações, nos casos em que sejam devidas;
- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Aprovar os orçamentos e planos de atividades e financeiros anuais e plurianuais;
- Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Definir as orientações anuais a seguir, as quais deverão refletir as orientações estratégicas determinadas pelo Município.

C. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois vogais, conforme artigo 13º dos Estatutos, sendo um deles executivo.

O conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	Entidade Pagadora	(O/D) (2)
Out/2021-Out/2025	Presidente	Maria Manuela de Carvalho Álvares	AG	19/10/2021	CMM	
Out/2021-Out/2025	Administradora Executiva	Helena Adelina Simões Nunes Vaz	AG	19/10/2021	MH	
Out/2021-Out/2025	Administrador Não Executivo	Carlos Manuel Amorim da Mouta	AG	19/10/2021	CMM	

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

15h
11
09

Apresenta-se os elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração que estão disponíveis no sítio da Internet da MatosinhosHabit.

Presidente do Conselho de Administração – Maria Manuela de Carvalho Álvares

É licenciada em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia, U. do Porto, tem o mestrado em Administração Pública, pela Escola de Economia e Gestão, pela Universidade do Minho e Pós-graduação em Regulação Pública e Concorrência, pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021. É doutoranda em Planeamento pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2014 e doutoranda em Bioética pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 2020.

Foi Vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde (2018-2021) e Vogal do Conselho de Administração da DomusSocial EM (2013-2017).

Atualmente, é vereadora dos Pelouros do Ambiente, Transição Energética, Espaço Público, Habitação e Obras Municipais da Câmara Municipal de Matosinhos, Vogal do Conselho de Administração da LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, Vice-Presidente da Agência de Energia do Porto e Vogal do Conselho Executivo da Associação Corredor do Leça.

Administradora Executiva – Helena Adelina Simões Nunes Vaz

Licenciada em Engenharia Civil.

Desempenhou funções profissionais, enquanto engenheira, em diferentes empresas de construção.

Foi formadora na CICOPN e técnica superior no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares da Câmara Municipal de Matosinhos.

Foi Adjunta do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e Vereador dos pelouros do Ambiente, Obras públicas e Proteção Civil, assim como pertenceu ao Executivo da Junta de Freguesia de Matosinhos durante 12 anos.

Foi Administradora Executiva da Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto entre 2005 e 2021.

Foi ainda Presidente do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores de Matosinhos e Presidente da Assembleia Geral da Associação Recreativa “Aurora da Liberdade”.

Presidente da Associação MAIS – Matosinhos Apoia a Inserção Social.

Administrador não executivo – Carlos Manuel Amorim da Mouta

Natural da freguesia da Senhora da Hora, realizou o programa executivo de Alta Direção de Instituições de Saúde, é Mestre em Gestão das Organizações pelo Instituto Politécnico do Porto e licenciado em enfermagem.

Foi Professor Assistente no curso de Licenciatura em Enfermagem no Instituto Piaget, enfermeiro no serviço de Neonatologia do Centro Materno Infantil do Porto e enfermeiro e coordenador nos serviços hospitalares em diversas entidades privadas de saúde.

Carlos Mouta tem ainda experiência na Coordenação de dispositivos de socorro e emergência médica em eventos desportivos.

Foi fundador e gestor de empresas nos setores do turismo de saúde, assistência de saúde e tecnologias aplicadas.

Foi vogal executivo do Conselho de Administração da ULSM desde 2017 até setembro 2021.

Foi candidato a Eurodeputado nas eleições europeias de 2019, foi deputado Municipal de Matosinhos no mandato 2017-2021.

É atualmente Vice-Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

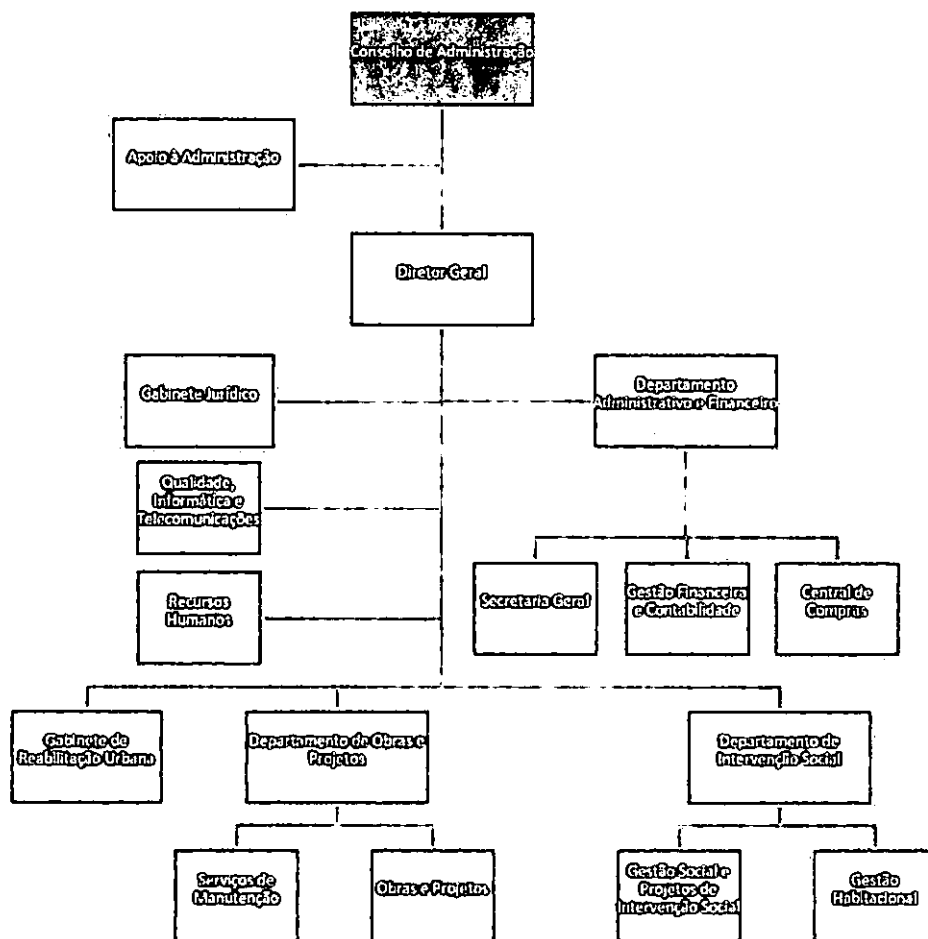
A administradora executiva, apresentou junto do Tribunal Constitucional, declaração dos seus rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos através de declaração única e de acordo com o modelo constante na lei n.º 52/2019 de 21 de julho, que aprovou o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Os administradores não executivos acumulam funções no executivo camarário, o que determina o cumprimento desta obrigação enquanto vereadores e a declaração do exercício de funções não remuneradas na empresa municipal.

Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º dos estatutos da empresa, e nos limites fixados pelo 407.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho de Administração delegou na administradora executiva um conjunto de competências para a prática de atos de gestão corrente da empresa, permanecendo, entre outros, no órgão do colegial os atos insuscetíveis de delegação nos termos do artigo 406.º do CSC

Compete ao Conselho de Administração definir as orientações estratégicas e elaborar os Orçamentos e Planos de Atividades e de Investimentos bem como proceder à sua revisão e controlo.

Estrutura organizacional da MatosinhosHabit



O Conselho de Administração reúne com periodicidade quinzenal, podendo reunir extraordinariamente, sempre que a Presidente o convoque, por sua iniciativa ou por requerimento da maioria dos seus membros.

No mandato atual foram realizadas 29 sessões do Conselho de Administração com a presença de todos os membros do órgão de administração, com exceção de uma sessão em que esteve ausente o Administrador não Executivo.

D. FISCALIZAÇÃO

De acordo com o artigo 18º dos Estatutos, a fiscalização das atividades desenvolvidas pela empresa, nomeadamente a revisão legal das contas, compete ao Fiscal Único.

O órgão de fiscalização da empresa é da responsabilidade do Fiscal Único, titulado pela sociedade de revisores oficiais de contas Crowe & Associados, SROC Lda., inscrita na OROC sob o n.º 186 e registada na CMVM com o número 20161486

A Sociedade Crowe & Associados, SROC, Lda. representada por Carla Manuela Serra Geraldes, inscrita na OROC sob o n.º 1127 e registada na CMVM com o número 20160739, enquanto fiscal único efetivo da MatosinhosHabit, é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa, tendo ainda como representada enquanto fiscal único suplente Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa, inscrita na OROC sob o n.º 1128 e registada na CMVM com o número 20160740.

O fiscal único efetivo e o suplente foram designados em 6 de dezembro de 2021, pela Assembleia Municipal, nos termos do número 3 do artigo 26º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, conjugado com o disposto no número 3 do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na empresa
		Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Inscrição na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2021-2025	Fiscal Único	Crowe & Associados, SROC, Lda.	186	20161486	DUE	06/12/2021	-	-	10

Nome	Remuneração Anual 2022 (€)
	Bruta
Carla Manuela Serra Geraldes (efetivo)	€5.904,00
Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (suplente)	-

Apresenta-se os elementos curriculares do Fiscal único e Fiscal único Suplente

Representante do Fiscal Único - Carla Manuela Serra Geraldes

Resumo

- Manager de Auditoria na Deloitte entre 1996 e 2003.
- Revisora Oficial de Contas desde dezembro de 2001.
- Partner na Crowe Portugal desde 2004.

Experiência profissional

- Experiência profissional de 25 anos em auditoria financeira, tendo desenvolvido a sua atividade em diversas entidades nacionais e internacionais de natureza privada e pública, abrangendo diversos setores de atividade, nomeadamente, indústria, comércio, saúde, transportes, construção, setor público da educação (universidades e institutos politécnicos), setor público local (Municípios e empresas locais), bem como entidades do setor não lucrativo (associações e fundações).
- Membro do Conselho Fiscal de diversas entidades.
- Coautora do livro "Novo Normativo Contabilístico para as Entidades do Setor não Lucrativo – Casos Práticos".

Associações Profissionais

- Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- Membro da Ordem dos Economistas.
- Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Formação

- Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto (Faculdade de Economia do Porto).
- Revisor Oficial de Contas.
- Pós-graduação em "Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas" pelo IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Fiscal Único Suplente – Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa

Resumo

- Auditora externa na Deloitte entre 1994 e 2004
- Revisora Oficial de Contas desde dezembro de 2001
- Audit Partner na Crowe Portugal desde 2004.
- Audit Partner na Crowe Angola entre 2008 e 2014

PM
HW
CG

Experiência

- Possui uma experiência profissional de mais de 20 anos em auditoria financeira, desenvolvendo a sua atividade em várias empresas nacionais e multinacionais em diversas indústrias, incluindo têxteis Editorial, distribuição, jogos, automóvel transporte, entre outros. Como partner da Crowe Angola foi responsável por várias instituições financeiras e empresas de transporte (instituições financeiras, caminhos de ferro e portos);
- Atualmente é também membro do Conselho fiscal de diversas empresas;
- Foi responsável durante alguns anos pelo departamento de formação da Deloitte, tendo ensinado vários cursos em Portugal e no exterior;
- Membro da Comissão Consultiva da SRN da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas até 2017 e Membro da Assembleia Representativa da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas até 2020;
- Desde 2004, participa ativamente em diversos projetos e conferências da rede internacional da empresa, Crowe Global, como Internacional Liason Partner.

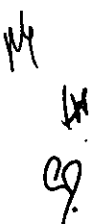
Associações Profissionais

- Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em Portugal;
- Membro da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados
- Membro da Ordem dos Economistas

O órgão de fiscalização não desempenhou outras funções. Não existe Comissão para as Matérias Financeiras.

Não existem outras funções aplicáveis ao Fiscal Único para além das definidas para o órgão de fiscalização na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, incluindo nestas a revisão legal da empresa e a certificação legal das suas contas.

O Fiscal Único exerce em exclusivo a atividade de revisor oficial de contas no âmbito da sociedade de revisores a que pertence.



E. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

O Órgão Fiscalizador da empresa é da responsabilidade do Fiscal Único, titulado pela sociedade de revisores oficiais de contas Crowe & Associados, SROC Lda., inscrita na OROC sob o nº 186 e registada na CMVM com o número 20161486.

VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

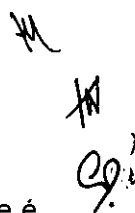
A MatosinhosHabit rege-se pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou que sobre ela exercem poderes de tutela e, subsidiariamente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, e no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado. A alteração aos estatutos cabe à Assembleia Geral, nos termos do artigo 22º A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, devendo os respetivos projetos ser aprovados pela Assembleia Municipal de Matosinhos, sob proposta devidamente fundamentada do Executivo Municipal.

A MatosinhosHabit utiliza diversos canais para divulgação de informação através da página da internet, placards informativos e relativamente às comunicações com interesse para os trabalhadores emite Ordens de Serviços.

Com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional a empresa elabora backups diários e firewall para monitorização e controlo de entrada e saída de tráfego de informação.

B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

A MatosinhosHabit tem um regulamento de controlo Interno, e foi aprovado o novo Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em 12 de maio de 2022. Paralelamente são desenvolvidos e identificados os riscos no âmbito do Regulamento de Proteção de Dados Pessoais e da Lei 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica interna do RGPD.



C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A MatosinhosHabit desenvolve a sua atividade de acordo com o normativo que lhe é aplicável e por tal suportada por um conjunto de documentos e regras que permitem assegurar as funções delegadas pelo Município de Matosinhos.

Destacam-se, para o efeito os seguintes documentos: Estatutos, Instrumentos de Gestão Previsional (Orçamento e Plano de Atividades), Relatório e Contas, Código de Conduta, Plano de Igualdade de Género e demais normas e regulamentos internos da MatosinhosHabit.

D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

De acordo com o nº 44 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, a MatosinhosHabit remete para o Município de Matosinhos todos os deveres de informação.

E. SÍTIO NA INTERNET

São divulgadas na página da Internet da MatosinhosHabit (www.matosinhoshabit.pt) toda a informação relevante onde podem ser consultados:

- Estatutos de Empresa;
- Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;
- A remuneração auferida pelos membros do órgão de gestão;
- O número de trabalhadores e organograma;
- Os instrumentos de gestão previsional;
- A prestação de Contas;

F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL

O Município de Matosinhos delegou na MatosinhosHabit todos os poderes necessários para o cumprimento do objeto social, conforme Estatutos e que se reproduz:

- A MATOSINHOSHABIT-MH, EM tem como objeto social, por delegação do Município de Matosinhos, assegurar a prestação de uma atividade de promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços nas áreas da Ação Social e da

M
X
Cg

Cultura, incumbindo-lhe ainda a gestão de outros equipamentos, espaços e infraestruturas do domínio público ou provado do Município que lhe sejam diretamente atribuídas por este, sempre com o fim de assegurar a satisfação de necessidades básicas dos cidadãos e o reforço da coesão económica e social local.

- A MATOSINHOSHABIT-MH, EM tem ainda por objeto conceder apoio técnico à autarquia nos domínios da gestão e conservação do parque habitacional privado e da reabilitação e requalificação urbana, nos termos da legislação em vigor, e no uso de prerrogativas legalmente concedidas por delegação de competências, bem como diligenciar pela conservação e manutenção do parque habitacional privado e cooperativo, designadamente através da concessão de incentivos e da realização de obras coercivas de recuperação de edifícios ou a sua demolição, mediante prévia tramitação de vistorias de segurança e salubridade.
- A MATOSINHOSHABIT-MH, EM, pode exercer atividades complementares e acessórias relacionadas com o seu objeto e exercer os demais atos necessários à correta prossecução das suas atribuições gerais e específicas.
- No âmbito da execução do objeto previsto nos números anteriores o pessoal ou membros dos órgãos sociais da MATOSINHOSHABIT-MH, EM, ficam investidos dos necessários poderes de autoridade nos termos estatutários e legais.

No artigo 4º dos Estatutos estão elencadas todas as competências delegadas na MatosinhosHabit para a prossecução das suas atividades e de acordo com o artigo 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, é celebrado anualmente um Contrato-Programa, definindo a atividade de empresa e a justificação da sua realização.

VII. REMUNERAÇÕES

A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

As condições remuneratórias dos membros do Conselho de Administração são fixadas pela Assembleia Geral de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal do Município de Matosinhos.

A remuneração atribuída ao pessoal dirigente é fixada pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit.

JA

JA
CP :

B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

As remunerações são fixadas pela Assembleia Geral para o membro executivo do órgão de Administração, não existindo qualquer Comissão de fixação de remunerações.

C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

As remunerações dos órgãos de gestão de administração são fixadas por deliberação da Assembleia Geral, e conforme nº 3 e 4 do artigo 25º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, e na MatosinhosHabit apenas auferem remuneração o Vogal do Conselho de Administração - Administradora Executiva.

D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Membro do Órgão da Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal Bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Helena Adelina Simões Nunes Vaz	N/A	N/A	€2.934,40	€ 586,88

Membro do Órgão da Administração	Remuneração Anual 2022 (€)		
	Fixa	Variável	Bruta
Helena Adelina Simões Nunes Vaz			48 124,16 €
			48 124,16 €

Membro do Órgão da Administração	Benefícios Sociais						
	Valor do Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros
	Diário	Encargo anual da empresa	Caixa Geral de Aposentações	Encargo anual da empresa			
Helena Adelina Simões Nunes Vaz	5,20 €	1 120,01 €	23,75%	11 429,49 €	-	-	-

Nota: Subsídio de refeição diário de janeiro a setembro é de 4,77€ e de outubro a dezembro 5,20€

Conforme nº 8 do artigo 25º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer tipo de compensação.

VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Matosinhos, tendo celebrado neste exercício contrato-programa para financiamento da atividade de exploração no montante de 695.000,00€ (Subsídio à exploração).

No âmbito dos contratos de prestação de serviços celebrados entre a Câmara Municipal de Matosinhos e a MatosinhosHabit, foi faturado o montante de 1.600.996,46€.

O valor de 56.320,08€ inscrito na conta "outras contas a receber e outras contas a pagar" refere-se a valores a regularizar com a Câmara Municipal de Matosinhos, a saber:

- Parque infantil 2007 – crédito de 46.307,67€;
- Estrutura de Ensombramento 2008 – crédito de 6.170,29€;
- PMAA – débito de 400,00€;
- Contratos Prestação de Serviços – crédito de 4.242,12€

Em matéria de aquisição de bens e serviços e contratação de bens e empreitas, a MatosinhosHabit, rege-se pelo Código dos Contratos Públicos.

IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Para além do objeto principal de promoção da habitação social tendo em vista a gestão e conservação do parque habitacional do Município de Matosinhos, a MatosinhosHabit, exerce outras atividades que lhe foram delegadas pelo Município de Matosinhos das quais se destacam:

- A operacionalização do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento;
- Realiza visitas técnicas a imóveis/frações de propriedade particular, em sede de Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético e Vistorias de Determinação de Níveis de Conservação;
- Promove levantamentos, estudos, realização de mapeamentos com vista à aprovação de áreas de reabilitação urbana;
- Operacionalização dos programas "Matosinhos Casa Acessível" e "1º Direito"

Para desenvolver a sua atividade, a MatosinhosHabit tem como principal fonte de receita as rendas faturadas pelos fogos de habitação social que fazem parte do Parque

Habitacional do Município de Matosinhos cujo valor ascendeu, em 2022, a cerca de 3.426 mil euros e as verbas recebidas no âmbito do Contrato Programa celebrado com o Município no montante de 695 mil euros.

Verifica-se que o peso do Contrato Programa na receita própria da MatosinhosHabit representa cerca de 20%, permitindo desta forma colmatar a diferença entre as receitas e despesas operacionais.

No ano em curso, os custos operacionais com a grande reabilitação do parque habitacional ascenderam a 1.600.996,47€, executados com recurso a Contratos de Prestação de Serviços celebrados com o Município de Matosinhos.

No âmbito da manutenção e conservação corrente do parque habitacional, a despesa orçamental ascendeu a 912.603.30€, representando uma taxa de execução de 96,11%, face ao orçamento aprovado para o ano de 2022.

Refira-se que, desde a entrada em vigor da Lei 50/2012, de 31 de agosto a empresa nunca ficou sujeita aos critérios vertidos no artigo 62º da referida Lei.

Durante o ano de 2022 deverão, também, ser destacadas as competências delegadas na MatosinhosHabit no âmbito da implementação, gestão e monitorização da Estratégia Local de Habitação designadamente, a elaboração e submissão de candidaturas ao Programa 1º Direito/PRR, de promoção municipal e dos Beneficiários Diretos (privados). Não obstante os impactos económicos com o exercício desta atividade estes serão mais que absorvidos nos impactos sociais, nomeadamente, na resolução da insuficiência de oferta de habitação a rendas compatíveis com os rendimentos dos munícipes.

Ao nível da sustentabilidade ambiental a empresa tem vindo a renovar a sua frota com recurso à utilização de viaturas elétricas, de forma a contribuir para a redução do CO2. Também nas políticas habitacionais, nomeadamente as empreitadas de reabilitação do Parque Habitacional têm tido como preocupação, para além da resposta a todos os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, a introdução de uma significativa melhoria do desempenho energético dos edifícios e das suas habitações, recorrendo à aplicação de isolamento térmico na envolvente opaca, à substituição de caixilharias de vidro simples por caixilharias com corte térmico e vidro duplo e a instalação de sistemas mais eficientes de aquecimento de águas quentes sanitárias.

A MatosinhosHabit no âmbito da sua atuação tem vindo a desenvolver projetos com vista a promover a sustentabilidade ambiental e social, quer da população residente no parque habitacional municipal, quer de outros públicos.

Destes projetos destacamos o Banco de Bens, que se traduz numa resposta social, atendendo às necessidades mais prementes dos munícipes em situação de

vulnerabilidade económico-social, contribuindo para uma melhoria das respetivas condições de vida. Como agente da economia circular este projeto permite a reutilização de bens para apoiar pessoas e instituições sociais, contribuindo para o combate ao desperdício, fomentando o reaproveitamento de bens e equipamentos.

Para além deste projeto foram desenvolvidas ações com o objetivo de promover o Desperdício Zero, no qual foram promovidas sessões coletivas em contexto de cozinha, para o aproveitamento integral dos alimentos, da diversidade na sua confeção, combatendo o desperdício alimentar, bem como, a promoção de uma alimentação saudável.

Iniciou-se em 2022 o projeto de criação de um “gestor de entrada” de forma a promover uma maior proximidade entre a empresa e os arrendatários para uma maior facilidade de comunicação essencialmente na resolução dos problemas de gestão habitacional e social.

Em termos de Recursos Humanos adota-se medidas de promoção da igualdade e valorização profissional sustentada seja através da aplicação do regulamento de avaliação de desempenho e da disponibilização de formação de acordo com as necessidades dos colaboradores de forma a permitir aperfeiçoar os seus conhecimentos e desenvolver competências quer profissionais quer pessoais.

Existe uma preocupação constante da empresa em disponibilizar a todos os colaboradores as ferramentas necessárias para a execução das suas tarefas.

X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A MatosinhosHabit elabora os planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis atendendo em cumprir a missão e os objetivos que lhe são atribuídos. Desenvolve a sua atividade com base em critérios exigentes de qualidade de forma a respeitar os princípios de responsabilidade social, sustentabilidade e de serviço público.

Considera-se que a Empresa cumpriu com as regras de um bom Governo Societário, não obstante o esforço continuo em desenvolver a sua atividade em prol de um enorme sentido de responsabilidade e de prestar o mais nobre serviço público.

XI. ANEXOS

O Conselho de Administração

A Presidente,



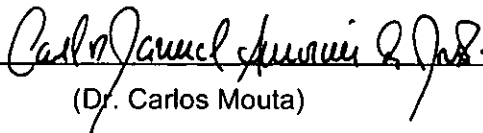
(Eng.ª. Manuela Álvares)

A Administradora,



(Eng.ª. Helena Vaz)

O Administrador,



(Dr. Carlos Mouta)

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE)

Ao Município de Matosinhos

Introdução

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, vimos submeter à vossa apreciação, relatório e parecer sobre o Relatório de Governo Societário emitido pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Entidade), em cumprimento do n.º 1 do referido articulado e relativo ao ano de 2022.

Da apreciação efetuada, concluímos que o Relatório de Governo Societário:

- Apresenta informação anual e verdadeira sobre as matérias referentes às práticas de bom governo constantes do Capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da Entidade.
- Encontra-se estruturado de acordo com o Manual emitido para o efeito pela UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Parecer

Face ao exposto, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário relativo ao ano de 2022, emitido e aprovado pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal, dá adequado cumprimento ao exigido no art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelo que poderá ser aprovado pelo acionista único da Entidade.

Porto, 23 de março de 2023


CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes
Registo na OROC nº 1127
Registo na CMVM com o nº 20160739